



PUC-SP PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Lucia Filomena Carreiro

Vocês estão me ouvindo? A escrita da violência do Estado

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo

2022



PUC-SP PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Lucia Filomena Carreiro

Vocês estão me ouvindo? A escrita da violência do Estado

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo

2022

Autorizo para fins exclusivamente acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: _____

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Carreiro, Lucia Filomena
Vocês estão me ouvindo? A escrita da violência
do Estado / LuciaFilomena Carreiro. -- São Paulo:
[s.n.], 2022.
177p ; cm.

Orientador: Maria Cristina Gonçalves Vicentin.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Psicologia: Psicologia Social.

1. Violência de Estado. 2. Movimento Mães em Luto
Luta . 3. Dispositivo clínico-político. 4. Memória,
escrita. I. Vicentin, Maria Cristina Gonçalves. II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia:
Psicologia Social. III. Título.

CDD

Lucia Filomeno Carreiro

Vocês estão me ouvindo? A escrita da violência do Estado

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social sob a orientação da Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

Aprovado em: ___/___/_____

Banca examinadora

Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin (PUC-SP)

Prof. Dr. Luciano Bedin da Costa (UFRGS)

Profa. Dra. Gabriela Gramkon (PUC-SP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – número do processo: 88887.475978/2020-00 (2020-2022).

*Dedico esta dissertação para GILVANIA REIS GONÇALVES, MARIA MEDINA COSTA RIBEIRO, MIRIAN DAMASCENO DA SILVA, ROSSANA MARTINS DE SOUZA RODRIGUES, SIDNEIA SANTOS SOUZA, SOLANGE DE OLIVEIRA ANTONIO, TATIANA LIMA SILVA, escritoras do livro *Mães em Luta*, e a todas as demais mães e familiares do Movimento Mães em Luto da Zona Leste, assim como para as tantas outras mães que pelo Brasil e pelo mundo afora lutam por justiça e para que violência do Estado um dia cesse. In memória de Guilherme, Vitor, Luan, Kaique, Douglas, Josias, e Peterson – Presentes! e tantos outros jovens moradores das periferias e favelas, a maioria negros, que foram mortos por agentes do Estado.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mães e tia do Movimento Mães em Luta da Zona Leste por trilharmos juntas o percurso desta pesquisa e da escritura do livro de autoria de vocês “Mães em Luto” que já está editado.

Agradeço à querida Maria Cristina Gonçalves Vicentin, por me receber no mestrado, me estimular a compor o projeto de extensão e pela firme e afetuosa orientação que me colocou a refletir criticamente e a ousar ocupar o lugar de pesquisadora. Cris, como a chamamos carinhosamente, saiu da PUCSP e deixou um legado intelectual e de compromisso ético-político contra todas as formas de opressões e aniquilamento, sobretudo no campo da criança e juventude e certamente o Instituto de Psicologia da USP ganha uma grande, afetuosa e sensível intelectual.

Agradeço à pesquisadora, amiga, companheira afetuosa Claudia Trigo Aguiar que me convidou para compor o projeto de extensão do nosso núcleo de pesquisa o NUPLIC do Pós em Psicologia social da PUC SP, para construirmos juntas o “Dispositivo Clínico Grupal Ético Político de Escrita” com outras pesquisadoras, apoiadoras e o Movimento Mães em Luto da Zona Leste, para a concretização do livro *Mães em Luta*. Esse encontro fez girar o meu projeto de pesquisa.

Agradeço às companheiras Cris Tavares, Cris Vicentin, Geruza, Claudia, She, Gloria, Lilian, Reico, Raquel por partilharmos juntas o intenso fazeres-escritares-escutares do Dispositivo Clínico Ético Político de Escrita. Foi um prazer e aprendi muito com vocês.

Agradeço à Bader Sawaia pelo bom encontro no exame de qualificação, o qual trouxe apontamentos e interrogações que me possibilitaram pensar outras aberturas na pesquisa. E agradeço muito a você por estar ao meu lado nessa reta final do mestrado.

Agradeço imensamente ao Luciano Bedin que, de maneira sensível e cuidadosa, me acompanhou no exame de qualificação e, em diálogo comigo, trouxe contribuições valiosas, além de outras referências bibliográficas. Você Me abriu horizontes para seguir em frente com a dissertação e levei comigo a pergunta: como escrever a vida?

Agradeço à Gabriela Gramkow por aceitar com prontidão e delicadeza o convite para compor a defesa da minha dissertação.

Agradeço à professora Vera Lucia Vieira coordenadora do Observatório de Violência Policial e Direitos Humanos da PUCSP (OVDPHUCSP) por sua incansável luta por justiça e memória. Aprendo muito com você.

Agradeço aos queridos companheiros do NUPLIC, todos muito comprometidos com outros mundos possíveis. Encontros-despedidas possíveis reencontros: Ana, Saulo, Rodrigo, Karina, Andreia, Izabela, Elisa, Gabriela, Luiza, Marcos, Rodrigo, Luciana, Camila Avanca, Dayse, Marina II, Barbara, Giomar, Bruna.

Em especial aqueles que por circunstâncias dos encontros, me aproximei mais: ao querido Richard pela força cotidiana e carinhosa, pelas trocas de literatura e me manter num fluxo reflexivo. Ao Emiliano, pelo carinho, pelas trocas você é um grande intelectual aprendo muito com você. Iara e Ilya com seus sorrisos largos que sempre aparecem nas horas mais difíceis; Isadora, presente nos momentos mais sensíveis por que passei nesse mestrado, rimos e choramos. Marina Decot: fizemos muitas trocas no período difícil da pandemia quando a vida se (re)(de)organizava. Lilian, com suas palavras certas do tamanho dos seus afetos, ainda vamos sentar para conversar um dia inteiro; Martha aquela distância-presença que sinto perto. Cláudia, pelo carinho de sempre, pesquisadora comprometida com a qual aprendi muito com suas reflexões sobre os fazeres de uma clínica ético política. Ciza companheira da Saúde Coletiva de tantas lutas e caminhadas, foi muito bom nosso reencontro. Vocês ratificam a minha convicção de que as amizades são fundamentais para a gente viver e seguir nos movimentando em companhia.

À Ana Godoy por confiar na minha escrita e por me acompanhar com firmeza e afeto nesse processo.

Agradeço aos meus queridos amigos (alguns da velha guarda) pelos risos e gargalhadas, pela boa conversa, pelos brindes pela vida, às vezes - discussões exasperadas, pela prontidão e com as portas e os corações sempre abertos. Amo vocês! Beta, Bena, Sandra, Magda, Mayra, Ivani, Angela Mira, Angela Barros, Marta, Ademir, Adilson, Alda, Carla, Zé Carlos (Papagaio), Cida, Duduia, Lina, Tissi, Elzira, Inês, Marie (em memória), Solange, Xande (em memória), Rose, Reza, Paulinho, Sergio, Licia, Marcelo, Paula Paulete, Portela, Paula, Susana, Rebeca, Beto, Laura, Gilson, Lauda, Vera, Didice, Mahara e quem mais chegar.

Agradeço aos meus muitos companheiros de trabalho no SUS comprometidos com as-os-es pessoas em seus territórios escutando-as em suas singularidades e coletivamente e pelo compromisso ético-político na luta por redes de atenção saúde-saúde - des- apassivadora, des-repressora, des- alienante em seus pluridiversa e antirracista.

Agradeço os meus amores: Mauro companheiro de longa caminhada e de uma generosidade enorme e com seu humor procura me levar ao riso. André, meu filho, que tenho muita admiração. Obrigada pelas trocas intelectuais, pelas comidas gostosas e por continuar na rua, lutando.

Agradeço aos filhos que ganhei pelo caminho Laís (minha enteada), Dário (meu genro) Tiago e Guido, amo vocês! E as crianças (quase netas) que alegam nossas vidas Cora e Antonio.

Agradeço à minha família – minha mãe que sempre nos entusiasmou a ler e estudar, ao meu pai urbano (em memória), à minha avó Emília (em memória) mulher forte e brava, de uma fé imensa e benzia quando alguém precisava. Aos meus queridos irmãos Dudu, Zé, Suzete e Fátima (em memória). Aos que se achegaram Ju, Ronaldo, Vania. Meus sobrinhos Lays (sempre doce e carinhosa comigo), Fernando, Cauã, Carol, Felipe, Iara e João.

Agradeço à minha família judaica que me recebeu de braços abertos e meu deu um sentimento de pertencimento imenso: Bertha (em memória), Sarah, Marzagão, Rosely, David.

Agradeço à minha família extensa: Dona Dalila (em memória), Seu Antonio (em memória), Ziza e Seu Hélio (em memória). Dedé (em memória) Vocês vivem em mim.

Agradeço aos que cuidam de mim: Dra. Martha Peinado, Dra. Thais Gentil, Dra. Marcia Almeida, Dra. Ana Gebrin.

Agradeço ao Guilherme Sakai pela revisão e paciência comigo.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos e seguimos lutando que mais pesquisadores tenham acesso a elas.

RESUMO

As mortes de jovens, a maioria negros e moradores das periferias, em decorrência da violência de Estado, provoca impactos psicossociais profundos em suas mães, familiares, amigos e territórios, que são reiterados por meio de uma política de silenciamento impelida pelo Estado, reinando assim a versão dominante de criminalização racializada da pobreza. Este trabalho, realizado com o Movimento Mães em Luto da Zona Leste (SP) (composto por mães e familiares que perderam seus filhos assassinados por agentes do Estado), procura trazer subsídios quanto aos modos de constituição de dispositivos clínico-políticos de cuidado ao sofrimento vivido por elas. Como uma forma de sensibilizar a sociedade sobre a violência de Estado e produzir memória, as participantes do Movimento enunciaram o desejo de escrever um livro, quando construímos coletivamente, um dispositivo Grupal de Escrita com seis mães e uma tia que se realizou de forma virtual de setembro de 2020 a fevereiro de 2021. O registro do material expresso verbal e pré-verbal, lido a cada encontro da oficina, foi feito sistematicamente pela pesquisadora, assim como um diário de campo. Esse material foi trabalhado na forma de narrativas e compuseram o campo de reflexões metodológicas e clínico-ético-políticas desta pesquisa, em articulação com as discussões da análise institucional, dos feminismos Américo Ladinos, da Reforma Psiquiátrica e dos estudos sobre a violência de Estado e o racismo. As narrativas circunscrevem três movimentos: “Escrever e enunciar o sensível”, quando apresentamos o dispositivo de escrita e o encontro pesquisadora-mães; “Vocês estão me ouvindo?” que focaliza “a escuta” dos impactos psicossociais da violência do Estado operada na política de saúde mental e da assistência, a partir da retórica da “escuta qualificada” e, finalmente, no movimento “Memória vibrátil”, apontamos a escuta do sensível como uma prática insurgente e não apassivadora de acolhida dos afetos que pedem passagem, contribuindo para a experiência de uma memória do corpo como um modo de produção de saúde.

Palavras-chave: Violência de Estado. Movimento de Mães em luto-luta. Dispositivo clínico-político. Memória. Escrita.

ABSTRACT

The deaths of young people due to the State violence, most of them black and living in the periphery, causes deep psychosocial impacts on their mothers, family, friends, and territories. These impacts are restated through a policy of silencing driven by the State, thus reigning the dominant version of racialized criminalization of poverty. This work, carried out by the *Movimento Mães em Luta da Zona Leste* (SP), which involves mothers and family members who lost their children murdered by State agents, seeks to bring subsidies as to the ways of constitution of clinical-political devices of care for the suffering experienced by them. As a way of making society aware of State violence and producing memory, the participants of the Movement expressed the desire to write a book, built collectively through a Group Writing device. This was accomplished by six mothers and an aunt and took place on remote basis from September 2020 to February 2021. The record of verbal and pre-verbal material, read at each workshop meeting, was systematically made by the researcher. A field report was made, too. That material, built in the form of narratives, contains the field of methodological reflections and clinical-ethical-political aspects of this research; these reflections are articulated with the discussions of institutional analysis, as well as the Américo Ladinos feminisms, the Reformation Psychiatry, and studies on state violence and racism. The narratives circumscribe three movements: “write and enunciate the sensible”, that takes place when the writing device is presented and the encounter between researcher-mothers happen; “you are listening to me?” that focuses on “listening” to the psychosocial impacts of state violence operated in mental health and care policy, based on the rhetoric of “listening to qualified”; and, finally, in the “vibrating memory” movement, we point to listening to the sensitive as an insurgent and non-passivating practice of welcoming the affections that ask for passage, contributing to the experience of a memory of the body as a mode of health production.

Keywords: State Violence. Movement of Mothers in Mourning-Struggle. Device clinical-political. Memory. Writing

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO - Associação brasileira de saúde coletiva

AE – Acompanhante de Escrita

AMPARAR - Associação de Amigos e Familiares de Presos/as

AT - Acompanhante Terapêutico

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CDH – Centro de Direitos Humanos

CDHEPCL – centro de direitos humanos e educação popular do campo limpo

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRESES – Conselho Regional de Serviço Social de Espírito Santo

Depen – Departamento Penitenciários Nacional

ECA – Estatuto da criança e do Adolescente

GAM – Gestão Autônoma da Medicação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IML – Instituto Médico Legal

LC – Linha de Cuidado

MCV – Movimento do Custo de Vida

MNU – Movimento Negro Unificado

MP – Ministério Público

MS – Ministério da Saúde

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NEV-USP – Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

NPV – Núcleo de Prevenção à Violência

NUPLIC – Núcleo de Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas

ONU – Organização das Nações Unidas

OS – Organização Social

PAS – Programa de Atendimento à Saúde

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PNH – Política Nacional de Humanização

PROAIM – Programa de Aprimoramento das Informações

PTS – Projeto Terapêutico Singular

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

RAS – Rede de Atenção à Saúde

RENFA – Rede das Feministas Antiproibicionistas

SRT – Serviço de Residência Terapêutica

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema único de saúde

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A POLÍTICA QUE NOS ATRAVESSOU: O PERCURSO POLÍTICO DA PESQUISADORA	24
1.1 A ESCRITURA DO LIVRO <i>MÃES EM LUTA</i>	44
Movimento I: escrever e enunciar o sensível	44
1.2 O ENCONTRO COM O MOVIMENTO MÃES EM LUTO DA ZONA LESTE	49
1.1.2 As tutorias: um dispositivo de acompanhamento singular da escrita	55
1.2.2 Uma fresta de Sol pela janela: a função restituição como um operador clínico-político	57
1.3 HABITANDO O DISPOSITIVO GRUPAL DE ESCRITA: UMA EXPERIÊNCIA COLETIVA DE CUIDADO	60
2 VOCÊS NOS ESCUTAM?	
Movimento II: Vocês estão nos ouvindo? Vocês têm que ter paciência com as mães	73
2.1 ESCUTA DO SENSÍVEL E DE “AFETOS QUE PEDEM PASSAGEM” *: VIOLÊNCIA DE ESTADO E SINGULARIDADE DO SOFRIMENTO	77
2.2 O ESTADO É UM MONSTRO: PERCORRENDO ALGUMAS NARRATIVAS SOBRE OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA DE ESTADO	86
2.2.1 Violência de Estado: Produção de morte	87
2.2.2 Racismo e o acúmulo social da violência	92
2.2.3 A guerra	99
2.2.4 As categorias gênero, maternidades, mães	106
3 VIOLÊNCIA DE ESTADO E SAÚDE MENTAL: LUSCO-FUSCO E ABERTURAS	116
Movimento III: Por um memorial vibrátil	116
3.1 POR UM CAMPO DE MEMÓRIA VIBRÁTIL: UMA PRODUÇÃO DE SAÚDE	119
3.1.1 Pistas conceituais para uma memória vibrátil	124

3.1.2 Memória Vibrátil nas Oficinas de Escrita	131
3.1.3 O corpo sobrevivente como memória da verdade	132
3.1.4 “Precisamos de um cuidado que seja sério”	142
3.2 AS VIOLÊNCIAS COMO EMERGENTES NOS TERRITÓRIOS DE CUIDADO DE SAÚDE	133
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM FIM ABERTO	148
REFERÊNCIAS	152

* Tomei emprestada parte de uma frase da autora Sueli Rolnik que consta do livro Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016, p. 23.

INTRODUÇÃO

Falar machuca. Não falar também.

(Fala de uma das mães na Oficina de Escrita)

Não é novidade dizer que há uma versão dominante, formulada pelo Estado e suas instituições de segurança pública e de justiça, sobre a violência praticada por seus agentes – matar criminosos, traficantes, suspeitos, bandidos – robustecida por seus divulgadores, as mídias oficiais¹ e segmentos das redes sociais pela internet, que amplificam tal versão.

Como aponta Zaffaroni (2012, p. 307), trata-se de “uma criminologia midiática que cria a realidade de um mundo de pessoas decentes frente a uma massa de criminosos”. Juntamente com a categoria criminoso está a de suspeito, são suspeitos por existir porque ostentam corpos pretos (SOUZA PINHEIRO, 2018). Em suma, esses perigosos são corpos matáveis (MBEMBE, 2018), vidas não passíveis de luto (BUTLER, 2015). São os humilháveis na filtragem racial nas sistemáticas abordagens policiais (SINHORETTO et al., 2018) e da vigilância privada em estabelecimentos comerciais. São os encarceráveis – do total de presos hoje os dados mostram 41,5% (337.126)² estão privados de liberdade para “averiguação”. São os jovens “intratáveis” forjados pelo discurso jurídico corroborado pelos diagnósticos médico-psiquiátricos que os colocam na categoria da periculosidade (ROSA; VICENTIN, 2010). São os jovens em sua maioria negros e moradores das periferias e favelas. A violência tem cor.

Em disputa com essa versão dominante, capilarizada na sociedade, as mulheres e familiares dos jovens assassinados, sobretudo as mães, se agenciam em movimentos e coletivos em vários territórios do Brasil, como o Movimento Mães em Luto da Zona Leste, e empreendem esforços subjetivos para des-silenciar o “silêncio ordenado pela autoridade” de deixar para lá o caso do filho assassinado (ALENCAR, 2011, p. 23). Elas já não se sentem feitas do mesmo material em suas corporeidades e são outras em si mesmas diante do intolerável de suas dores marcadas pelo sofrimento ético-político (SAWAIA, 1999,2009)³, pelo traumático (AGUIAR, 2021). Todavia, e de algum modo,

¹ É sempre bom lembrar que são concessões públicas.

² Sistema carcerário brasileiro: a realidade das prisões no Brasil. 10/03/2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistema-carcerario-brasileiro/#:~:text=Os%20dados%20mostram%20que%2C%20do,Os%20demais%20est%C3%A3o%20foragidos>

³ Bader Sawaia (1999), ao problematizar a desigualdade social, propõe o sofrimento como ético-político. A partir da concepção marxista de compreensão da sociedade, a autora discute que o sofrimento ético-

acionam um corpo crítico – um corpo em crise (BERNADET, 2021) e se deslocam, também, para o espaço da militância, passando a circular a versão delas sobre a vida e as circunstâncias da morte de seus queridos fruto da violência de Estado.

“A polícia, ao invés de proteger a vida dos jovens das periferias, humilha e mata com requintes de crueldade!” Diante de tamanha violência, essas mulheres-mães movimentam-se e arregaçam as mangas, enredam-se e mobilizam forças internas e externas para restituir as histórias de seus filhos e familiares assassinados por agentes do Estado e para enfrentar os discursos moralizantes, humilhantes e preconceituosos do sistema de justiça e de políticas públicas que insistem em desqualificar seus filhos, assim como desqualificar essas mulheres, além de culpabilizá-las. Sabem que nem todas as mães conseguem entrar na luta, sentem medo e seguem silenciadas. Muitas adoeceram, outras morreram na solidão da dor ou no caminhar da militância.

Porém, ao resolverem não se calar, e com isso colocar suas versões sobre o assassinato dos seus filhos e familiares no curso narrativo da sociedade, assumem o compromisso político-afetivo de transmissão da verdade e de preservação da memória de seus queridos. *“A polícia mata, mas quem ajuda a puxar o gatilho é o Estado”*, com essa formulação adensam as reflexões sobre violência de Estado. Querem ser ouvidas no presente, mas também pelas próximas gerações. Sabem que o jogo de forças no terreno dos discursos é também luta, um regime de poder (FOUCAULT, 1996). Esse mulherio⁴ do Movimento Mães em Luto da Zona Leste habita esse campo de disputa com o Estado juntamente com outros movimentos como as Mães do Acari, nos anos 1990, *“onde tudo começou”*, como historiciza uma liderança do Mães em Luto da Zona Leste.

Partindo da ideia de Veena Das (2020), da violência e sua descida ao ordinário, ao trabalhar a noção da experiência de horror a partir do que chama evento crítico, ou

político constitui uma categoria de análise da dialética inclusão/exclusão social referido a uma “[...] vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 1999, p. 106). Longe de ser da esfera do individual, esse sofrimento emerge da desigualdade social e as respostas afetivas daí decorrentes compõem “[...] um processo psicológico-político poderoso à reprodução da desigualdade” (SAWAIA, 2009, p. 370). Tendo em vista a análise da dimensão política dos afetos, Sawaia discute que a transformação social implicaria um conjunto de ações, dentre as quais a mais urgente seria o “agir no sofrimento ético-político” (SAWAIA, 2009, p. 370, grifo da autora): “Somente quando os limites impostos ao corpo forem sentidos como afetos tristes e sua expansão for sentida como alegria, (...) das paixões passa-se à ação. A alegria e a criatividade potencializam a força do nosso corpo e da nossa mente para não capitularmos ante as tragédias que a desigualdade social nos reserva, bem como para mantermos aceso nosso desejo de nos organizarmos em mil diferentes níveis coletivos para resistir ao mal. Potencializam, ainda, nossa sensibilidade de nos alegrarmos com nossa descomoditização e nos indignarmos com a desigualdade social” (SAWAIA, 2009, p. 370).

⁴ Empresto essa expressão de Lelia Gonzalez.

seja, em que o entendimento do que é humano é colocado em xeque, em seus estudos ela toma a “Partição da Índia” como um desses eventos. Pensar na perspectiva de Das, guardando as devidas proporções por se tratar de contextos distintos, poderíamos, no caso do Brasil, remontar ao racismo estrutural e estruturante da nossa sociedade, que determina quem é humano e quem não é. Essa seletividade está presente, dentre outros eventos, sobretudo nos massacres contra a população negra e pobre: o desaparecimento dos jovens do Acari (RJ – 1990), os crimes de maio (SP – 2006), a chacina de Osasco-Barueri (SP-2015), a chacina do Jacarezinho (RJ - 2021), o massacre dos jovens no baile na favela de Paraisópolis (SP – 2019), a violência letal cometida por agentes do Estado contra a juventude negra.

Veena Das argumenta que o cotidiano é o lugar privilegiado para uma compreensão da violência e das experiências de horror, pois exige das pessoas tornar a vida novamente possível depois que se *perdeu o chão* diante da morte do filho assassinado pelo Estado. É nessa descida ao ordinário, após um evento extraordinário, que, para Das, a vida em suas relações precisa ser reconstruída e reinventada.

Após o assassinato dos jovens, a vida de suas mães, familiares e amigos ficaram atravessadas pela atrocidade, pelo indizível, pelo medo, silêncio, dor, muita dor. Como habitar de novo o mundo? Como cuidar do cotidiano quando se está aos pedaços? Como as mulheres-mães, que têm a função determinada socialmente de cuidar de outros filhos, netos, cuidar da casa, lavar roupa, fazer comida, trabalhar fora, juntam os cacos e retomam suas tarefas cotidianas? Quem escuta suas dores? Como essas mulheres, sobretudo as integrantes do movimento Mães em Luto da Zona Leste, se agenciaram para des-silenciar, para ocupar a esfera pública e adentrar as instituições do Estado – *dos homens do poder*, brancos? Para lutar por justiça e pelo direito de existir dos jovens da periferia, para preservar a memória de seus filhos assassinados, como colocaram voz no silêncio imposto e formularam a consigna “nenhuma bala vai nos calar”?

Foi preciso produzir encontros coletivos, ouvirem-se mutuamente, “*só quem vive na pele pode dizer o que é perder um filho assassinado, uma mãe entende o que a outra está dizendo*”, além de colocar o sofrimento como uma questão social que possa se transformar em políticas de justiça e memória.

Neste sentido, elas cavam espaços públicos para falar com o legislativo ou são convidadas, por instituições como as universidades, para transmitir a versão delas sobre o assassinato de seus filhos e manter viva suas memórias. Nesse caminhar cotidiano, com idas e vindas, entre ânimos e desânimos com a luta, em reuniões regulares do movimento,

enunciaram o desejo de escrever um livro, como mais uma possibilidade de publicização da versão delas, da verdade sobre a violência de Estado, num movimento de desprivatizar a dor (VIANNA e FARIA, 2011 e GONÇALVES, 2013) e o dano (BRASIL, 2009) e colocar o Estado sob suspeita. Com isso, provocam rachaduras na política de silenciamento e memória modulada por ele.

A pesquisadora Claudia Cristina Trigo Aguiar (2021), ao resgatar o enunciado do movimento do desejo de escrever um livro, que devido às contingências, contradições e rupturas internas pelas quais passava o movimento ficou um tempo parado no ar, reverberou novamente dentro de algumas delas que colocaram o “projeto livro” em pé. Para dar conta de concretizá-lo, Aguiar propôs juntamente com a coordenadora do NUPLIC, Maria Cristina Vicentin, um projeto de extensão, que foi contemplado pela universidade PUCSP e do qual participei com outras companheiras.

Podemos aventar que foi na descida ao ordinário, da reinvenção de uma vida possível, inclusive se engajando na luta, que as mães do Movimento Mães em Luto conseguiram desejar escrever um livro.

Para dar corpo ao livro, constituímos o Dispositivo Grupal Clínico-Ético-Político de Escrita⁵ como espaço privilegiado de circulação da palavra e sustentação da escritura, concebendo-o como um lugar de cuidado com os afetos mobilizados pela fala-escrita e com a palavra do outro. Essa experiência se deu num enredamento que envolveu seis mães e uma tia do Movimento Mães em Luto da Zona Leste, profissionais e pesquisadoras da clínica psicossocial, da literatura e da educação, além de uma bordadeira⁶. Organizamos o dispositivo por meio de três estratégias: a Oficina de Escrita, onde vários recursos foram acionados como leitura de textos e fazeres como o bordado para disparar a escrita; as Tutorias individuais para apoiar a escrita; e a restituição de cada encontro da oficina – um registro do acontecimento grupal que era lido na abertura de cada encontro.

⁵ A construção da proposta desse dispositivo de escrita se apoiou na observação de Claudia T. Aguiar (2021) ao acompanhar as mães e familiares do Movimento em diferentes contextos, quanto às diferenças nas suas narrativas: enquanto os encontros mensais, entre elas, “colocava em movimento a dor e sua revolta, o desalento e sua longa história”, nas reportagens, destinadas ao público mais amplo, a narrativa era “capturada pela linguagem penal e impedia a circulação de determinados afetos” (AGUIAR, 2021, p. 157). De forma a acolher as experiências singulares dos familiares, considerou-se, para a formulação do dispositivo, que o grupo fosse “espaço privilegiado para a experimentação de diferentes modos de narrar” e que, “ao invés de esperar que uma outra pessoa escrevesse o que elas teriam a dizer, elas próprias fossem as que escrevem” (AGUIAR, 2021, p. 156-7).

⁶ A equipe do projeto foi constituída por nove profissionais das áreas da educação, da psicologia, do serviço social, das ciências sociais, além de uma poeta e uma bordadeira e terapeuta ocupacional. Estas profissionais eram provenientes de grupos de pesquisa (PUCSP- NUPLIC e UNIFESP - GRIITTE), e apoiadoras do movimento Mães em Luto e do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS).

Começamos a trabalhar nesse projeto de extensão em maio/2021, com a expectativa de que os encontros pudessem acontecer de maneira presencial, porém devido a pandemia da Covid, inauguramos o dispositivo de modo remoto em setembro de 2020, semanalmente, e seguimos com ele até sua finalização em fevereiro de 2021. A partir daí, passamos a acompanhar, quinzenal e depois mensalmente, dentre outros desdobramentos⁷, a edição do livro *Mães em Luta*. Segui junto nessa experiência, que transformou o meu campo tema⁸ de pesquisa.

Kastrup (1999) afirma que a experiência circunscreve as variações que foram sendo tecidas no curso do trabalho cotidiano para dar conta das atividades. As atividades subjetivam, são formas de fazer e de ser ao mesmo tempo, e isso está implicado com as artes do fazer de qualquer um, inclusive do pesquisador.

Durante o processo das oficinas, produzi textos em torno de cada encontro a partir das falas das escritoras que eram lidos no encontro seguinte e que tinham por função transmitir a expressão desse coletivo em sua polifonia; portanto, é uma narrativa em coautoria, que fala de dentro da experiência.

No denso processo de escutas, falas, escritas, olhares e movimentações, entre o dizível e o indizível, no espaço grupal, tomamos a restituição dos encontros das oficinas como uma metodologia de contração do coletivo formulada por autores da análise institucional. Para Lourau (1993), a restituição é uma estratégia que visa devolver a produção do grupo ao grupo para produzir novos efeitos.

As narrativas das mães e tia⁹ produzidas nas oficinas de escrita, a partir das restituições das oficinas e os meus diários de campo (que incluem também as reflexões e discussões das quais participamos nas reuniões do Observatório de violência policial e direitos humanos (OVDPH) da PUCSP e com as Mães num ciclo de debates realizado no

⁷ A partir de fevereiro de 2021 até o momento de finalização dessa dissertação, em setembro de 2022, mantive-me implicada com o acompanhamento da edição do livro, em reuniões que acontecem regularmente, além de ter participado com outras pesquisadoras do NUPLIC da organização de um ciclo de debates que ocorreu de abril de 2021 a agosto de 2021 com o Movimento Mães em Luto da Zona Leste

⁸ A formulação de “campo tema” é de Peter Kevin Spink (2003) e dos participantes do seu núcleo de pesquisa daquela época e se deu a partir de reflexões de pesquisa em psicologia social, numa perspectiva pós-construcionista. Um dos desdobramentos das reflexões foi a formulação de “campo tema”, na qual o campo não é um lugar específico, mas se refere à processualidade de temas situados: “o campo tema, como complexa rede de sentidos que se interconectam, é um ‘espaço criado’ – usando a noção de Henri Lefebvre (1991) herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida que esta busca se inserir nas teias de ação [...]” (SPINK, 2003, p. 28).

⁹ Durante a dissertação, para preservar o sigilo, os nomes das mães e tia foram substituídos por Berenice, Mira, Paula, Laura, Tainá, Catarina e Teca vez ou outra vão aparecer, mas na maioria me refiro a elas como mães e tia. O nome dos filhos também foram substituídos. Nessa dissertação as vezes escrevi em primeira pessoa do singular e outras na terceira pessoa do plural, pois em toda minha trajetória de trabalho e nesse processo de pesquisa muitas pessoas me acompanharam e construímos, juntas, esse caminhar.

primeiro semestre de 2021) são o material¹⁰ aqui apresentado com vistas a trazer alguns subsídios para a reflexão de dispositivos clínico-políticos de cuidado ao sofrimento vivido por elas, decorrentes da violência de Estado, no campo das políticas de saúde-saúde mental.

Dedicamo-nos nesta pesquisa a escutar o sensível da pergunta “você estão me (nos) ouvindo?”, para além da sua rotinização no modo online, forma como experienciamos todo o processo do dispositivo grupal ético-político de escrita.

Nosso objetivo principal é ecoar as vozes dessas mulheres por meio desta dissertação, como já foi pedido licença a elas, como um compromisso ético-político que assumimos coletivamente, acompanhando, assim, a pergunta de Maria Aline Sabino do Nascimento (2018): o que fazer com as narrativas de sofrimentos que escutamos? Como diz a autora,

[...] temos responsabilidades sobre aquilo que escrevemos, como também sobre o que nos isentamos de escrever. A preocupação em não fetichizar o horror que constitui o mundo dessas pessoas é uma preocupação que deve existir nas ciências sociais (acrescentaria da saúde, humanas, qualquer ciência) e na antropologia. (NASCIMENTO, 2018, s.p).

Na escrita final da dissertação, reunindo e trabalhando as restituições, essas foram organizadas em três narrativas, um esforço que fiz de uma nova composição dos textos de forma a delinear e adensar as principais linhas de sentidos presentes nas falas das Mães, aqui chamadas de “movimentos”: “escrever e enunciar o sensível”; “você estão me ouvindo? você têm que ter paciência com as mães” e “memória vibrátil”. Essas narrativas possibilitam nos aproximarmos do dispositivo grupal ético-político de escrita, para experimentar algum frescor, inclusive sensorial- tátil dos múltiplos sentidos evocados no dispositivo.

No primeiro capítulo, nomeado *A política que nos Atravessou*, e no qual o movimento que nos acompanha é “escrever e enunciar o sensível”, procurei encadear reflexões que envolvem a constituição de um percurso político tanto dessa pesquisadora,

¹⁰ Uma parte das falas das mães e tia escutada e inserida nesse trabalho foram consideradas de "domínio público", uma vez que foram enunciadas em contextos públicos, como o ciclo de debates promovidos pelo Movimento Mães em Luto da Leste e o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba e o outros eventos na forma de lives. Outra parte, que resulta da escrita da pesquisadora a partir dos encontros de escrita do livro das Mães foi objeto de submissão e aprovação na Plataforma Brasil, sob o número 31895020.6.0000.5482, no âmbito de projeto sob coordenação da pesquisadora Claudia Cristina Trigo Aguiar.

que se engajou no movimento pela Reforma Psiquiátrica e foi trabalhadora por mais de trinta anos em serviços públicos da saúde coletiva-saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS), quanto das mães e tia do Movimento Mães em Luto da Zona Leste que constroem, desde 2016, práticas insurgentes reivindicando justiça pelo assassinato do seus filhos e cuidados psicossociais. Apresentamos aqui alguns elementos do dispositivo e do seu processo que se constituiu também em um dispositivo de cuidado.

No segundo capítulo, intitulado *Vocês estão me ouvindo?* o movimento que nos acompanha é “vocês estão me ouvindo: vocês têm que ter paciência com as mães”, coloco em relevo a pergunta que cutucava minha escuta: *Vocês estão me (nos) ouvindo? E o complemento: vocês têm que ter paciência com as mães*, procurando trazer para o debate reflexões sobre como “a escuta” dos impactos psicossociais da violência do Estado é operada na política de saúde mental e da assistência, a partir da retórica da “escuta qualificada”. Busco trazer para o debate se escutamos de fato a pergunta *você nos ouve?* e os afetos que pedem passagem de maneira não normalizadora, e defendo a escuta do sensível como uma prática insurgente e não apassivadora.

Ao escutar o sensível de que o *Estado é um monstro*, tratei de dialogar com a produção teórica que reflete sobre o acúmulo das violências: racismo e acúmulo social da violência, a guerra e a cruel metáfora da guerra às drogas, os territórios, as cidades e as categorias gênero, maternidade e mães numa perspectiva feminista Américo Ladina em que as opressões raça, classe, gênero e sexualidades estão interligadas.

No terceiro capítulo, nomeado de *Violência de Estado e Saúde Mental: Lusco-fusco e aberturas*, precedido pelo movimento memória vibrátil, ao escutar e viver sensorialmente da construção de um memorial trazido pelas mães e tia, a partir de objetos que os jovens gostavam e da comida que apreciavam, apresento a ideia de memória vibrátil, inspirada na concepção de corpo vibrátil de Sueli Rolnik (2003) como produtora de saúde mental em diálogo com uma literatura sobre a memória que privilegia a perspectiva que visibilize uma memória coletiva que desestabilize os processos hegemônicos e as narrativas hierarquizadas em suas construção, bem como a necessária reparação concreta (pecuniária) e simbólica aos afetados.

Por fim retomo o tema da atenção às violências como problema de saúde que na experiência do SUS remonta a mais de trinta anos de práticas e saberes. No entanto, as falas das mães e tia do movimento de saúde da zona leste ainda reclamam por um cuidado que seja sério e que possa ser formulado com os afetados pela violência de Estado, e sustentado de modo participativo no campo das políticas públicas inclusive na perspectiva

da reparação psicossocial. Para tanto, apontamos algumas pistas do que chamei de ritornelos das falas de mães e tia do movimento Mães em Luto da Zona Leste que urgem serem escutadas com elas.

Seguimos com o retumbar das vozes das mães e tia do Movimento Mães em Luta da Zona Leste; suas narrativas contam histórias delas e de seus filhos e (re)constróem memórias. Afirmam “*a gente não vive, sobrevive*”. Ao falarem desse sobreviver, pedem-nos paciência para acolher suas histórias, seus lutos e lutas, com suas insurreições e microinsurreições que ganham forma visceral¹¹ como resposta à violência de Estado: *a vida é muito difícil, luta após luta, mas só nos resta lutar*.

¹¹ Para Mbembe (2019, p. 18) “Há um surgimento de pequenas insurreições. Essas microinsurreições ganham forma visceral como resposta à brutalização do sistema nervoso típica do capitalismo contemporâneo. Uma das formas de violência do capitalismo contemporâneo consiste em brutalizar o sistema nervoso. Como resposta, emergem novas formas de resistência ligadas à reabilitação dos afetos, emoções, paixões, que convergem nisso tudo que eu chamo de ‘políticas da visceralidade’”. Ver em MBEMBE, Achille. Poder Vital, Resistência Visceral, São Paulo, N-1, 2019.

1 A POLÍTICA QUE NOS ATRAVESSOU: O PERCURSO POLÍTICO DA PESQUISADORA

Aos 15 anos, adentrei o pátio de um hospital psiquiátrico, em São Paulo, para visitar minha irmã com seus 20 anos de idade, nos anos de 1977. Até hoje me lembro desse dia. Senti um misto de tristeza, indignação e fraqueza corporal.

Nessa visita, estávamos minha avó com um pote de arroz doce, minha mãe com um pacote de cigarros e eu com as mãos vazias e suadas. Minha irmã havia ficado com “problemas nos nervos”, “problemas na cabeça”. Depois de vários dias com muitas dificuldades, noites sem dormir por não entender o que estava acontecendo, ela, em sofrimento, e nós, os familiares, estávamos todos assustados e mobilizados por uma mistura de sentimentos de raiva, dó, amor, preocupação e pedidos de ajuda para uma vizinha, auxiliar de enfermagem, um centro espírita e uma benzedeira. Contudo, ela acabou internada em um hospital psiquiátrico.

A internação, apesar de difícil, nos propiciou um certo alívio. No entanto, depois de alguns dias em que ela estava internada, passei a sentir saudades, e por isso, após 15 dias de internação, período em que as visitas eram “impedidas”¹², insisti em visitá-la.

Além da falta de palavras em que me vi no encontro com aquela instituição asilar, vivíamos anos de mais uma ditadura – esta civil, empresarial e militar – no país, pós-golpe de 1964, e construímos compreensão do que isso significava, inclusive dos silenciamentos impostos, das mortes e das torturas nas periferias¹³, que abarcam as remoções forçadas das favelas, a repressão às lideranças dos movimentos sociais e operários e a militarização das favelas¹⁴. Aprendemos que não se tratava de um período excepcional, mas, sobretudo, como destaca Rita Segato (2021), de uma história contínua e ininterrupta da colonialidade na América Latina, fundada no genocídio indígena e negro de pessoas escravizadas pelo tráfico:

¹² O impedimento das visitas durante 15 dias fazia parte de uma normatização, um protocolo dos hospitais psiquiátricos como medida de tratamento.

¹³ Ver: <https://memoriasdaditadura.org.br/periferias-e-favelas/> Acesso em: 15 out. 2021.

¹⁴ Ver <https://memoriasdaditadura.org.br/periferias-e-favelas/>, especialmente o tópico *Militarização das favelas: a ditadura na democracia*: - “se o fim do regime militar trouxe a perspectiva de uma diminuição da violência promovida contra opositores políticos, a dimensão do controle social contra moradores de favelas e periferias se tornou alarmante. A marca da transição para esses setores da sociedade não foi a do otimismo pelo retorno à democracia. Do contrário: os anos 1990 foram marcados por eventos como as chacinas da Candelária, de Vigário Geral e de Acari, no Rio de Janeiro; do Carandiru em São Paulo; e de Eldorado dos Carajás no Pará. A violência do Estado continuava existindo e até mesmo se intensificava”.

[...] na sequência dos extermínios posteriormente praticados ou promovidos pelos estados republicanos em seus massacres para unificação dos territórios nacionais, a repressão dos governos ditatoriais da América Latina dos anos 1960 e 1970, o encarceramento em massa das pessoas não brancas de hoje, por obra da justiça seletiva e continuamente colonial, sua eliminação pelo método do gatilho fácil das extensas execuções extrajudiciais e a usurpação de terras indígenas e camponesas que prossegue e se expande no presente.[...] (SEGATO, 2021, p. 35).

Em 1978, enquanto ainda estava no final do ensino básico, apoiamos a grande greve dos professores do estado de São Paulo. Lembro-me de que tentávamos convencer a professora de matemática a aderir ao movimento; não conseguimos e, diante de suas ameaças de computar faltas e matéria dada, exceto uma aluna, nos levantamos, uns quarenta estudantes e retiramo-nos da sala de aula. Fomos tocadas por um sentimento de uma força coletiva muito grande por aquela tomada de posição. Alguns de nós choramos ao caminhar pelo corredor e tomar o rumo das ruas.

Nessa mesma época, vinha me aproximando do movimento de mulheres “do Custo de Vida”, incentivada por aquela vizinha, auxiliar de enfermagem e militante de esquerda, e aos poucos fui entendendo o que era fazer política. A organização do movimento era conduzida pelas “mães da periferia”; com isso, acabei participando da grande passeata na Praça da Sé, em 1978¹⁵.

Fiquei muito emocionada e também senti muito medo. Havia um número enorme de policiais e muita pressão. Eu tinha uma grande admiração por aquelas mulheres e me senti protegida por elas. Durante o processo de aproximação com o Movimento Custo de Vida (MCV), também tivemos uma maior dimensão do que era o movimento operário contra a ditadura¹⁶.

Com a posição que conseguimos coletivamente tomar na escola e com essa aproximação com o movimento social e o operário, compus minhas reflexões sobre o luto e a luta de classes, as quais foram somadas aos pensamentos feministas, e isso me levou a me aproximar da complexidade da formação social de nossa sociedade fundada no racismo, patriarcalismo, patrimonialismo e sexismo. A política e a política da loucura

¹⁵ “[...] sob o nome de Movimento Custo de Vida, o MCV, as autodenominadas “mães da periferia” levaram mais de 20 mil pessoas à Praça da Sé num ato público para protestar contra a política econômica do governo militar. E isso porque milhares de pessoas foram impedidas de chegar até a Praça com controles, inclusive nas rodovias, para evitar a chegada de ônibus de diferentes cidades na manifestação.” Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/movimento-contra-a-carestia-a-luta-das-mulheres-da-periferia-contra-a-ditadura>

¹⁶ “Em 30 de outubro de 1979, mais de um ano após a marcha histórica na Praça da Sé, o companheiro de Ana Dias [uma das lideranças do MVC da zona sul de São Paulo] foi assassinado pela Polícia Militar: o operário Santo Dias foi morto pelas costas enquanto participava de um piquete em frente a uma fábrica. No início dos anos 1980, o movimento (MVC) se desarticulou enquanto outras frentes de luta ganhavam força.” Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/volta-da-carestia-convida-a-pensar-em-1978>

passaram a fazer parte de um fluxo reflexivo, ao entender que a instituição e a cultura manicomial serviam, ao longo da nossa história, para segregar os “indesejados” sociais, dentre eles os “loucos e loucas” e “drogados” da sociedade com recorte racializado.

O hospital psiquiátrico era já, num primeiro olhar, um lugar assombroso, assustador e estranho – essa foi a impressão que tive somente pelo pátio de visitas. Encontrei minha irmã corporalmente transfigurada (depois entendemos que era por causa do excesso de medicação), cabelos bem curtos, por causa dos piolhos. Tive vontade de chorar, segurei com muita dor aquele nó na garganta, porém pensei: eu não posso me sentar e chorar. Observei os olhos da avó marejados. O entristecido olhar da mãe. Irmã impregnada. Quatro mulheres sem saber o que dizer umas às outras.

De repente, peguei-me observando as outras mulheres, algumas nos pediam cigarros e para sair dali. Com essa observação, fui percebendo que não se tratava de algo pessoalizado ou um problema da minha família: aquele lugar era legitimado por uma proposta política de tratamento da loucura e cumpria um mandato social. Fiquei dias com a imagem daquelas mulheres e de certo tormento na minha cabeça, porém calada. Algo nos cala diante do imponderável e do intolerável e de ter de viver a angústia de não saber o que fazer. O imponderável, naquela situação, era aquilo que não conseguíamos mensurar de dano na vida daquelas mulheres e o intolerável, no lugar do inaceitável, do insuportável, exigiria nos sublevar. No entanto só fantasiei sair correndo com minha irmã daquele lugar, levando todas aquelas mulheres junto e ganhar as ruas.

Em certa ocasião, em um grupo de audiovisual que fazíamos no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) onde trabalhei, o argumento escolhido pelos participantes foi “a fuga dos hospitais psiquiátricos”, todos(as) tinham um testemunho de suas tentativas de fuga, exitosas ou não, como a busca de uma saída para seus corpos já marcados pelo poder-saber psiquiátrico.

Mais tarde, vim a entender o que era uma “instituição total”, sanatório, hospital psiquiátrico, manicômio e os efeitos nas pessoas, bem como a organização dos serviços psiquiátricos no Brasil naquela época, com a priorização de contratação de leitos privados. Esse período foi conhecido como o da “indústria da loucura”, que se somava às aviltantes condições dos manicômios públicos, denunciados pelos trabalhadores de saúde mental que, durante a década de 1970, vieram a compor o movimento pela Reforma Psiquiátrica.

Vale salientar que Goffman (1987) investigou como funcionam e o que produzem as instituições totais¹⁷, assim como os estigmas (1982), que são processos socialmente construídos de depreciação de pessoas ou grupos, criando identidades deterioradas para assim justificar hierarquias e exclusão social. Foucault (1999a, 1999b)¹⁸, por sua vez, desvelou como são possíveis as instituições disciplinares e quais as razões de sua emergência, pautada em uma mecânica de poder sobre o corpo humano.

Em nossos dias, observamos uma política mortífera – uma bionecropolítica, como propõe Fátima Lima (2018), de controle sobre corpos por meio de intervenções institucionais que regulam, submetem, constroem e fazem sofrer os corpos como os das pessoas privadas de liberdade e seus familiares, com inúmeras denúncias de práticas de tortura no sistema prisional: “A tortura não é só o ato de violência, ela é estrutural: falta de assistência básica, superlotação e muitos outros fatores implicam uma rotina de dor constante”¹⁹. Além disso, há outras instituições, como as comunidades terapêuticas²⁰, que são denunciadas como lugares de segregação, disciplina, violações de direitos. E ainda os sutis controles por meio dos processos de medicalização da vida.

Passamos a entender também o que significaram as teses como a degenerescência e o racismo científico no Brasil, no século XIX, defendidas pelo psiquiatra Nina Rodrigues, tendo como opositor o psiquiatra Juliano Moreira, o qual ocupou um lugar de disputa das ideias e do cuidado no campo científico. Na década de 1930, a enfermeira Ivone Lara e a psiquiatra Nise da Silveira se rebelaram contra os tratamentos agressivos aos doentes mentais e introduziram a arte – música e artes plásticas – como um

¹⁷ Goffman (1987), ao analisar o “mundo do internado no estabelecimento total”, reflete que as instituições totais (para ele, os manicômios, as prisões, os conventos) não parecem desenvolver uma substituição cultural (uma forma de vida, costumes e hábitos) completa para o “internado”. Todavia, se o tempo de internação for muito longo, pode ocorrer uma perda do manejo cultural que pode tornar o desinternado, temporariamente, limitado para enfrentar alguns aspectos de sua vida diária. Para “o internado”, o significado de estar dentro da instituição não existe de maneira independente do sentido de sair dela. Com isso, as instituições totais mantêm um tipo especial de tensão entre o mundo doméstico e o propriamente institucional e fazem uso dessa tensão como uma força estratégica no controle dos homens. Porém, mesmo nas instituições totais, há conflitos entre a “equipe dirigente” e “os internados”, ou seja, há controle e resistência. Ver: GOFFMAN, 1987.

¹⁸ Para Foucault (1999b), a principal função das instituições da sociedade disciplinar é de normalização, implementando práticas classificatórias, hierarquizantes, distribuindo lugares. Ao analisar o poder na sociedade moderna (1999b), aponta que as disciplinas já existiam nos conventos, no exército e nas oficinas, porém elas se tornaram, “no decorrer do século XVII e XVIII formas gerais de dominação” (FOUCAULT, 1999, p. 118) e o corpo humano será tomado como “uma mecânica de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 119).

¹⁹ Vide *Relatório Tortura em tempos de encarceramento*, de 2018. Disponível em: <https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/pastoral-lanca-segundo-relatorio-tortura-em-tempos-de-encarceramento-em-massa-2>

²⁰ Ver *Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017*. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas_web.pdf

dispositivo de cuidado, além de tentarem retomar laços familiares daqueles pacientes internados. Para tanto, Ivone Lara percorreu quilômetros, localizando mães e outros parentes. Essa mulher foi atrás dos fios de histórias para reatar possíveis laços²¹.

Depois da alta da primeira internação de minha irmã, nossa família procurou cumprir a orientação do hospital psiquiátrico de mantê-la em tratamento medicamentoso. Na época, havia alguns ambulatorios de saúde mental, porém não foi nessa instituição que encontramos guarida para os cuidados dela, tampouco para nossos estranhamentos diante da loucura. No entanto, contamos com uma pequena rede de apoio constituída pelos laços de vizinhança e amizades.

Ainda hoje, os cuidados para com os doentes, idosos e crianças é praticamente obrigação das famílias e sobretudo das mulheres da classe trabalhadora, tema de estudos e problematizações nos campos²² da saúde, saúde mental, da assistência social, dos feminismos²³, os quais apontam, por perspectivas teóricas diversas, para uma sobrecarga das famílias e das mulheres na assunção dos cuidados.

No tocante aos cuidados das famílias pelas instituições de saúde, Cinthya Sarti (2008) reflete que estas estão colonizadas pelo saber biomédico e, a partir desse saber, a família é tomada como “um dado”, descolada do mundo vivido, o que a exclui como agência de significados na produção de cuidados, e indaga: “como escutar o discurso daqueles a quem se direciona as políticas sociais – os pobres – e situá-los no contexto que lhe dá significado, ou seja, de quem emite o discurso e não de quem analisa?” (SARTI, 2008, p. 34).

²¹ “Ivone Lara teve papel fundamental na revolução empreendida por Nise da Silveira. A outrora enfermeira percorreu quilômetros de estrada pelos municípios do Rio e estados vizinhos, localizando mães, pais, avós e tios que haviam abandonado seus familiares no hospital, acreditando que não havia mais nada a ser feito por eles – afinal, esse era o diagnóstico que ouviam dos próprios médicos.” Ver [#VocêSabia: Dona Ivone Lara dedicou maior parte de sua vida à saúde pública | Blog da Saúde MG \(saude.mg.gov.br\)](#). Acesso em: 12 nov. 2021.

²² As pesquisas e arguições que versam sobre o tema famílias abundam em várias áreas de conhecimento, no tocante as políticas públicas de saúde e de assistência. Estudos como de: Regina Célia Miotto (1997; 2000; 2004; 2008; 2003; 2008; 2010; 2015; 2017), Lucia Cristina Rosa (2003), Eduardo Mourão Vasconcelos (1999; 2001; 2008; 2014; 2016), Rachel Gouveia (2011a e 2011b), Odilon Castro (2017), dentre outros autores, trazem importantes contribuições ao aprofundarem o debate. Mostram como políticas públicas trabalham com o recorte familista e o quanto as famílias, sobretudo as pobres, estão esgotadas e sobrecarregadas com a incumbência dos cuidados para com seus velhos, as crianças, os doentes - além das políticas públicas carregarem, muitas vezes, uma perspectiva moral e seletiva, com requisitos de contrapartida e sanções pelo não cumprimento dos protocolos exigidos para os beneficiários das políticas, acabando por produzir diversas violações.

²³ O trabalho do cuidado como reprodução da vida, na perspectiva de Silvia Federicci, é um trabalho que deveria ser renumerado. Rita Segato o vê como um trabalho imaterial, o qual deveria ser compartilhado e não preso à intimidade.

É verdade que, desde a Constituição de 1988, um conjunto de políticas públicas ampliou o escopo de direitos, com muita pressão dos movimentos sociais, que emitiam seus discursos reivindicando, dentre outros direitos, uma política de Seguridade Social²⁴: Saúde, Assistência Social e Previdência. Todavia, é importante ressaltar que a despeito destas ampliações de direitos, previstas na seguridade social, em erosão desde 2016 com os governos pós-golpe de Temer e Bolsonaro, um conjunto significativo de situações seguem intencionalmente invisibilizadas e fora do escopo da política pública, como as muitas famílias que vivem nos territórios periféricos, às “margens do Estado”.

Para Veena Das e Poole (2004), conforme aponta Rodrigues (2019), margem e Estado se retroalimentam e a margem está para além do periférico e do marginal. “É isso que está em jogo quando elas dizem que as margens não são simplesmente espaços onde o Estado não penetrou: antes, são locais nos quais o Estado é continuamente formado nos recessos, nas reentrâncias e nos intervalos da vida cotidiana” (RODRIGUES, 2019, p. 2). Acrescentam ainda as autoras que esses lugares

não são meramente territoriais: eles também são, e talvez mais fundamentalmente, lugares de práticas nos quais a lei e outras práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação que emanam das necessidades urgentes das populações por segurança política e sobrevivência econômica. (DAS; POOLE, 2004, p. 8).

O Estado, como executor de direitos, está presente mesmo com a ausência de políticas públicas, equitativas e efetivas de proteção social nesses territórios, que a cada dia se tornam mais “des-protetoras”, com “a destruição programada das regulamentações e das instituições” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16)²⁵, radicalizada, no caso brasileiro,

²⁴ A seguridade social tal que se desenhou a partir da Constituição Federal de 1998 compreende: A Saúde: direito de todos e dever do estado, se organiza com os princípios da integralidade, equidade e universalidade, regulada pelo Sistema Único de Saúde (SUS); a Assistência Social: definida como direito do cidadão e dever do Estado de prover os mínimos, a proteção básica à família, a maternidade, a infância, adolescências, velhice e pessoas portadoras de deficiência, estruturada como Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Previdência Social formulada pela lógica da contribuição para se acessar os benefícios.

²⁵ Para esses autores, a questão central do predomínio do neoliberalismo como sistema normativo assim se coloca: “como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves? Como é que, há mais de trinta anos, essas políticas vêm se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para colocá-las em xeque? A resposta não pode ser limitada apenas aos aspectos “negativos” das políticas neoliberais, isto é, a destruição programada das regulamentações e das instituições. O neoliberalismo não destrói apenas regras, intuições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15-16).

com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de corte de gastos públicos por 20 anos desde o golpe parlamentar de 2016.

Nesses territórios onde o Estado é formado nos intervalos da vida cotidiana, por um lado se vê sua presença por meio da polícia e de seus correlatos de “gatilho fácil”, para humilhar, intimidar, prender e assassinar, sobretudo os jovens negros, e aumentar o encarceramento, inclusive o de mulheres, em nome da guerra às drogas²⁶. Por outro lado, vemos menos segurança alimentar²⁷, agentes de saúde, profissionais da assistência social, professores, operadores culturais²⁸.

Não é novidade dizer que, da maneira como se organiza uma metrópole como São Paulo, o bairro onde se mora e qual é a raça/cor e etnia da maioria das pessoas que ali habitam podem nos aproximar da cartografia da vida de cada uma das famílias e dos próprios territórios, e, conforme sinaliza Judith Butler (2018), não deixa de ser um modo de naturalizar a vulnerabilidade:

[...] a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicos mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas a danos, à violência e à morte. [...] é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparação adequadas. (BUTLER, 2018, p. 40-41).

Vale ressaltar que, historicamente, na conformação das cidades no Brasil calcada na segregação espacial racial e de classe, com a contribuição da ciência os velhos e os novos manicômios, assim como as prisões, não deixaram de ser modos de expor as pessoas ao controle social, a danos físicos e subjetivos e à violência.

Seguimos a vida. Numa segunda crise, aos 25 anos, minha irmã pediu para ser internada, porque queria se matar. Essa segunda internação, no início dos anos 1980, deu-se no Hospital do Servidor Estadual, onde conhecemos outra abordagem de tratamento e a vivenciamos como uma mudança significativa, pois acontecia dentro de um hospital

²⁶ Dentre outros estudos, ver também Serra et al., 2020 e Alvarenga et al., 2021.

²⁷ Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/10/13/inseguranca-alimentar-voltou-a-crescer-e-fome-atinge-19-1-milhoes>

²⁸ Conforme o *Mapa da desigualdade* de 2021: “As franjas da maior cidade do país são ocupadas por favelas. Enquanto 9,5% da população da cidade vive em favelas, no Jardim São Luís esse índice atinge 68,8%. As periferias de São Paulo são mais negras e mais jovens do que a média da população da maior cidade do País e têm mais pessoas dividindo a mesma casa que nos bairros centrais e mais ricos. A média é de 3,3 pessoas no mesmo domicílio no Jardim Helena (Zona Leste), por exemplo, contra 2 pessoas em média na Consolação (Centro).”

geral. Podíamos visitá-la diariamente. Usava suas próprias roupas, tinha uma maior amplitude de dispositivos terapêuticos e maior aproximação dos profissionais com os familiares. Entendemos um pouco mais adiante que, naquela instituição, se esboçavam mudanças no cuidado às pessoas em sofrimento mental, com algum ideário reformista. Com isso, vimos acontecer novas práticas e saberes no campo da saúde mental²⁹.

Anos depois, em 1986, minha irmã acabou suicidando-se em lugar público. Foi muito duro e tive que adentrar o Instituto Médico Legal (IML) para o “procedimento” de reconhecimento de seu corpo. As mortes violentas costumam emudecer as famílias, os amigos, os vizinhos, e não foi diferente conosco. Viramo-nos, cada qual a seu tempo.

Como participava de movimentos sociais, enfronhei-me no movimento de saúde e cada vez mais aprendia o que era “ser político” e que a saúde, em seu processo saúde/doença, era também uma questão política. Praticar uma política pública tal qual uma construção dialogada é o que procurávamos levar a partir dos dispositivos que futuramente trabalhei na saúde coletiva-saúde mental. Essa percepção da criação de um corpo político não é imediata, faz parte de um percurso.

O acesso à universidade fez diferença no meu percurso de jovem que vinha da periferia. No entanto nem todos meus vizinhos e colegas da época conseguiram acessá-la. E era perceptível que, naquele ambiente, diminuía o número de colegas negros(as).

Essa minha percepção não veio do nada, mas de uma situação na qual uma turma de alunos – fomos testemunhas –, lá pelos nossos 13 anos de idade, em uma aula de música – situação em que perdemos o chão. Uma amiga questionou algo que a professora estava querendo que fizéssemos. De maneira abrupta e bruta, aquela mulher, interpelada em sua hierarquia, começou a gritar com nossa amiga para que fizesse o que estava mandando e nossa amiga continuou questionando a ordem, até que a professora aos berros disse: “saia da minha aula sua negrinha suja” e “vá para a diretoria”.

Nossa amiga saiu da sala de aula. Ficamos assustados. Um grande silêncio se fez e pesou no ambiente, parecia que o ar tinha ficado rarefeito por longos instantes e “que dava até para cortá-lo”. Tudo isso também tomou conta de nós. Esse acontecimento marcou minha vida profundamente e a de muitos ali.

²⁹ Uma rede de atenção psicossocial mais complexa desde atenção básica, urgência emergência, leitos 24 horas em hospital geral, CAPS (s) I, II e III, incluindo CAPS ad e CAPS ij, Cecco(s), inserção pelo trabalho, SRT, PVC, Unidade de acolhimento transitório, dentre outros serviços, é formulada e normatizada por Portarias em 2010 e 2013.

Depois de algum tempo, vivido com grande angústia, o silêncio foi quebrado: “a senhora é racista, professora?”, perguntou um colega. Como se recompondo e arregalando os olhos, ela tinha olhos grandes, respondeu: “claro que não”. Ali, na nossa cara, se processava um desmentido daquilo de que éramos testemunhas vivas e que foi nomeado por nosso colega como racismo, porém não tínhamos força suficiente para argumentar ou fazer algum tipo de enfrentamento, como nos retirar da sala de aula ou virar de costas para a professora, e nos calamos novamente.

Tão logo acabou a aula, fomos procurar nossa amiga que, por incrível que pareça, foi acolhida pelo diretor autoritário, o qual amenizou a situação que ela sofrera e não a suspendeu das aulas por enfrentar uma professora, o que seria bem provável. Não saberíamos nunca como foi a conversa que o diretor teve com a docente, porém ela não sofreu nenhuma interpelação ou processo administrativo, tampouco conversou com nossa amiga a respeito e muito menos foi feita alguma reparação pública.

Nossa amiga³⁰ tinha uma família e enredamentos afetivos que a sustentavam. Sua mãe esteve na escola para conversar e ela seguiu estudando.

Certamente, o assunto racismo, preconceito racial, violência, não foi discutido com aquela classe nem naquela escola. Tudo ficou encoberto pelo cínico desmentido da professora e pela postura de negação do diretor. Fomos silenciados. No entanto, para muitos de nós daquela turma, a partir daquela cena, nunca mais fomos os mesmos. Algo se processou de algum modo dentro de nós. Fomos afetados. Aquela aula de música foi um aprendizado sobre o que mais tarde pudemos entender³¹ como o “mito da democracia racial”, “raça e racismo”, ideologia do branqueamento”, “branquitude e seu privilégio”, “epistemicídio”, “racismo institucional”, reforçando que as desigualdades e as relações sociais no Brasil são fundadas no racismo estrutural.

Concordo com Silvio Almeida (2021) ao defender a tese de que o racismo é sempre estrutural, pois ele é um elemento que compõe a organização econômica e política

³⁰ Existem inúmeras pesquisas que revelam os efeitos do racismo nas crianças negras em ambiente escolar, Dalila Xavier França e Uliton Santos Moreira-Primo (2020), em artigo intitulado *Os efeitos do racismo na trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática*, realizam uma revisão integrativa com foco no racismo em crianças no contexto escolar, alertando-nos que os descritores utilizados não devem ter chegado em todos os trabalhos. Mas, dos estudos analisados a partir de 1999, concluem que os achados confirmam “a existência do racismo na escola, com graves repercussões nas trajetórias de crianças negras, sobretudo” (FRANÇA; MOREIRA-PRIMO, 2020, p. 193).

³¹ Ver dentre outros autores: Oracy Nogueira (1998), Abdias do Nascimento (1978), Lelia Gonzalez (2020), Florestan Fernandes (1972). Kabenlege (2004, 2017). Maria Aparecida Bento (2002, 2005), Lia Vainer Schuman (2014, 2016), Sueli Carneiro (2005, 2011), Beatriz do Nascimento (2006).

da sociedade e produz o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das desigualdades e a violência que molda a vida social contemporânea.

Os efeitos da afetação da cena racista na escola carreguei comigo, e fui atrás de entender. Com isso tive a oportunidade de entrar em contato com alguns textos³², em xerox, de Abdias do Nascimento, e de Florestan Fernandes e Roger Bastide. Por meio de leituras feministas e sobre o feminismo negro em especial, aproximei-me das reflexões teóricas de Lélia Gonzalez sobre um “feminismo afro-latino-americano”, de Sueli Carneiro sobre sua investigação, na época, das desigualdades entre as mulheres negras, brancas e amarelas no processo produtivo, e de Beatriz do Nascimento sobre a mulher negra no mercado de trabalho.

Concordo com Heloisa Buarque de Hollanda (2020) ao ressaltar que foi “o feminismo negro “o movimento que concretamente introduziu os constructos raça e classe no debate feminista [...]” (BUARQUE DE HOLLANDA, 2020, p. 19). A aproximação com esse pensamento levou-me a ampliar o olhar sobre “movimentos de mulheres e os feminismos” e suas práxis, numa perspectiva Amefricana, decolonial, antirracista³³.

Mas parece que há sempre mais uma opressão que escapa, pois, mais recentemente, no Brasil, o Feminismo Antiproibicionista colocou em pauta a revisão da política de drogas e a “guerra às drogas” que, em nome do combate ao tráfico de drogas, elevou o número de mulheres encarceradas, além de puni-las de outras maneiras. Com isso, organizou-se a Rede Nacional Feminista Antiproibicionista (RENFA)³⁴, com vistas a influenciar os movimentos feministas sobre a importância desse debate para a vida das mulheres.

As amigas com feministas negras fizeram um giro no meu processo formativo e de vida. Elas me possibilitaram um entendimento mais integrado das opressões, além das relações com as pessoas militantes de movimentos sociais, dos inúmeros trabalhadores com quem compus os processos laborais e a população com quem trabalhei em vários territórios da cidade. Também as reflexões teóricas, algumas mais antigas e outras mais recentes, os debates de ideias e as relações constituíram a minha caixa de

³² Na universidade, somente tive contato com o autor Florestan Fernandes. Isso nos fala do apagamento de outros intelectuais por mim referidos.

³³ A este respeito ver *A aposta teórico política do lesbofeminismo antirracista decolonial: entrevista com Rosa Inés Ochy Curiel Pichardo* (2021).

³⁴ A Rede foi formada em 2014 com o desafio de sensibilizar e influenciar movimentos feministas a acolher a agenda da reforma da política de drogas como fundamental e estruturante na luta pela democracia e pela vida das mulheres. Disponível em: <https://renfa.org/sobre-nos>

ferramentas e o meu compromisso ético-político como funcionária pública do SUS e agora como pesquisadora.

Trabalhei durante mais de 30 anos no campo da saúde coletiva³⁵, em diferentes territórios³⁶, a maior parte desse tempo em serviços da rede de saúde mental. Acompanhei a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o movimento pela Reforma Sanitária e me engajei no movimento pela Reforma Psiquiátrica³⁷, fazendo parte de um coletivo animado em transformar a sociedade e o cuidado em saúde mental. Tais movimentos ganharam força desde meados dos anos 1970, propagando críticas teóricas à organização do sistema de saúde vigente no Estado autoritário. Fundamental e vigorante foram os Congressos dos trabalhadores de saúde mental, os quais, desde a carta de Bauru (1987), propunham rupturas à lógica manicomial e a defesa radical da transformação da sociedade levantando a bandeira por “uma sociedade sem manicômios” – esta que é uma utopia necessária ainda em nossos dias.

Nesse sentido, Rachel Gouveia (2020), em entrevista para o Conselho Estadual de Serviço Social do Espírito Santo (CRESSSES)³⁸, assevera:

[...] desejamos apontar que a Luta Antimanicomial não traz em sua direção uma mera reforma assistencial em saúde mental, ou seja, ela expressa a defesa de um projeto societário radical de transformação. Essa direção pode ser identificada na Carta de Bauru de 1987, expressa através do lema “por uma sociedade manicômios” e na defesa pelo fim das desigualdades de classe, opressões/exploração de gênero, raça/etnia, sexualidade e a favor da superação da propriedade privada. É esse direcionamento ético e político que subsidia a Luta Antimanicomial e direciona os coletivos e movimentos sociais, apontando para a necessidade da extinção da lógica manicomial, assim como da sociedade capitalista.

³⁵ Importante destacar que saúde pública e saúde coletiva não são sinônimos: são um conjunto de saberes e práticas. Dentre outros estudos e atores, para aproximação com o campo problemático, ver Souza (2000), Lima; Santana; Paiva (2015), Souza (2014), Mota; Schraiber; Ayres (2017), e Vieira da Silva; Paim; Schraiber (2014).

³⁶ Há uma vasta literatura sobre o conceito de território. Na saúde pública, nos aproximamos das ideias do geógrafo Milton Santos (1993) sobre “território usado” /espaço humano. Para ele, o uso dos lugares se dá pela dinâmica desses lugares e é o espaço do acontecer solidário e esses acontecimentos solidários determinam usos e provocam valores: culturais, sociais, econômicos. Assim, o território ganha vida para além da divisão burocrático-administrativa e do frio mapa de uma cidade.

³⁷ O Movimento social da Reforma Psiquiátrica, articulado em meados da década de 1970 por trabalhadores de saúde mental, ativistas do campo, pesquisadores, artistas, usuários e familiares, é um movimento em construção e um campo de práticas, saberes e, assim, de disputa política. Inúmeros pesquisadores, trabalhadores, usuários familiares, dentre outros autores, se dedicam a falar dele, seja por meio das pesquisas acadêmicas, relatos de experiências, ou no microfone aberto nos atos do movimento nacional da luta antimanicomial.

³⁸ Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/cress-es-entrevista-rachel-gouveia-passos-dia-nacional-da-luta-antimanicomial/> Acesso em: 20 ago. 2021.

A Reforma Psiquiátrica fundava suas críticas no saber e poder das instituições psiquiátricas asilares e denunciava as condições aviltantes e de violações de direitos humanos a que estavam submetidos os pacientes nelas internados. Ao longo dessas três décadas, a Reforma Psiquiátrica aconteceu com disputas internas e num amplo e diversificado arcabouço de práticas e saberes, os quais requerem, para fazer valer a radicalidade a que se propôs, serem continuamente reinventados, a fim de que provoquem rupturas permanentes na fixidez dos processos de trabalho e das instituições alienantes, tão fáceis de serem recompostas. Por isso, tem que ser uma instituição em processo de desinstitucionalização, “sempre inventada e nunca dada” (ROTELLI, 1988)³⁹. Para isso, é fundamental a pressão dos movimentos sociais revigorados, não só da saúde e da saúde mental, e fazer uma clínica ampliada crítica, ouvinte dessas tantas vozes e aberta a novos devires.

No encontro de 2017, *30 anos da carta de Bauru*⁴⁰, realizado na mesma cidade, no qual eu estive presente, o “movimento da luta antimanicomial”, com inflamadas discussões, após análise dos feitos da Reforma Psiquiátrica, do aprofundamento da ideologia neoliberal nesses trinta anos e da atual conjuntura, aponta

[...] a necessidade urgente de articulação da Luta Antimanicomial com os movimentos feministas, negro, LGBTQI, movimento da população de rua, por trabalho, moradia, indígena entre outros, a fim de construirmos lutas conjuntas. A conjuntura presente, que intensifica o risco das conquistas duramente obtidas, exige um posicionamento que reafirme e radicalize nossos horizontes. É preciso sustentar que uma sociedade sem manicômios reconhece a legitimidade incondicional do outro como o fundamento da liberdade para todos e cada um; que a vida é o valor fundamental; que a sociedade sem manicômios é uma sociedade democrática, socialista e anticapitalista.

A minha indagação é como sustentamos a radicalidade da bandeira “por uma sociedade sem manicômios”? Ao trabalhar com base nos ideários da Reforma Psiquiátrica, abriu-se para mim uma nova perspectiva de possibilidades daquilo que eu

³⁹ Para Rotelli, “O projeto de desinstitucionalização coincidia com a reconstrução da complexidade. A questão ‘terapêutica’ é parte da questão social, assim como a reconhecida ambivalência do corpo individual é a abertura ao corpo social, do objeto que as antigas instituições haviam simplificado (e não foi por acaso que tiveram que usar de violência para consegui-lo). Mas se o objeto muda, se as antigas instituições são demolidas, as novas instituições devem estar à altura do objeto, que não é mais um objeto em equilíbrio, mas está, por definição (a existência-sofrimento de um corpo em relação com o corpo social), em estado de não equilíbrio: esta é a base da instituição inventada (e nunca dada)”.

⁴⁰ Ver *Carta de Bauru – 30 anos* (2017). Disponível na internet.

conhecia sobre o cuidado em saúde mental, diferente da lógica do tratamento psiquiátrico, e não deixei de carregar comigo preocupações e interrogações: como cuidar das pessoas em sofrimento mental, seus familiares e amigos? Como não deixar de reconhecer o entrecruzamento de opressões – raça, classe, gêneros, sexualidades, bem como suas resistências históricas e contemporâneas dos movimentos e coletivos? Como considerar os determinantes sociais em saúde para compor os projetos terapêuticos, fazer discussões intersetoriais e reconhecer os territórios com suas dificuldades e potências? Como contribuir para os “des-silenciares”?

O pesquisador Martins da Silva (2019, p. 32) propõe ocupar a clínica com o desejo, ampliações, implicações e imaginações possíveis, levando-nos a “nos movimentar e sermos movimentada pelos territórios de cuidado”.

Procurei coletivizar essas perguntas e também fui coletivizada por outras, no cotidiano da saúde coletiva e de saúde mental, onde trabalhei: como dentro de uma emergência psiquiátrica, na Freguesia do Ó/Brasilândia (SP), onde nos aproximamos do potente Projeto Zona Norte de Saúde Mental e, em 1989, na gestão da prefeita Luiza Erundina⁴¹, quando contribuimos com a implantação do Distrito de Saúde de Campo Limpo e com um novo modelo de saúde mental⁴², essas experiências vividas em suas contradições, ambivalências e conflitos, disputadas teórico-politicamente, foram produções coletivas muito significativas e por isso rememoradas por muitos que delas participaram.

A gestão do prefeito Paulo Maluf, em 1995, também foi inesquecível. Como prometido em sua campanha eleitoral, foi instalado o Plano de Assistência à Saúde (PAS)⁴³, que transferiu os serviços de saúde para gestão de cooperativas, aqueles que não

⁴¹ Gestão nomeada de democrática e popular do Partido dos Trabalhadores. Seu governo propôs inverter prioridades. “No período de 1991-1992, o projeto do governo democrático do PT buscava construir suas diretrizes no ‘ideário de uma tradição republicana que insiste não só na eficiência da máquina governamental e na qualidade dos serviços, mas, sobretudo, na transparência e lisura administrativa, e ainda consequente separação das esferas de interesse público e privado’ (KOWARICK; SINGER; 1993, p. 216). Calçadas no programa partidário, tais diretrizes foram integradas no projeto da gestão pública municipal de modo a: ‘inverter as prioridades orçamentárias, em benefícios das camadas populares; (...) apoiar a formação de conselhos populares e abrir canais de participação popular na Administração, democratizando a gestão petista; (...) colocar a administração ao lado das reivindicações populares que dizem respeito à ação do Estado, pressionando o governo estadual e federal no sentido de atendê-las (...)’ (COUTO, 1995, p.133).” (ALEXANDRE; SALUM, 1998, p. 88).

⁴² Esse modelo consistia em uma rede de cuidados com equipes de saúde mental em toda a atenção básica, o Hospital Dia em saúde mental, o inovador dispositivo Centro de Convivência e Cooperativa (Cecco), leitos em hospital geral do Campo Limpo.

⁴³ O Plano de Atenção à Saúde (PAS) foi implementado na gestão de Paulo Maluf em 1996, com seguimento na gestão de Celso Pitta. Tal plano veio no bojo das propostas privatistas das políticas públicas, com o discurso de modernização e eficiência na gestão dos serviços. Em sua campanha eleitoral Paulo Maluf apresenta a proposta tal qual um plano de saúde privado. A cidade foi dividida em módulos de saúde, os

aderissem ao plano eram arrastados para os mais diversos equipamentos da prefeitura. Fomos exilados (GALETTI, 2001). Apesar do movimento de resistência dos servidores públicos e de parte da população contrária àquela proposta, fomos derrotados, não sem antes pararmos o trânsito e darmos um abraço no Hospital do Campo Limpo (Zona Sul SP) – aliás, já abracei, coletivamente, muitos serviços de saúde ao longo da minha trajetória.

Continuei a questionar, regularmente, se as práticas e saberes, nos demais dispositivos de cuidado nos quais segui trabalhando, encontravam-se numa perspectiva antimanicomial, com vistas à superação de uma lógica de segregação, discriminação e estigmatização dos usuários, familiares e territórios, enfim, do viver e habitar a cidade atravessada pelas dimensões raciais, de classe e de suas sexualidades.

Reiteramos que a cidade não é experienciada de forma igualitária por todos os corpos. Os corpos que sofrem com a circulação restrita da cidade – aceitos em alguns bairros para trabalhar, desde que voltem para a periferia, para as favelas – são os corpos estigmatizados, considerados abjetos, vidas que não importam do ponto de vista mercadológico. Esses corpos são objetificados, criminalizados e apenas visíveis quando rompem faixas de interdição criadas pela herança colonial racista e higienista que permeia a cidade. Enquanto a interação com corpos diversos-diferentes da norma branca, heteronormativa e burguesa for da ordem da segregação e enquanto for continuada a violência seletiva na cidade, com a conivência do próprio Estado, podemos interrogar: qual espaço é público? Qual espaço é democrático?

Todavia, em meio a essa contradição da cidade e da Reforma Psiquiátrica, procuramos disputar a cidade, ocupamos usuários, familiares, trabalhadores de saúde mental, artistas e simpatizantes, espaços culturais, ruas e praças. O microfone aberto em muitas manifestações do 18 de Maio⁴⁴ foi uma ferramenta de expressão singular durante os atos, evidenciando que muitos que viveram a violência institucional dos velhos e novos manicômios querem testemunhar publicamente.

quais funcionavam por cooperativas de médicos, técnicos de nível superior e funcionários. Os servidores públicos da saúde que não aderiram ao PAS foram alocados em diversos outros serviços como bibliotecas, usina de asfalto, alguns programas que se mantiveram na administração direta da saúde pública como o de DST/AIDS, setores administrativos, dentre outros. Importante ressaltar que antes da implantação do PAS houve um processo de sucateamento dos serviços de saúde. Ver Bucci (1997); Elias (1999) e Gouveia; Palma (1999).

⁴⁴ Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

Testemunhar publicamente pode ter um efeito reparatório muito importante para quem o faz, pois transmite para a sociedade aquilo que fora vilipendiado e violentado pelo Estado em seu próprio viver.

Ocupamos a cidade com os serviços de residência terapêutica (SRT)⁴⁵. A primeira da cidade de São Paulo foi inaugurada em 2004⁴⁶, no território da Lapa – Região Oeste. Ao fazer parte da equipe⁴⁷ que se constituiu para implantar essa residência terapêutica, fomos ao manicômio por algumas semanas. Diferente da primeira vez que adentrei em um deles e também das vezes em que realizei visitas para algum usuário que estava internado em hospital psiquiátrico, agora estávamos ali para sair com oito mulheres daquele manicômio, que ao longo de muitos anos de suas vidas “moraram” nele, privadas de liberdade.

Aquela vontade que tive de sair correndo com a minha irmã e aquelas mulheres daquele hospital psiquiátrico de outrora, de algum modo, se presentificava em mim por meio do Projeto de Volta para Casa e dos SRT(s). Lembro-me do absurdo do caso de Maria Preta Ignorada⁴⁸, pois era assim o nome no registro no prontuário de uma delas, tutelada pelo Estado por mais de 30 anos, sem documento, sem identidade civil, invisível, subjetivamente moída. Com aquela nomeação, Maria Preta Ignorada era o retrato físico e vivo de anos de violências, violações e dos processos de apartamento social, sobretudo da população negra, nas instituições manicomiais, como revelado nos dados encontrados no censo psicossocial⁴⁹ dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo.

⁴⁵ “As Residências Terapêuticas foram instituídas pela Portaria/GM nº 106 de fevereiro de 2000 e são parte integrante da Política de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Esses dispositivos, inseridos no âmbito do Sistema Único de Saúde/SUS, são centrais no processo de desinstitucionalização e reinserção social dos egressos dos hospitais psiquiátricos”. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/vpc/residencias.html> Acesso em: 10 jan. 2022. A Portaria nº 3.090, de 23 de dezembro de 2011 altera a Portaria nº 106/GM/MS. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090_23_12_2011_rep.html

⁴⁶ Disponível em: http://saudedafamilia.org/imagens/Apres_SRT_Lapa_CRP.pdf

⁴⁷ A equipe foi constituída por profissionais do CAPS, da Secretaria Municipal de Saúde, da Associação saúde da família terceirizada para gestão da SRT, de acompanhantes terapêuticos da ONG Atua e de protagonistas sociais do banco social do Conselho Regional de Psicologia (CRP).

⁴⁸ Esse não é o nome dela e sim a forma como foi tratada. O nome dela foi recuperado, após o processo de certidão tardia, e ela passou a receber o auxílio de reabilitação psicossocial, o qual tinha também caráter indenizatório, conforme documento de apresentação do programa pelo Ministério da Saúde de 2003: “Em conjunto com o Programa de Redução de Leitos Hospitalares de longa permanência e os Serviços Residenciais Terapêuticos, o Programa de Volta para Casa forma o tripé essencial para o efetivo processo de desinstitucionalização e resgate da cidadania das pessoas acometidas por transtornos mentais submetidas à privação da liberdade nos hospitais psiquiátricos brasileiros. O auxílio-reabilitação psicossocial, instituído pelo Programa de Volta para Casa, também tem um caráter indenizatório àqueles que, por falta de alternativas, foram submetidos a tratamentos aviltantes e privados de seus direitos básicos de cidadania.” Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/vpc/quando.html>

⁴⁹ “Os dados encontrados por Barros e Bichaff (2008), de que, quando comparado a população geral, há proporcionalmente uma maior presença de negros (pretos e pardos) moradores dos hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo, possibilita refletir sobre o impacto dos processos ininterruptos de preconceito,

Em 2015⁵⁰, o movimento da luta antimanicomial ocupou o Ministério da Saúde contra a nomeação do novo coordenador de saúde mental, Valencius Wurch Duarte Filho, pois, na avaliação dos movimentos sociais, ele representava o retrocesso no campo.

A ocupação da cidade e das instituições de poder emergem a partir de um conjunto de conflitos em disputa de projetos para a sociedade e leva-nos ao reconhecimento de que, a partir do gesto físico do corpo individual e coletivo da ocupação, criam-se narrativas da experiência política do comum, do direito à cidade, à terra, à moradia, à saúde, à vida.

Vou percebendo, nessa minha escrita, que, ao falar em Reforma Psiquiátrica e sua institucionalidade como política pública e movimentos da Reforma Psiquiátrica, pode parecer a mesma coisa. Mas não são, muito embora essa mistura de análise possa acontecer, como nos adverte Rachel Gouveia (2019).

Nessa minha trajetória, convivi com muitas pessoas com as quais eu e os demais trabalhadores nos encontramos em muitos caminhos cheios de impasses, o que me fez deslocar daquilo que me era familiar, inclusive em relação à própria loucura e às normatizações e normativas institucionais. Sempre achei importante estarmos atentos e escutarmos aos usuários e familiares que nos criticavam, que não nos recebiam em suas casas, que empurram as portas, que pulavam o muro mesmo com o portão aberto, que pulavam para dentro do CAPS – Centros de Atenção Psicossocial - quando estava fechado, que abriam os arquivos para pegar seus prontuários, que apontavam as nossas contradições e rigidezes. Que subvertiam a organização cotidiana dos dispositivos de saúde e das ações intersetoriais e nos convocavam a fazer um giro na escuta, para além da retórica das “escutas qualificadas”.

Gouveia (2018, p. 13) argumenta que o fim do edifício hospital psiquiátrico não significa o desmantelamento do modelo manicomial, pois ele está introjetado socialmente e se reproduz nas relações sociais, assim “experimentamos inúmeros formatos e formas de apartheid social, expressas pela via da medicalização e patologização da vida, pela internação compulsória, pela esterilização coercitiva, pela higienização urbana e demais fenômenos [...]”. (GOUVEIA, 2018, p. 13).

Embora estudos sobre os “efeitos psicossociais do racismo” viessem tomando corpo nas práticas e discursos no campo da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial,

exclusão, abandono e apartamento social na saúde mental; sobre populações vulneráveis e saúde mental e/ou sobre os “efeitos psicossociais do racismo” (BARROS et al., 2014, p. 1239).

⁵⁰ Disponível em: <https://site.cfp.org.br/manifestantes-da-luta-antimanicomial-ocupam-ministerio-de-saude/>

no ABRASCÃO⁵¹ de 2018, o pesquisador Emiliano Camargo David (2018) provocou o debate apontando que a “reforma psiquiátrica é branca”, e, em entrevista ao Rhadis/Fiocruz⁵², problematizou:

Eu digo que a reforma psiquiátrica é branca no seu componente ético-político. Ela cuida de negros, porque 70% dos usuários do SUS se autodeclararam pretos ou pardos; os Centro de Atenção Psicossocial (Caps) e, em especial, a Estratégia de Saúde da Família, estão nos territórios periféricos. Mas a reforma psiquiátrica não racializa e não percebe a cor desses territórios e dessa população. Ela é branca quando ensurdece para o movimento negro que participou de sua criação. E aí pretende-se fazer projetos terapêuticos singulares. Mas se esse projeto terapêutico não discute raça, se não discute gênero, ele não é singular. Para um campo que discute tanto a diferença como a luta antimanicomial, a dimensão racial é inviabilizada. De alguma forma, esse é um grupo que também está estruturado no racismo estrutural, que pouco dialogou com os modos de cuidar da loucura ou com os saberes afro-diaspóricos e afro-indígenas.

Essa provocação foi fundamental para repensar as intuições nas quais trabalhei. Fez-me refletir sobre o quanto as questões raciais pouco compunham as discussões dos PTS(s), as discussões em rede, assim como o preenchimento do quesito raça/cor em nossas fichas de identificação não foi problematizado como precisaria. Levou-me a pensar em nossa escuta, em minha escuta, o que gerou um incômodo que precisei sustentar.

Emiliano Camargo, bem como Rachel Gouveia, dentre outros intelectuais, convocam-nos a retomar a radicalidade da luta por uma sociedade sem manicômios, antirracista, em defesa do fim das desigualdades de classe, opressões/exploração de gênero, raça/etnia, sexualidades e nos convocam a descolonizar o pensamento e as práticas no campo da Reforma Psiquiátrica, bem como a olhar o que aconteceu de “manicomial” dentro dela.

Esses autores nos chamam a des-homogeneizar a história da Reforma Psiquiátrica brasileira e do movimento da luta antimanicomial. Gouveia (2019) nos provoca a pensar sobre o que escapou do processo da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial no Brasil com o “esquecimento da questão racial”, para tanto, remete-se a Franz Fanon como

⁵¹ 12 Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – ABRASCÃO aconteceu em julho de 2018, no Rio de Janeiro, com o tema Fortalecer o SUS, os direitos e a democracia.

⁵² Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/e-preciso-racializar-a-historia>

um pensador e psiquiatra revolucionário por suas análises sobre o colonialismo e o racismo⁵³ e seus efeitos estruturais e subjetivos, e que passou “esquecido” por aqui, muito embora tenha influenciado o pensamento de Franco Basaglia, uma das referências para a Reforma Psiquiátrica brasileira.

Assim como o fez Lelia Gonzalez no âmbito partidário, no campo da esquerda, na década de 1980, ao criticar aqueles que se afirmavam revolucionários e populares, mas apagavam a luta do “criolêu, do mulhero, da indiada deste país” (GONZALEZ,1980)

Em face de tudo isso que ebulia nos meus afetos, somado ao encolhimento das políticas públicas, vivemos o sucateamento do último local onde trabalhei no SUS, um CAPS Adulto, levando-nos – usuários, familiares, trabalhadores – a nos mobilizarmos em assembleias diárias em defesa do serviço público com gestão pública direta e de qualidade. No entanto, fomos vencidos, mas não silenciados, e assim foi possível lidar com as perdas e as despedidas e, como já se acenava, o CAPS foi terceirizado para uma Organização Social (OS)⁵⁴ e eu fui buscar um lugar para pensar de maneira mais coletiva e não deixar o corpo à deriva.

Procurei a universidade e fui acolhida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Lógicas Institucionais e Coletivas (NUPLIC) do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), com a pergunta: escutamos a polifonia das famílias e cuidadores nos contextos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)⁵⁵?

Para desenvolver esta pesquisa-intervenção, eu já estava me avizinando do território da Brasilândia (Zona Norte SP), pelo fórum de discussões da estratégia da gestão autônoma da medicação (GAM)⁵⁶. Porém, em razão da pandemia da Covid-19 e seus efeitos, exigindo que os serviços de saúde direcionassem suas ações para seus cuidados, os programas foram refreados por causa do distanciamento social. Com isso,

⁵³ Para Fanon (1980), o racismo opera em todo os elementos da vida social e na subjetividade, produz efeitos no modo de vida das pessoas, produz uma agonia continuada, faz sofrer e adoecer.

⁵⁴ A questão que se coloca nesse processo de ampliação da gestão pelas organizações sociais (OS) é complexa e de uma racionalidade privatista e de processos de trabalho mais precarizados e controlados, que levam vozes destoantes a serem mais facilmente demitidas.

⁵⁵ A RAPS foi normatizada em 2010 e estabeleceu-se com a finalidade de ampliar, qualificar e articular o conjunto de cuidados às pessoas em processo de sofrimento mental, destacando a intersetorialidade como campo comum para ações de cuidado e as proteções psicossociais em territórios das cidades onde o viver acontece e estava em processo de construção, o qual também comportava contradições e as críticas.

⁵⁶ O planejado seria me aproximar de familiares e cuidadores que estavam às voltas com os cuidados dos participantes deste dispositivo de cuidado na Atenção Básica. A ideia seria caminharmos juntos nos territórios de cuidado a partir dos roteiros traçados no cotidiano e de diários de campo, e assim escutarmos e dialogarmos de maneira a construir algum material (escrito ou visual) para ecoar a polifonia dessas vozes.

não foi possível continuar a aproximação com aquele território⁵⁷, colocando-me num angustiante compasso de espera e levando-me, de certo modo, a rever meu projeto.

Também um pouco antes da pandemia, iniciei minha participação no Projeto Nacional de Pesquisa “Impactos Psicossociais do encarceramento no cotidiano das famílias e em sua relação com preso/as e egresso/as”, como auxiliar de pesquisa, desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁵⁸ - Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos UFMG⁵⁹. Adentrei essa pesquisa com a expectativa de estabelecer diálogos com meu campo-tema, escutar a polifonia das famílias no contexto da RAPS.

Realizei apenas uma ida a uma penitenciária feminina e entrevistei mulheres presas, pois em decorrência da pandemia as atividades foram suspensas⁶⁰ e em abril de 2021 recebemos a notícia de que o Departamento Penitenciários Nacional (Depen) havia cancelado a pesquisa.

O contato com aquelas mulheres privadas de liberdade e por duas pesquisadoras “sobreviventes do cárcere”, como se nomeiam, levou-me a perceber restos de ruídos no meu corpo causado por aqueles encontros, e então passei a acompanhar, pelas redes sociais, o movimento Desencarcera Brasil⁶¹, composto por muitas mulheres, familiares e amigos de pessoas privadas de liberdade que, ao des-silenciar as condições e seletividade do encarceramento, reclamam por direitos e defendem o abolicionismo penal e a desmilitarização da polícia.

⁵⁷ Embora essa territorialidade, de lugar e de tempo materiais, me escapasse, simultaneamente aproximava-me por meio virtual do acompanhamento de notícias e *lives* do movimento Brasilândia Solidária, o qual desenvolveu ações no sentido de minimizar os desdobramentos da pandemia na população historicamente mais vulnerabilizada, uma vez que o Governo Federal, de modo intencional, retardava qualquer tipo de auxílio emergencial.

⁵⁸ Esse projeto de pesquisa foi financiado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional e desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em São Paulo, a pesquisa foi coordenada pela pesquisadora Thaisa Vilella, e o NUPLIC-PUC-SP e a Unifesp entraram como parceiros.

⁵⁹ A equipe de pesquisadores foi composta por alunos da graduação, pós-graduação e egressas do sistema prisional. O objetivo da pesquisa era conhecer e analisar, de maneira ampla e qualificada, os impactos psicossociais, afetivos e socioeconômicos do encarceramento no cotidiano de familiares da população encarcerada e egressa prisional para fins de definição de políticas públicas destinadas a essa população. As entrevistas aconteceriam com os familiares, presos/as e egressos do sistema prisional, profissionais da assistência que trabalham nas prisões e operadores de organizações civis envolvidas com a questão carcerária.

⁶⁰ A equipe de pesquisa estava tão envolvida que mantivemos um grupo de estudos remoto, para aprofundarmos as nossas discussões. A presença de um familiar e de uma egressa do sistema penal na equipe tornou o curto processo de pesquisa de uma riqueza singular e de uma aprendizagem e encontros inestimáveis.

⁶¹ Ver perfil no Instagram disponível em: <https://www.instagram.com/desencarcerabrasil/>

Dentre as muitas palavras de ordem que estavam em seus cartazes e faixas, em frente às penitenciárias, fóruns, assembleias legislativas, no contexto da pandemia, uma delas me chamou atenção: “ser família de preso não é crime”. De alguma forma, refletia eu, ao denunciarem a criminalização a que são submetidas, podíamos ouvir uma polifonia presente nas narrativas sobre “ser família” e trazer outras vozes para dentro do debate no campo da saúde mental.

Concomitante a essa experiência rápida da pesquisa nas prisões, adentrei no Projeto de Extensão do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social/NUPLIC articulado ao Observatório de Violência Policial e Direitos Humanos (OVP-DH)⁶² e desenvolvido com movimento “Mães em Luto da Zona Leste”, no lastro da pesquisa de doutorado de Cláudia Trigo Aguiar (2021), que há anos tem vínculo substancial com o movimento e com a luta contra o genocídio da juventude negra, sustentando a tese de que esse genocídio tem relação com a impunidade dos crimes da escravidão e, nessa perspectiva, é o acesso à maternidade de mulheres negras o alvo do genocídio de jovens negros em curso no Brasil.

Seguimos juntas escutando e acompanhando o enunciado das mulheres do movimento Mães em Luto da Zona Leste, qual seja: o desejo de escrever um livro com suas versões sobre os assassinatos de seus filhos, suas memórias afetivas e trajetórias de luta por justiça. Para tanto, criamos coletivamente um dispositivo⁶³ grupal ético-político

⁶² O Observatório da Violência Policial e Direitos Humanos (OVP-DH) foi criado em 2005 por Angela Mendes de Almeida, em memória de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, assassinado pelo DOI-Codi em 19 de julho de 1971, com o objetivo de acompanhar e mapear atos violentos cometidos por agentes da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Em 2006, o OVP-DH integrou-se ao Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL) e coordenado pela professora Vera Lucia Vieira e está ligado ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e sua equipe acompanhou diariamente, até 2010, a dinâmica da violência policial, gerando indicadores que demonstram padrões de atuação. A equipe continuou acompanhando notícias até 2015, e, atualmente, o OVP-DH conta com um acervo com mais de 50 mil notícias sobre graves violações e abusos cometidos por agentes de segurança do Estado. Em 2016, reformulamos a metodologia de acompanhamento de ocorrências de violência institucional visando ampliar o trabalho de defesa dos Direitos Humanos para além de questões estritas dos agentes da Segurança Pública. Com o intuito de superar os limites das estatísticas oficiais, o Observatório da Violência Policial e Direitos Humanos (OVP-DH) utiliza fontes alternativas, como notícias de jornais e denúncias de vítimas e testemunhas, para monitorar as violências perpetradas pelas instituições estatais no cotidiano do país. Parafraseando a antropóloga Alba Zaluar (1942-2019), o objetivo não é apenas “contar as violências” provocadas pelo Estado: o propósito do OVP-DH é produzir dados e informações confiáveis sobre a violência estatal, além de constituir um canal seguro para as vítimas e testemunhas denunciarem essas violências e serem acolhidas. Disponível em: <https://ovp-dh.org/>. Acesso em: 4 out. 2021.

⁶³ O dispositivo foi aqui tomado em sua dobra interventiva, ou seja, dispositivos são montagens que acionam processos de decomposição e de visibilização, produzindo acontecimentos e devires, convocando à potência de produção de realidades alternativas (LOURAU, 1993, 2004; BARROS et al., 1992). Essa formulação sobre dispositivo foi tomada pela equipe que se engajou no projeto.

de escrita, composto pela “Oficina de Escrita”, “Tutoria individual” e as “restituições”, os quais detalharei mais adiante.

Participar desse projeto de extensão fez girar meu campo-tema de pesquisa, e a violência de Estado compareceu nele, o que me levou a refletir que essa já era, de algum modo, “presença sombra” desde a primeira formulação do projeto de pesquisa sobre se escutamos a polifonia das vozes das famílias e as demandas dessas muitas mulheres por cuidados em saúde mental.

As mulheres do movimento Mães em Luto da Zona Leste, com a bandeira de luta “nenhuma bala vai nos calar”, cujo logotipo é um megafone, enfrentam a política de silenciamento imposta pela violência de Estado: ao falarem, gritarem e, agora escrevendo o livro *Mães em luta*⁶⁴, faziam questão de frisar que seus filhos têm nome, sobrenome e família, com a expectativa de que os leitores do livro e a sociedade em geral saibam disso.

A assertiva “Nenhuma bala vai nos calar” e enfatizar que seus filhos assassinados tinham famílias, são pistas importantes ao nos perguntamos sobre a polifonia de familiares e cuidadores que circulam nos territórios, nas políticas públicas, dentre elas a de Saúde Mental. “Nenhuma bala vai nos calar” nos remete a um enfrentamento das políticas de silenciamento e às práticas de des-silenciar como possível produção de saúde e de memória.

1.1 A ESCRITURA DO LIVRO *MÃES EM LUTA*

Movimento I: escrever e enunciar o sensível

Escrever o livro é mais uma forma de fortalecer a nossa luta por justiça e para que nossos filhos não sejam esquecidos.

No nosso livro a gente vai escrever nossas ideias, recordações, vivências, experiências que pediram para sair para fora do coração, e isso não deixa de ser uma ousadia. Escrever ajuda a gente aprender, depois a gente vai ajeitando, escolhendo, cortando aqui e alinhavando lá, de modo que o livro seja nossa versão, a verdade do que

⁶⁴ Ao Finalizar essa dissertação o livro – *Mãe em luta* já estará publicado, pela editora Canônes.

aconteceu com nossos filhos e sobrinho, mas também sobre eles com seus sorrisos e sonhos, é uma memória que fica.

O Tempo, sempre o tempo, e ele nos acompanhou nas manhãs de domingo das oficinas para escrever o livro: o tempo do luto, o tempo da escrita de cada uma de nós no presente, a expectativa com o lançamento e quem sabe de um segundo volume já encomendendo por alguns familiares.

Cada uma de nós escreve e fala do seu jeito, podemos escrever algumas palavras erradas, tem aquelas que são mais de falar do que escrever e por isso gravam e depois transcrevem e outra que se reaproximou da leitura e escrita.

Feche os olhos, agora veja: você tem duas asas e uma folha de papel. Não é fácil encarar uma folha de papel na frente da gente, mas embora tenha a dificuldade do sentimento, a gente vai conseguir escrever. Às vezes a gente começa a escrever e não sabe o fundamento do ponto de exclamação.

Eu tenho um pensamento: eu já soltei pipa e quando ela alcança aquela altura lá distante, dá um sentimento diferente na gente e quanto mais a gente solta a linha, mais alto ela voa. A pipa a gente faz com a nossa mão - papel, cola, barbante e com o livro a gente pode mostrar que foi feito com a nossa mão. O voo da pipa, do pássaro e do livro são voos diferentes.

Às vezes, quando estou escrevendo, tem a pergunta com a resposta que nunca vem: por que aconteceu com a gente? Por que nossos filhos foram mortos? Não vem uma resposta concreta. O Estado não dá a resposta. Aí vem aquela dor imensa que só quem vive sabe como é.

Escrever tem sido uma esperança de lidar com os sentimentos e as emoções, assim como fazer essa travessia juntas tem sido muito bom, embora o assunto machuque, faz chorar, dá a sensação de impotência frente à violência do Estado, mas também o nosso livro fortalece nossa luta, vai contar a verdade e cada história vai tocar de maneira diferente aqueles que lerem o livro. Um livro costuma ser para sempre e outras gerações também vão poder ler e saber sobre os assassinos dos nossos filhos e que lutamos por justiça.

Quando meu filho foi assassinado, eu escrevi uma carta para o governador, eu precisava fazer isso, eu tinha essa força

dentro de mim para buscar uma resposta, eu queria saber o porquê. A carta foi respondida, mas o porquê, não.

Para nosso livro, também escrevemos cartas para as autoridades e para os policiais, mas antes das cartas lembramos do carteiro, figura querida nos bairros onde a gente mora e das lembranças de infância escrevendo cartas para os parentes distantes. Lembrei do carteiro amigo que traz notícias do meu filho que está preso

Em nossas cartas, interrogamos o próprio Estado com sua polícia e seu sistema de justiça.

Nossa palavra é vista como um nada para os homens do poder, mas nós insistimos e falamos, insistimos e escrevemos e enquanto estivermos vivas não vão nos calar! O livro nos dá força, para nós, sobreviventes, de lutar, mas às vezes as palavras não querem sair, pois é só luto e nessas horas silenciamos.

E esses nossos sentimentos vão se entrelaçando na luta do luto e no livro onde entrelaçamos nossos biografemas, que são aquelas palavras que se repetiam na escrita, como marcas de cada uma de nós. Por que **Deus**, fica esse **silêncio** na **família** e essa **saudade** bordada em **ponto cruz**? Por que há uma **linha** solta na dor que faz uma **viagem** com poucas voltas?

Mas não é fácil escrever. A gente que está presente nas oficinas, já é difícil colocar em diálogo alguma escrita, sozinha então é mais ainda, por isso que as tutoras nos ajudam com as palavras, são ensinamentos e não correção. Lemos em voz alta os nossos próprios textos e é muito gratificante ouvir as nossas próprias palavras. Soa diferente.

Fazer bordados de um coração e bonecos de pano que também nos ajudaram a soltar as palavras e nos levou a lembranças como do meu filho que fazia bonés de crochê e das nossas infâncias. O coração quando a gente mexe nele tem sempre alguma coisa oculta e acabamos por fazer um poema perguntando para o policial se ele não tinha coração. Dos tantos bonecos representando netinha, amiga, pai, teve um fantoche que representava que somos fantoches na mão da justiça, pois enquanto o Estado ficar impune, a gente fica à mercê dele.

Falar é mais fácil do que escrever, a gente é atropelada pelos pensamentos e pelo choro, é muita emoção, vocês não

têm ideia. É palavra e lágrima saindo junto, eu esqueço o ponto, a vírgula, parece baião de dois. Parece que as palavras fogem e o tico e o teco não batem. Trava e fico avoada. Também falta tempo, temos que cuidar da sobrevivência, da família, a gente acaba sendo a estrutura da casa.

A escrita e a leitura sempre estiveram presentes na minha vida desde criança, mas depois me distanciei e agora com as oficinas retornei e como tenho muita coisa na mente criei um grupo de zap só comigo mesma para gravar áudios e depois escrever. Quando pego para escrever, pego o lápis e sigo em linha reta para mais de 50 linhas sem pontuação.

Eu comecei a ler um livro com histórias incríveis de mães que lutam por justiça e por direitos humanos como nós, vou mostrar para vocês. Eu acho importante a gente falar em uma só voz, embora cada uma tenha sua história.

Nas oficinas e nos nossos textos as nossas palavras ganhavam presença, e, repetimos, será a nossa versão e não a do Estado com sua mídia vendida que trata nossos filhos como culpados e nos maltratam nos tribunais e nas delegacias, e dizem: chegou a mãe do bandido e eu faço que não é comigo. Mas dói. Infelizmente, outras mães ainda virão depois de nós, para continuar lutando, para que nossos filhos possam viver e sonhar.

Ficamos imaginando nossos leitores: desejamos que o nosso livro seja lido por muitas pessoas e possa irradiar nossas histórias. Eu tenho vontade de que o próprio policial e o pessoal da justiça leiam o livro, para tomarem conhecimento da bosta que fizeram com a gente.

O livro tem que chegar em outras mães que ainda não tiveram coragem de entrar na luta contra a violência do Estado e o genocídio. Esperamos que o nosso livro fortaleça essas mães para que sintam menos medo, pois elas ficam inseguras com a opressão. Gostaríamos que fosse diferente e que não ficassem mais caladas. Queremos que o livro chegue nos jovens e também na sociedade em geral e consiga mexer um pouco com ela.

Gostaria que o povo da direita, que gosta de ver policial entrando na favela e matando, como fizeram em Paraisópolis, também lesse o livro. Tem moradores da periferia, tem até vizinho nosso que apoia essa violência, que pensa igual o pessoal que mora nos Jardins.

A gente fica pensando também nas mães dos policiais mortos, que sofrem com a perda de seus filhos nessa guerra que está aí. Mas fico pensando também que quem usa farda sempre tem alguém que passa a mão na cabeça e que eles sempre têm advogados com facilidade.

Esperamos que os leitores do livro e as futuras gerações sejam tocadas por tudo isso que escrevemos. Manter viva a memória do que aconteceu, com a nossa versão dos acontecimentos, e da nossa luta nos dá força para continuar.

Para a publicação do nosso livro, enfrentamos o assunto se faríamos uma revisão do português dos nossos textos, é um debate profundo esse, mas as pessoas são preconceituosas por isso achamos que tem que arrumar o português sem que se perca nossa expressividade, a gente já é tão julgada e discriminada por tudo, no geral as pessoas já nos condenam por sermos pobres e periféricas.

Eu concordo que tem que mudar, eu escrevo do jeito que falo. Mas eu fico meio a meio. Um meio pensa assim: eu sou assim, falo errado, eu não ponho acento, então eu acho que tem que revisar, colocar pontuação e acento. Em casa eu tento orientar minha filha a fazer o certo. O meu outro meio já pensa assim: é assim que somos, essa é nossa realidade periférica, nós aprendemos o básico, a sobrevivência foi o mais importante.

Outra coisa que tivemos que decidir, com as orientações do advogado e esse assunto nos deixou muito revoltadas, é que para evitar represálias como ameaças ou sermos processadas, é que não constasse nomes de policiais nos nossos textos. Pois é, como sempre a gente é que tem que se retrair para a justiça. Fomos dilaceradas e oprimidas por tudo que aconteceu e temos que ser caladas em colocar o nome do policial. Nunca a gente vai ter uma voz completa. Eu sei que foi ele, ele sabe que foi ele, isso é desesperador.

Eu fico preocupada com as ameaças que possam vir para as mães, eu não tenho medo de processo, mas temos que recuar, e com isso parece que a gente enxuga gelo, tem horas que dá vontade de abandonar a luta, chutar o balde.

Gente, eu acho que temos que ter cuidado com a repressão policial e a gente tem que pegar essa revolta e seguir adiante e ter mais força para a luta, eu continuo sobrevivendo por causa dessa luta. Por fim, decidimos fazer

uma nota que vai no início do livro do porquê o nome dos policiais não apareceu nos textos e com isso denunciemos mais essa injustiça.

De algum jeito a gente incomoda eles e temos que continuar incomodando.

A gente escreve para se libertar um pouco da dor.

O nosso livro vai ser assinado com nosso nome e sobrenome, de punho próprio, para não se ter dúvida que foi escrito por nós.

1.2 O ENCONTRO COM O MOVIMENTO MÃES EM LUTO DA ZONA LESTE

Só nós mães sabemos o que passamos e passaremos, e esse vazio que fica e essa dor que não passa. Mas o tempo ajuda, ao menos um pouco, a mudar o cenário das dificuldades. Enquanto tivermos voz, gritaremos por justiça pela memória dos nossos filhos e sobrinho. Só nos resta lutar.⁶⁵

Minha inserção junto ao movimento Mães em Luto da Zona Leste, como já disse, se deu com o intuito de preparar, junto com outras pesquisadoras⁶⁶ e apoiadoras, uma proposta com o Movimento que desse conta de sustentar a demanda-desejo enunciado pelas mães de escrever um livro, a fim de partilhar a versão delas sobre a morte dos filhos, assassinados pela polícia, em contraposição à versão do Estado.

A partir de suas movimentações públicas, as mães e familiares do Movimento Mães em Luto da Zona Leste confrontam a política de silenciamento imposta a elas, as suas famílias e seus territórios de moradia e, ao des-silenciar, “libertam histórias” (Rauter e tal 2021)⁶⁷. Uma espécie de des-silenciamento de histórias colonizadas por valores de

⁶⁵ Fala das mães e tia na oficina de escrita – setembro de 2020 a fevereiro de 2021.

⁶⁶ Tendo em vista a pesquisa de Claudia Cristina Trigo Aguiar “Quando morre um filho, morre também uma mãe. Violência de Estado e Descolonização (2021) do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUCSP Projeto de Extensão: Impactos psicossociais da violência de estado desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Lógicas Institucionais e Coletivas do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP: e o projeto de extensão Programa de Apoio à pesquisa e à extensão desenvolvido pela Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (PIPEQ-PUC-SP): apoio financeiro ao Projeto (2020-2021). Tal projeto estava articulado ao projeto do OVPDH PUCSP.

⁶⁷ A expressão “libertam histórias” foi inspirada no título e no livro como um todo “Quatorze: escritas libertando histórias/Organização Ana Carolina de Souza Rauter... [et al] – Novo Hamburgo: Faculdade IENH, 2021. 65 p. disponível na Internet.

ser mulher, mãe, família e viverem suas sexualidades (Bedin 2022)⁶⁸ entram num campo de disputa de narrativas na arena pública, mobilizadas pela busca por justiça.

Com isso confrontam o lugar de criminalização e desumanização em que são colocados os seus filhos, bem como o lugar de desqualificação socialmente reservado a elas e a suas maternidades numa conjugação de opressões de raça, gêneros e classe [Claudia Aguiar (2021), Souza (2022), Gonzalez (1988)], pelas retóricas dos homens que estão nas delegacias, nos tribunais e na sociedade, a grande maioria brancos.

A organização do movimento das Mães em Luto da Zona Leste iniciou-se em 2016, “a partir da saga da liderança do movimento (Aguiar 2021)⁶⁹ que, após conseguir levantar-se da cama mesmo muito sofrida, revirou sua revolta e saiu para a rua com o propósito de investigar os motivos da execução do seu filho⁷⁰. Depois, começou a se reunir com outras mães que passavam pela mesma situação – primeiro em sua casa e, em seguida, no centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS)⁷¹, que apoia o movimento até então.

O Estado é genocida, violador de direitos, “um monstro”, como repete Laura em várias falas. Ela teve paciência, pois leva tempo para organizar o movimento e se enredar com outros e lidar com o tempo que atravessa os corpos de cada uma dessas mulheres mães que procuram enfrentar os estragos do horror que o Estado produz, massacrando e matando os seus filhos, destroçando suas subjetividades e patologizando seus corpos, anos após anos. História do Brasil na versão dos “do lado de cá da ponte” onde se situam. Histórias singulares e coletivas dessas mães, tias, famílias, territórios.

Laura é uma militante e referência para outras mães e familiares que se juntaram ao Movimento mães em luto da Zona Leste; comumente ela faz questão de creditar que as mães do Acari foram as primeiras, em nossa atualidade, que em meados de 1990⁷² começaram um movimento por verdade e justiça, colocando em suspeição o Estado, pelo sequestro e desaparecimento dos filhos, cujos corpos não foram encontrados até hoje. Iniciaram, assim, uma longa e incansável luta e nessa trajetória uma das mães-liderança

⁶⁸ Formulação de Luciano Bedin no meu processo de qualificação do mestrado no dia 09/02/2022.

⁶⁹ AGUIAR, Claudia Cristina Trigo. Tese de doutorado “quando morre um filho, morre também uma mãe: violência de Estado e descolonização”. 2021, PUCSP

⁷⁰ idem

⁷¹ Fala pública de Solange Oliviera no evento do Internúcleos sobre a experiencia da oficina de escrita em 04 de maio de 2022.

⁷² O caso “As Mães do Acari” em 2005 foi levado a corte interamericana de direitos humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 2010 o inquérito policial prescreveu e foi arquivado, sem nenhuma punição e indenização do Estado a nenhuma família e agora, depois de mais de 30 anos, tramita contra o Estado.

– Edméia Silva Gonçalves - foi assassinada⁷³. E outras morreram nesses anos. Trinta anos sem nenhuma resposta.

As “Mães de Acari” desencadearam um longo caminho de luta e des-silenciamento, que hoje é trilhado por outras mães e familiares em diferentes territórios do Brasil, numa pluralidade de experiências, pois muitos outros assassinatos e chacinas ainda continuam aniquilando os jovens, em sua maioria pretos, favelados, periféricos, os povos indígenas, as mulheres sobretudo as negras e as pessoas trans

Nessa longa caminhada histórica, esses movimentos de mães lutam contra o genocídio dos jovens negros e periféricos e pelo direito de serem mães e acionam essa condição como elemento de autoridade moral (VIANNA e FARIAS, 2011, p. 83)⁷⁴; adentram com seus afetos e seus repertórios narrativos pelos labirintos do sistema de segurança e justiça, pelas instâncias legislativas – municipal, estadual e federal, universidades e, por vezes, nas ruas promovendo manifestações. Também criam memoriais em muros e plantam árvores em espaços públicos das cidades, em homenagem aos filhos executados. Habitam as redes sociais Facebook⁷⁵ e Instagram. *A gente tem que incomodar o Estado: ao incomodarem se mostram vivas, ou, como se nomeiam, sobreviventes. Des-silenciam a dor da violência sofrida, como uma contraconduta (Foucault, 2008)⁷⁶ à política de silenciamento e de gestão do sofrimento.*

O movimento “Mães em Luto da Zona Leste” e cada uma das mães e familiares já tinham trajetórias variadas na busca por justiça, por não se conformarem ao que estava posto a elas e suas famílias como sentença: o silêncio, a aceitação, a desistência, a impunidade, o arquivamento dos processos jurídicos de seus filhos e, no limite, delas

⁷³ Dentre outros registros ver: Correio Brasileiro. <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/26/interna-brasil,875567/maes-de-acari-inspiram-luta-por-direitos-humanos-30-anos-apos-chacina.shtml> e SOARES, Dandara Vicente. Dissertação de mestrado “Justiça segundo as Mães de Acari: 30 anos depois. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia do Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2021.

⁷⁴ VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 37, p. 79–116, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645008>. Acesso em: 30 maio. 2022.

⁷⁵ CALADO, M. da G. Ações coletivas de mães em luto da Zona Leste de São Paulo: o papel da rede social digital Facebook na resignificação do luto. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 199-216, 2020. DOI: 10.11606/extraprensa2020.169719. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/169719>. Acesso em: 7 jun. 2020.

⁷⁶ Sem grandes pormenores, a noção de contraconduta aparece na obra de Foucault, nas reflexões que o autor faz sobre as práticas de governo e em relação aos jogos de poder que atravessam os sujeitos, com vistas a ampliar a noção de resistência e outras possibilidades de agir no mundo. FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População, Curso dado no College de France (1977-1978) Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana. Tradução EDUARDO BRANDA Revisão da tradução CLAUDIA BERUNER. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

mesmas. Ou seja, quando recebemos a demanda-desejo de escritura de um livro, já existiam processos em curso (KASTRUP, 2009, p 56), histórias individuais e coletivas e engajamentos variados no movimento, como a participação em um café mensal para acolhimento de outras mães e organização de ações de visibilidade do movimento. Participação em eventos, encontros, atos e lives, apoio e cuidados entre elas e articulação com outros coletivos e militâncias antirracista e na cobrança por direitos humanos, dentre outras movimentações políticas e deslocamentos subjetivos.

Claudia Trigo Aguiar (2021) nos conta um pouco sobre as reuniões mensais do Movimento Mães em Luto da Zona Leste:

Um grupo pequeno de mães mantinha presença constante nas reuniões mensais. A presença da maioria delas se caracterizava por utilizar as reuniões para fazerem pedidos específicos ou denúncias, geralmente de ameaças policiais sofridas pela família, pedidos de tratamento psicológico, pedidos de visita para uma família ou para uma mãe que tinha acabado de perder o filho, orientações sobre tramitações jurídicas, acompanhamentos dos processos em curso, dentre outras tantas demandas. As reuniões também davam voz àquelas que estavam em estado de profundo sofrimento, além de possibilitar o compartilhamento das experiências da perda dos filhos. Era neste espaço que a luta pública se organizava e também onde eram recebidas as pessoas consideradas estratégicas ou apoiadoras da luta: jornalistas, psicólogos, advogados, acadêmicos, cineastas, artistas em geral e lideranças de outros movimentos. [...]. (p 26).

E foi em alguns desses encontros que algumas mães enunciaram o desejo de escrever um livro, com a pretensão de expandir a mensagem do logotipo do movimento *nenhuma bala vai nos calar* e, como *livro é para sempre*, ficará um legado para as próximas gerações. O livro como mais uma forma de desprivatizar o dano (VIANNA e FARIAS, 2011; GONÇALVES, 2013), de romper com o silenciamento e de disputar, na cena pública, uma política de narratividade, que sabemos não ser nada fácil quando se trata de edição de livros, sua distribuição e reconhecimento.

O encantamento com o desejo enunciado mobilizou em mim alegria e o compromisso ético político com a tarefa que viria pela frente e esse percurso até a sala do encontro com o Movimento me gerava expectativas e passou a circular pelos meus sonhos. Numa passagem de um deles alguém me dizia: prepare a chegada, chegue devagar, bata na porta com delicadeza, peça licença, ouça e olhe longamente e use uma roupa colorida. (diário de campo 2020).

Os preparativos para dar conta de sustentar o desejo de escritura de um livro do “Movimento Mães em Luto da zona leste” confluíram várias apoiadoras. Reunimos nove mulheres de áreas diferentes⁷⁷, da literatura, saúde mental, ciências sociais, pesquisadoras, poeta e bordadeira; algumas já se conheciam e outras não. Estávamos entusiasmadas para montar um Dispositivo Grupal Ética Escrita que desse conta do desejo enunciado, fomos nos afinando.

Em nossas reuniões semanais, alinhávamos e chuleamos a mão um projeto comum, entendido como heterogêneo e plural, de sustentação do Dispositivo. Para nortear a tarefa, constituímos um trio de coordenação e uma dupla responsável em fazer a restituição de cada encontro, inspiradas na metodologia da socioanálise de Lourau (1993). Eu fiz parte tanto do trio de coordenação e fui uma das restituidoras dos encontros, incumbência trabalhosa e prazerosa, o que será aprofundado mais à frente.

Por ocasião desses preparativos, sonhei que mergulhava em alto mar, me sentia insegura porque não sabia nadar, mas era estimulada a descer mar adentro pelas pessoas que estavam juntas. Ao acordar me veio uma frase conhecida que costumamos ouvir dos pescadores: “respeite o mar”, os movimentos do mar. (Diário de campo 2020)

Quando estávamos preparando as “Oficinas de Escrita”, nos perguntamos se as mães/tia que participariam delas sabiam escrever, com a certeza de que isso não seria uma impossibilidade, e sim acolhido. E assim montamos um “dispositivo grupal clínico-político⁷⁸ de escrita” o qual foi constituído em três dimensões:

uma dimensão criativa, tendo em vista a relação poética com a palavra⁷⁹; uma dimensão de experimentação, que consistia na produção de textos individuais e coletivos; e uma dimensão de cuidado. O dispositivo grupal foi composto por dois microdispositivos que também carregavam estas

⁷⁷ A equipe foi constituída por 09 profissionais das áreas da educação, da psicologia, do serviço social, das ciências sociais, além de uma poeta e uma bordadeira e terapeuta ocupacional. Estas profissionais eram provenientes de grupos de pesquisa dos cursos de pós-graduação (PUCSP - NUPUBLIC e UNIFESP - GRIITTE), do grupo Mandacaru e outras apoiadoras do movimento Mães em Luto e do CDHS.

⁷⁸ LOSICER, Eduardo. Prefácio in CLÍNICA POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE ESTUDOS EM REPARAÇÃO PSÍQUICA LÁ EM ACARIOLÍVIA. MORGADO FRANÇOZO Organizadora. 1ª EDIÇÃO RIO DE JANEIRO, RJ EQUIPE CLÍNICO POLÍTICA INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER) 2018. Concordo com Losicer ao refletir que: “A clínica política não é um método; é uma ação. Em princípio, é necessário ir lá e escutar aqueles que foram silenciados pelo psicoterror. Só depois poderemos tentar a difícil elaboração dos novos conceitos que se requerem para melhor compreender o “nunca dito”. Como forjar as ferramentas conceituais necessárias que permitam entender este específico silenciamento – o mais acabado exemplo de subjetivação produzido pelo Terror de Estado? Certamente contamos com excelentes referências teóricas, mas, em última instância, a referência principal da clínica política está na escuta deste peculiar silente”. (p14)

⁷⁹ As oficinas de escrita foram organizadas tendo como base o conceito de Escrita Curativa, desenvolvido por Geruza Zelnys (2021). ZELNYS, Geruza. A escrita curativa. Ou de como voar com asas quebradas. Partes I e II. São Paulo: Fábrica de Cânones, 2021.

três dimensões: as Oficinas de Escrita e a Tutoria. (AGUIAR et al, 2021, p.83)⁸⁰

Agrupar mães e familiares do “Movimento Mães em Luto da Zona Leste” exigiu que a liderança do movimento, com o apoio do CDHS, resgatasse o contato com algumas mães e familiares para reavivar o projeto-desejo de escrever um livro, pois elas estavam dispersas em razão das oscilações de participação que fazem parte dos movimentos sociais, somado a um processo de rachaduras internas⁸¹, além da Pandemia da covid-19. Por fim o grupo de escritoras foi composto por seis mães e uma tia, com tempos de luto diferentes e que tinham um percurso de participação no movimento.

E assim nos constituímos em um grupo com 16 mulheres entre apoiadoras e escritoras – mães e tia do movimento, para a construção conjunta do processo de escritura do livro. Criamos um grupo wzap com todas nós, o qual foi nomeado por uma das mães como “a fala das mães”, para recados, postar material das oficinas, passar o link das reuniões e outros que vieram a compor as postagens. Estávamos na mesma barca.

Vale ressaltar que nenhuma de nós se apresentou de modo a ressaltar seus gêneros e sexualidades, também poucas autodeclararam sua cor/raça/etnia. No decorrer das oficinas raça-cor-etnia, aparecia em falas como “a gente que é negra”, “você que é branca”, “participo do movimento negro”. Penso que isso nos escapou e teria sido importante fazermos com mais cuidado essa apresentação.

As oficinas de escrita se compuseram de quatro movimentos:

Com licença poética, que buscava verter em palavras o que as participantes percebiam e sentiam nas experiências de leitura literária e observação de imagens; *Relicário*, que buscava construir um relicário coletivo do grupo, a partir de objetos-memória trazidos pelas participantes para ganharem escritura; *Biografemas*, identificando traços biográficos que se revelam nas marcas de escrita na produção autoral de cada uma das participantes e *Dar voz ao corpus*, quando nos

⁸⁰ Nenhuma Bala Vai Nos Calar”7AGUIAR, Claudia C.T., TAVARES, Cristine F, CARREIRO, Lucia F e VICENTIN, Maria Cristina G. Por uma Política de Des-silenciamento: o Dispositivo Clínico-Político das Oficinas de Escrita com o Movimento Mães em Luto da Zona Leste. Trabalho apresentado no JUST 2021 – Congresso Internacional Sobre Democracia e Justiça no Século XXI em modo virtual.

⁸¹ Em 2019, após o IV Encontro Nacional das mães em luto e em luta que aconteceu em Goiás <https://ponte.org/nos-lutamos-por-vida-o-encontro-de-maes-das-vitimas-mortas-pelo-estado> / Divergências que começaram no encontro em torno da discussão moral sobre filho morto envolvido com o crime e o não envolvido, como se o segundo fosse mais merecedor de não ter sido assassinado. Ver também em AGUIAR, Claudia Cristina Trigo Tese de doutorado “Quando morre um filho, morre também uma mãe: violência de Estado e descolonização”. 2021, PUCSP. Essas divergências, a meu ver, fazem parte da construção social do bandido, do vagabundo e que em alguma medida se reproduzem no movimento e fazem parte das discussões em seu anterior. Essa pauta é fundamental, assim como o tema “das drogas”, para não dividir os movimentos.

dedicamos à seleção e complementação dos textos produzidos nas oficinas, a partir de decisões coletivas, referentes também à confecção/edição do livro, no formato escolhido pelas mães/tia.⁸² (AGUIAR et al, 2021, p. 84)

Como já dissemos desde maio de 2020 trabalhamos na construção do dispositivo grupal ético político de escrita e setembro de 2020 a fevereiro de 2021, aos domingos, das 10 às 12 horas da manhã o colocamos em prática por meio das “Oficinas de Escrita”, pela plataforma Zoom, devido ao recrudescimento da pandemia e para que as mães/tia pudessem melhorar seus “pacotes de dados” de internet receberam uma pequena bolsa-ajuda de custo.⁸³

1.2.1 As tutorias: um dispositivo de acompanhamento singular da escrita

Às vezes fica difícil escrever sozinha e a acompanhante ajuda⁸⁴

Em composição com dispositivo oficina de escrita, as tutorias individuais para cada mãe e tia também aconteciam. Sete de nós, apoiadoras, ocupamos esse lugar, com o propósito de amparar seus transcurso com a escrita fora das oficinas, fosse a partir de um texto iniciado nela ou um inédito e propiciar um cuidado com a escritora, como parte dos desdobramentos que o escrever sobre os filhos e sobrinho e sobre a luta – respeitando os tempos, acolhendo os prantos, ouvindo o que se queria dizer de suas histórias, da vida, do cotidiano, sem perder de vista o projeto-desejo comum: escrever o livro. Os processos de tutorias foram singulares, não havia modelos de como fazer e assim cada dupla se inventou e viveu experiências variadas.

Nos processos de tutoria as escritoras se descobriam leitoras de seus próprios textos, o que provocou para uma delas uma experiência inédita: *eu leio em voz alta no banheiro, porque é o lugar da casa que não tem interferências ou ao ouvir a minha tutora lendo os meus textos fiquei surpresa e em um deles quis colocar mais emoção.* Com isso

⁸² Nenhuma Bala Vai Nos Calar". AGUIAR, Claudia C.T., TAVARES, Cristine F, CARREIRO, Lucia F e VICENTIN, Maria Cristina G. Por uma Política de Des-silenciamento: o Dispositivo Clínico-Político das Oficinas de Escrita com o Movimento Mães em Luto da Zona Leste. Trabalho apresentado no JUST 2021 – Congresso Internacional Sobre Democracia e Justiça no Século XXI em modo virtual.

⁸³ Essa bolsa foi possível por meio do projeto de extensão PIPEQ-PUCSP 2019-2020, a qual estava antevista para os encontros presenciais, para custear a condução e lanche.

⁸⁴ Fala de uma das mães na oficina de escrita sobre as tutorias. Novembro/2020.

foram ouvintes de suas próprias vozes. Alguns apontamentos foram vividos como aprendizagem: *ela fala coisas que são ensinamentos, sou muito grata*. As escritoras viveram as tutorias como um processo prazeroso e um encontro particular articulado com o encontro coletivo das oficinas. E cada qual com suas delicadezas: *fico preocupada com minha tutora tem horas que as palavras não saem*, o que foi acolhido como ritmos das falas gravadas, transcritas e transformadas em textos.

As tutoras estavam juntas para sustentar a escrita e possíveis mobilizações de afetos provocados por ela, assim como contribuir para que o texto ficasse mais compreensível ao leitor do jeito que a escritora quisesse expressar e alcançá-lo. Com isso reconheciam que *as vezes fica difícil sozinha e a acompanhante ajuda*. Interessante pensar a tutora como uma acompanhante, aquela que está junto e com isso pode ajudar a cuidar do processo de escritura.

O processo de tutoria fluiu de tal maneira que pouco se falava dele durante as oficinas de escrita, mas de algum modo se presentificava seja por algum material trazido a partir de encontros com a tutoria, seja por meio de algum recado: *“precisamos marcar essa semana”*, ou quando as tutoras eram solicitadas a lerem algum texto das escritoras, porque se estava emocionada demais para fazê-lo. Assim como por aquele trabalho oculto de organização e revisão do acervo junto com cada uma.

Pensei a tutoria como uma acompanhante da escrita (AE), inspirada no acompanhante terapêutico. Juntas buscávamos ampliar os espaços das palavras, transitávamos pelas frases e formulações que comporia a escrita autoral. Sobretudo foi um espaço que construímos juntas, revisitamos os textos, lemos e sentimos seus efeitos aos nossos ouvidos, apontamos uma palavra aqui e outra acolá, possibilitando algumas mexidas nos textos a escolha da escritora.

Durante nosso acompanhamento de escrita, eu e a escritora trocamos ideias sobre poesias. Com isso descobrimos que gostávamos de uma poeta em comum⁸⁵. Ela me apresentou, pela tela do seu celular, seu quarto, a obra de sua futura cozinha, o caldeirão de feijoada preparada aos sábados para marmitex, o ônibus que a levava a seus compromissos e me apresentou sua mãe. A foto de sua formatura que eu avistava ao longe, dentre outras delicadezas. Para que não lhe escapasse ideias que vinham à sua

⁸⁵ Ingrid Martins, como diz, é escritora que se descobriu poeta durante a trajetória de escritora. É criadora do Selo Inmart, através do qual publicou dois zines de sua autoria, Poesia e Vertical. [instagram.com/in.martins](https://www.instagram.com/in.martins)

mente para compor seus textos, criou um grupo de Whatsapp consigo mesma para gravar áudios sobre elas.

Além disso, essa escritora estimulou que outros familiares escrevessem para o livro – pai, avó, dinda escreveram sobre a saudade e suas dores em relação à perda *do nosso pretinho*, como registrou a dinda dele. Com isso ela criou seu próprio jeito de tutoria e promoveu deslocamentos naquele cotidiano familiar.

O silêncio também comparecia nas tutorias. Às vezes se precisava dar um tempo para habitar esse espaço. Depois de um tempo se retornava *a minha tutora deve achar que eu sumi. É que são tantas coisas na vida.*

A meu ver tutoria, foi um dispositivo muito potente e significativo para escutas, sustentações e invenções dos lugares de escritoras que as mães e tia assumiam. No entanto, não fizemos uma reflexão mais minuciosa sobre ele.

Importa destacar também que todo processo de escrita guarda sua dimensão solitária e isso não foi diferente com as mães e tia escritoras e o recurso dos áudios mostrou-se uma estratégia importante para algumas mães. Sabemos que oralidade é um meio importante de disseminação de histórias. No caso, com a gravação ganhava a materialidade de um arquivo sonoro para organizar ou guardar ideias para depois ganhar a materialidade com a palavra escrita.

1.2.2 Uma fresta de Sol pela janela: a função restituição como um operador clínico-político

Com destacamos o dispositivo Grupal de Escrita, além de colocar em relevo a experiência das mães e tia integrantes do Movimento mães em luto da Zona Leste na construção coletiva de escritura do livro, desenhou uma composição cartográfica numa intersecção entre as oficinas de escrita e as “tutorias”; um movimento entre o coletivo e o singular. Mas um terceiro movimento compôs a política de grupalidade-narratividade: a restituição.

Nesse denso processo de escutas, falas, escritas, olhares e movimentações, entre o dizível e o indizível no espaço grupal, metodologicamente tomamos a restituição tomamos as narrativas produzidas a partir dos diários da restituição (LOURAU, 1993)

A restituição não deixa de ser um exercício de escuta verbal e não verbal e também de produção de um texto memória do processo grupal que envolveu 16 mulheres, a partir das afetações e implicação dessa restituidora. Nessas restituições, não nos dedicamos às

transcrições das gravações dos encontros, mas recorremos ao trabalho de artesanaria da escrita, à mão, que realizávamos durante os encontros e a intensidade delas era tamanha que eu ficava muito mobilizada nessa função, às vezes a mão doía e me emocionava ao preparar a escritura das mesmas.

Anotar o máximo o que eu conseguia ouvir e olhar era uma preocupação, a qual estava atravessada pelos fluxos e pelas intensidades de situações que emergiam⁸⁶ em cada encontro com emoções e afetos presentes. Com as presenças e ausências das escritoras. Algumas palavras escapavam pelos gestos, fosse uma mãe deitada na cama porque não se sentia bem ou acendendo um cigarro pensativa, uma fresta de sol pela janela que parecia uma daquelas fotografias de filme, fosse uma tia demonstrando a destreza em arrumar um lindo turbante na cabeça e tantos outros delicados detalhes, os quais conseguíamos alcançar com nosso olhar no modo on-line quando a câmera estava ligada. Não raras vezes o que avistávamos eram os quadrados ou círculos com as iniciais dos nomes e, às vezes, palavras entrecortadas por instabilidade na internet ou mesmo pela falta de áudio. O chat também era acionado como possibilidade de comunicação. Com tudo isso, havia sempre algo que nos escapava em nossa escuta-olhar-leitura.

Na mesma tarde procurava dar uma forma para as anotações, com vistas a preservar o quente do acontecimento grupal e não deixar as palavras se perderem no meio do caminho entre o encontro, a anotação e os textos finais, no esforço de manter as palavras vigoradas ao retornarem para o grupo. Pois bem, as restituições transformadas em algum estilo narrativo: poesia, crônica, relato, carta, experimentações que também aconteciam nas oficinas de escrita e exprimia minhas afetações com os processos do grupo. Tomava o cuidado de que o texto fosse acessível a todas as escutadoras e com poucas laudas, de modo a não ocupar muito tempo do encontro que começava. Líamos em voz alta e, na maioria das vezes, compartilhávamos o texto na tela do computador e seguíamos os seus efeitos. Em um deles, uma das mães perguntou: mas como você escreveu isso? Essas palavras são do grupo, respondi. Surpreendemo-nos ao ouvir as nossas próprias palavras.

⁸⁶ O emergente grupal é um elemento a se observar e se explicitar no processo grupal na metodologia dos grupos operativos. Sem pormenores, “grupo operativos” é uma formulação teórico-metodológica de Henrique Pichon-Rivière, para a intervenção com grupos, entendendo esses como potencializador de mudanças e tem na tarefa como uma trajetória a ser percorrida em seu processo. A tarefa para o autor é como “um contorno, uma práxis e uma trajetória” (Pichon-Rivière, 2005, p 218). Na maior parte das vezes, todo grupo denuncia, mesmo na mais simples tarefa, um “emergente grupal”, isso é aquilo que numa situação ou outra se enche de sentido para aquele que observa, para quem escuta (PICHON, 2005). PICHON-RIVIERE. Enrique. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

A repetição⁸⁷ de palavras e afetos foi uma marca nas falas e nas escritas dessas mulheres escritoras, colocando em relevo a dimensão do sofrimento intransponível e indizível e da trajetória de luta que o atravessa. Uma repetição necessária, uma repetição-força eu diria, que procura impedir a destruição da vida e da memória de seus filhos. Repetição como potência crítica para acentuar a manifestação de um outro discurso, em oposição a retórica repetitiva do Estado e das mídias sobre a morte desses jovens. A repetição como ritornelos no sentido da música como marcas na partitura que devem ser repetidas: *Por que você matou meu filho?*

Além do mais, cada voz das mães e tia trouxe consigo:

um ponto de vibração própria que marca a fala com uma singularidade única. Para cada agente da fala há um núcleo – o ponto de vibração – que se repete e que não pode deixar de se repetir, porque é a energia que propulsiona a fala e sem a qual ela se paralisaria. (MOURÃO, 2005, p. 135)⁸⁸.

E isso me levou a perguntar: será que essa repetição não seria um deflagrador para modos diversos de escuta? Escutar suas diferenças, assim como o retumbar das palavras como militantes, *juntas somos mais fortes*, faz repetir uma força coletiva que alimente uma narrativa forte que possa um dia transformar a sociedade⁸⁹ e os restos da

⁸⁷ A repetição é um conceito complexo refletido por várias de conhecimento: como na psicanálise Com Freud (no texto em 1914 “Recordar, repetir, elaborar”, em que trabalha o conceito de repetição como uma forma de rememoração), dentre outros psicanalistas que também se dedicaram a pensar o conceito. Assim como na filosofia dentro outros autores, como Walter Benjamin em suas teses sobre o conceito de história, BENJAMIN, W. Sobre o Conceito de História. In__: LÖWY, M. Walter Benjamin: Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história", (São Paulo: Boitempo, 2007), Deleuze que tem um obra dedicada a Diferença e Repetição DELEUZE, Gilles. Diferença e Repetição. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988. repetição também é analisada na Literatura, na Música. Podemos dizer que a repetição como categoria conceitual, de acordo com SAID (1983) serve a múltiplos usos e estratégias.

⁸⁸ QUANDO A ESCRITURA SE QUEBRANA SONDA S, Cleonice Paes Barreto Mourão. Aletria: 2005. UFMG. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>

⁸⁹ Essa experiência de inscrição do luto no social e de responsabilizar o Estado pelas práticas de violência que tortura, desaparece e mata os considerados “inimigos internos” e que deixa marcas profundas naqueles que sobreviveram, familiares e na sociedade, de maneira tímida e limitada, pois não deu conta de todo do escopo das violência do Estado no Brasil, desde os crimes da escravidão. “Em 2011, foi criada através da Lei 12.528, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e foi oficialmente instalada em 16 de maio de 2012. Seu objetivo foi investigar crimes, como mortes e desaparecimentos, cometidos por agentes representantes do Estado no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, principalmente aqueles ocorridos durante o período da Ditadura Militar” [...] “Com a apresentação do relatório final, o Brasil reconhece que a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, violência sexual e execuções, entre outras formas de agressões, foi resultado de uma política estatal generalizada, resultando, assim, em crimes contra a humanidade”. <https://www.politize.com.br/comissao-nacional-da-verdade/> . Como sabemos a partir de 2016 e com o governo Bolsonaro, essa política sofre retrocessos e há um enaltecimento da violência do Estado.

experiência traumática⁹⁰? Aguiar (2021, p. 104) destaca que, nos contextos de massacres de jovens, “marca-se um encontro com o intolerável produzido pela violência de Estado, em especial pelo Sistema de Justiça. Os efeitos desta violência são devastadores para os familiares, para o território, bem como para a sociedade e as gerações futuras”.

Assim como as repetições, o tempo e as temporalidades atravessaram vários momentos do percurso das oficinas de escrita, da tutoria e das restituições. As mães e tia expressam as noções espontâneas sobre o tempo vivido do luto e da luta, o tempo da dor que não passa, o tempo do antes e depois do assassinato do filho ou sobrinho, o tempo da espera por justiça. A espera pode ser entendida como parte de uma “estrutura de dominação” que se produz e reproduz como aponta Pecheny (2017)⁹¹. Isso fica muito evidente quando as mães e tias discorrem sobre a espera pela justiça, espera para acesso as políticas públicas reparatórias, espera para uma cirurgia, espera para acessar um benefício da previdência social.

Todavia, em se tratando da escritura do livro, do processo do dispositivo grupal ético político de escrita e o da editoração, a espera se coloca como expectativa de que o desejo-livro seja concretizado e que se transforme num portador de memória, para que os filhos e sobrinhos assassinados não sejam esquecidos, bem como a luta delas. A espera aparece também associada a gestação até o nascimento filho – “a gravidez é um corpo em êxito” e como metáfora do processo de preparação para nascença do livro.

1.3 HABITANDO O DISPOSITIVO GRUPAL DE ESCRITA: UMA EXPERIÊNCIA COLETIVA DE CUIDADO

Duas mulheres, duas mães. Laura e Tainá. Duas mulheres na rua Boa Vista. Duas mulheres na defensoria pública. Duas mães, Laura e Tainá. Elas recebem a notícia em 2021, que o processo do filho de Tainá foi arquivado em 2019. Sim ele foi assassinado pela polícia. Tainá segue a vida em luto-luta. Duas mulheres, Laura com a mãe Tainá. Tainá chora. Laura procura o grupo “a fala da mães” pelo wzap: *nós não estamos muito bem, mataram novamente nossos filhos, desta vez a canetada. E*

⁹⁰ Nesta perspectiva, temos em vista também o conceito de trauma psicossocial forjado por Martín-Baró (1988) a partir da experiência traumática do conflito armado prolongado em El Salvador. Discute o mesmo autor como um processo histórico pode afetar uma população inteira, não de maneira uniforme, dependendo da sua participação no acontecimento, seu pertencimento a um grupo ou classe social, bem como as características individuais. Utiliza a expressão trauma psicossocial para ressaltar o caráter dialético da ferida produzida socialmente (MARTÍN-BARÓ, 1988).

⁹¹ Esperar y hacer esperar: escenas y experiencias en salud, dinero y amor/ Mario Martín Pecheny; compilado por Mario Martín Pecheny; Mariana Palumbo. – 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Mario Martín Pecheny, 2017. ISBN 978-987-42-4093-4. Disponível em PDF na internet.

não é um acontecimento isolado, a canetada se faz ver. A noite estava quente, fiquei aflita e pensava algo a distância precisava ser feito. E preocupava-me a segurança delas. Duas mulheres sozinhas na rua Boa Vista, no centro da cidade. Sim, beber algo naquele momento em um bar era um ato de saúde. Estavam arrasadas. *A luta contra o genocídio é uma gota no oceano*, fala e chora Tainá. Onde procurar mais forças para prosseguir? Mais um caso que foi arquivado. Um caso é uma pessoa. Agora o caso vai para fora de o Brasil. *Difícil lutar contra esse sistema. Há séculos negros e negras lutam contra esse sistema, diz e chora Tainá*. Levantamos uma grana para as duas mães voltarem de Uber para casa. Mais tarde recebi o recado que chegaram bem. Duas mulheres, duas mães Laura e Tainá. Duas mães tão tristes. E lá estava ela Tainá, no dia seguinte, segurando uma faixa no ato contra a política do presidente Bolsonaro: *pare de nos matar*. (passagem do meu Diário de campo – 2021) Fiquei indignada pela notícia do arquivamento do processo do filho de uma das mães e aflita pelo pedido de ajuda que duas mães fizeram no grupo “a fala da mães” e de eu não conseguir me deslocar até elas, depois que recebi o recado que chegaram seguras em casa acabei escrevendo, emocionada, em meu diário de campo.

Mães e tia interpelam: *olha aqui, menina, você não pode imaginar, você pode se colocar ao nosso lado e isso é bom pra gente, mas você não sabe o que é perder o filho assassinado pela polícia, pelo Estado*. Ouvíamos. Não sabíamos mesmo, mas assumimos juntas a sustentação da escrita do livro e isso nos comprometeu com o delicado cuidado ético político com as palavras e as dores dessas mulheres na escritura do livro, com a pretensão de “disputar o espaço público, para contestar a linguagem dos tribunais penais, linguagem imposta àquelas mães que decidem lutar para sustentar seus filhos como sujeitos de direitos” (AGUIAR et al - 2021).

Por isso habitar o grupo de tal modo a “sair do conformismo apriorístico de funções a serem cumpridas, de formas a serem preservadas, para ousar outras composições” (BARROS, 2009, p. 307)⁹², e a expandir a complexidade da experiência vivida diante da violência extraordinária – o assassinato de seus filhos e sobrinhos e pensar as insurgências na vida ordinária que foram operadas pelas mães e tia diante desse acontecimento intolerável. Por isso o grupo como um “dispositivo coletivo de proteção” e uma prática de cuidado clínico-político.

Cecilia Galetti (2001, p. 19), na esteira de Bezerra (1999), fala das oficinas como um dos “dispositivos coletivos de proteção” no cuidado em saúde mental: “essas possibilidades de construção coletiva que permitem de maneira singular, a cada sujeito se

⁹² BARROS, Regina Benevides de. Grupo: a afirmação de um simulacro. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

organizar e que surgem na sua grande maioria nos momentos de alargamento do campo de intervenção [...]”.

Por isso, entendemos o grupo “como espaço privilegiado para a produção do livro e apostamos na experimentação de diferentes modos de narrar” (AGUIAR et al., 2021, p. 84). A experiência do denso processo de compartilhamento de falas-escutas-silêncios-gestos-escritas no espaço grupal permitiu às escritoras encontrarem palavras, cada uma a seu modo, para a escrita do luto-luta e da saudade. E também chegamos mais perto da falta de palavras para a dor, em que, como diz Virginia Woolf (apud⁹³ MOURÃO, 2005, p. 135) “deveria haver gritos, rachaduras, fissuras” para expressá-la.

Avento refletir que as mães e tia, ao trazerem os objetos dos jovens quando vivos, assim como ao falarem da comida que eles mais gostavam, possibilitaram ao grupo viver uma experiência sensorial expandida, que culminou com a construção de um memorial vibrátil, o qual aprofundaremos mais à frente. Com isso, talvez, tenham chegado mais perto de algumas rachaduras como alude Wolf.

Seguimos firmes com o dispositivo de escrita no modo on-line: *Caí, a internet está ruim. Vou ficar sem câmera para melhorar um pouco. Gente, vamos desligar os microfones, só ligar quando falar para a gente ouvir melhor. Não tô conseguindo entrar, não tô conseguindo sair.* No terceiro encontro, realizamos um pequeno treinamento, para aprendermos a manusear com um pouco mais de facilidade a ferramenta. - *Eu cai e voltei, não sei como fiz isso*, disse uma mãe e outra responde: - *Aprende, vai aprendendo...* foi no meio disso tudo que as oficinas de escrita aconteceram, um desafio para todas nós.

Parece detalhe, mas o virtual nos exigiu viver o acontecimento grupal incorporando essa tecnologia e de não habitar o mesmo ambiente com as outras participantes, mas ao mesmo tempo habitar. Achei estranho conhecer remotamente, sem nunca ter visto presencialmente, aquelas mães/tia e parte da equipe de apoio. Era ao mesmo tempo presença e distância e distância presença que possibilitou a aproximação. Todavia, às vezes o encontro era tão intenso que eu até esquecia que estava on-line e sentia o calor das nossas presenças (diário de campo). Algumas das mães também foram incorporando esse modo de se comunicar ao participarem de lives, cursos, reuniões em seu cotidiano.

Eu fiquei com muita expectativa no primeiro dia. Parecia que ia fazer o meu primeiro grupo da vida, mas também não deixava de ser o primeiro com aquelas mulheres

⁹³ Essa frase que consta do texto da autora é da obra de WOOLF, Virginia. As ondas. Trad. Lya Luft. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.

todas. Fui cuidando de escutá-las e, embora muitas vezes a câmera tivesse que ser desligada, procurava enxergar possíveis detalhes naquela distância virtual: um olhar, um sorriso, o enxugar da lágrima, um corte de cabelo, um penteado diferente.

Viver o estranhamento fazia parte e aos poucos aquele processo remoto nos ficou mais palatável. De certa forma, adentramos as casas umas das outras, conseguimos avistar plantas, uma janela com um raio de sol, uma mesa, uma vassoura, uma cozinha, um café sendo preparado no coador de pano, um varal com roupas estendidas, quadros nas paredes. Alguma criança ou familiar chamando, latido de cachorro, canto de passarinhos, barulho de obra. E também chegamos a outros lugares como o comércio de uma delas, o transporte coletivo, a rua, a ocupação Carolina Maria de Jesus do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), pois uma das mães participa dele.

Para entendermos o que seriam as oficinas de escrita, recuperou-se o fato de duas mães serem costureiras e fez-se uma analogia da oficina como um lugar de transformação e do olhar da costureira à roupa na silhueta. Com a escrita, as palavras ganhavam formas e ritmos. Reconheciam nesse gesto possibilidades de des-silenciar. Um corpo documento⁹⁴. Uma *ousadia* do corpo em seus vários ritmos *ao colocar para fora o que se sente*.

Já no primeiro encontro viemos a saber que todas sabiam escrever *do meu jeito*, como algumas se expressaram. Embora algumas dissessem: *sou mais de falar do que escrever* e desde do início já enunciavam: *o livro vai ser a verdade, não aquilo que a mídia falou. Vai ser a nossa voz e não o do Estado*, sentença reiterada inúmeras vezes e que soava à minha escuta como uma postura de afirmar suas vozes e saberes. Com isso também nos interpelavam. Suas palavras pediam passagem, ganhariam presença e possíveis outros sentidos, diferente da vivência de que *nossas palavras são o nada para os homens de beca ou farda*.

A *verdade* que embora muitas vezes já foi materializada, por meio de provas concretas, levantadas pelas investigações exaustivas de muitas dessas mães e levadas ao sistema de justiça para compor os processos jurídicos, raramente redundou em justiça. A *verdade do Estado prevalece*, enfatiza uma das mães coroada por um espetáculo midiático

⁹⁴ Para Beatriz do Nascimento a memória “são os conteúdos de um continente, da sua vida, da sua história, do seu passado. Como se o corpo fosse o documento. Não é à toa que a dança para o negro é um fundamento de libertação. O homem negro não pode ser liberto, enquanto ele não esquecer o cativo, não esquecer no gesto, que ele não é mais um cativo. (Beatriz Nascimento em trecho do filme “Ori”, disponível na internet)

de *desumanização de nossos filhos*, delas mesmas de seus territórios de moradia considerados lugar de vagabundos, traficantes, bandidos e de risco para a sociedade.

Nosso compromisso nas manhãs de domingo com o dispositivo grupal de escrita, semanalmente e depois mensalmente para escrever alguns textos coletivos e acompanhar a edição do livro, transformou o meu domingo em um acontecimento diferente, não raro ao término de cada encontro eu precisava de um tempo para decantar os efeitos emocionais provocados por ele. Um tempo antes de almoçar.

A gente não sabe como sobrevive com essa dor, dizia uma mãe, e sensação de *estar enxugando gelo* perpassava o desânimo frente ao poder do Estado e o seu sistema de segurança. A vontade era de ficarem deitadas, mas acabavam se levantando, para trabalhar dentro e fora de casa, fazer faxina, pequenas viagens, comida, cuidar dos outros familiares, dos netos, dos outros filhos. Fazem seus corres, algumas acompanham outra mãe para resolver coisas na justiça, falam em eventos públicos, esticam e puxam e seguem cuidando da vida cotidiana e da luta. Mas também esmoreciam, não conseguiam levantar da cama, ficavam noites sem dormir, adoeciam.

Para mim, contribuir com a realização do dispositivo grupal de escrita com as mães e tia me proporcionou estabelecer uma relação forte com elas e, ao ouvi-las, alcancei uma dimensão, ainda maior, sobre o sentido da justiça que buscam e pela qual brigam incansavelmente e, também, a conversa que procuram estabelecer com a sociedade: *só nos resta lutar*. A partir de frases como essa, era possível escutar o lastro da história do Brasil das muitas mães, a maioria negras, que persistem na luta pela vida de seus filhos e de “suas maternidades” (AGUIAR, 2021; SOUZA, 2022; VIANNA e FARIA, 2011). *Muitas vieram antes de nós e infelizmente outras ainda virão depois de nós, para continuar lutando, para que nossos filhos possam viver*. Essa fala é o sentido da temporalidade histórica em que essas mulheres estão engajadas.

“As mães” é uma enunciação coletiva em movimento, mas não é uma única história, são inúmeras narrativas que se cruzam no coletivo e que me tocaram profundamente. “[...] tomar a palavra em sua força de criação de outros sentidos, é afirmar o protagonismo de quem fala e a função performativa e autopoietica das práticas narrativas” [(apud AGUIAR (2021, p. 36), (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014, p. 156)].

Ao escutá-las e lê-las fui (fomos) ouvindo-lendo o quanto os silêncios eram interiorizados dentro de cada família. *“Uma família nunca será mais a mesma”* depois do assassinato dos seus queridos. Em cada família o silêncio acompanhava as relações

familiares, cada qual calava os efeitos da morte violenta na família. A não fala é de mão dupla, com receio de fazer o outro sofrer mais.

Os familiares estiveram ao redor das oficinas de escrita. Duas irmãs e uma avó compareceram em um dos encontros para partilhar seus escritos sobre o luto e a saudade. Outras escrituras foram encaminhadas para compor o livro como a de um pai, uma tia e uma dinda. Compareceram também o irmão mais novo de um dos jovens mortos, por meio de um desenho que fez no dia da tragédia e um outro pelo comentário da mãe ao contar que ele havia usado uma camiseta em homenagem ao irmão e que ela o advertiu quanto ao uso da camiseta em público, para não ser alvo de alguma represália. Ao que, em resposta, ele falou: *já perdi meu irmão, agora nem a camiseta posso usar? Vou usar.* Isso me fez refletir dos dizeres verbal ou gráfico possíveis da dor e do luto desses irmãos. *É isso que a violência de Estado faz com nossas famílias, querem nos quebrar.*

O Estado brasileiro é especialista, por uso da força ou por meio de inúmeras institucionalidades nas políticas públicas de quebrar ou não reconhecer algumas famílias como famílias, algumas mães como mães dignas (Souza 2022).⁹⁵

Em alguns encontros conhecemos os meninos vivos, ao falarem da comida que eles gostavam, o time que torciam, a bebida que apreciavam, filmes, músicas e vídeo games que curtiam. O boné, a almofada, o vaso, os desenhos que desenharam. As fotos com seus sorrisos e suas poses que as mães/tia nos mostravam pela tela ou postavam no grupo de wzap. Um grande “memorial vibrátil “e assim conhecemos o mundo desses meninos como força. No capítulo três retomarei essa ideia de memorial vibrátil, inspirada dentre outras formulações, no conceito de “corpo vibrátil” de Rolnik (2003)⁹⁶

Para mim essas mães e tia embora falem da morte, ao ouvi-las e lê-las escutava uma narrativa de vida que a sobrevida carrega, ao expectarem que a luta que fazem hoje é para além delas. Por isso escrever, escrever individual e coletivamente, escrever um livro, um livro coletivo, um livro desejado, provocava pequenos deslocamentos no

⁹⁵ SIMÕES, ISADORA. Tese de doutorado Mulheres usuárias de drogas e o sequestro de seus filhos: interrogar a violência de estado numa perspectiva feminista, defendida no programa de pós graduação em psicologia social da PUCSP. 2022.

⁹⁶ RONILK, Sueli. “Fale com ele’ ou como tratar o corpo vibrátil em coma”. Conferência proferida nos simpósios: Corpo, Arte e Clínica (UFRGS, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – Mestrado. Porto Alegre, 11/04/03); A vida nos tempos de cólera (ONG Atua, Rede de Acompanhamento Terapêutico. Itaú Cultural, São Paulo, 17/05/03) e A clínica em questão: conversações sobre clínica, política e criação (DA de Psicologia UFF e Universidade Nômade, Niterói, 05/12/03) <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/falecomele.pdf> acesso em 23/09/2021.

cotidiano, ao furar o silêncio gélido e sem agasalho imposto pelo silenciamento, produzia novas palavras e sentenças cálidas. Produzia novas subjetividades naquelas mulheres.

Logo nos primeiros encontros nos contaram que as datas de aniversário dos filhos e sobrinho, a data da morte, o dia dos finados, as datas em que reuniam a família no final do ano, dia das mães, são vivenciadas com muita dor, saudades e construção de um filho imaginado como estaria hoje. Nos diziam que as pessoas, vizinhas, não conseguiam entender, *como depois de tanto tempo da morte do filho sinto tanta dor*. Ouvia essas falas como uma interrogação: nós, as apoiadoras, entenderíamos?

O tempo de cada uma, o tempo futuro, o tempo presente com encontros virtuais, o tempo em que aconteceram as oficinas, o tempo das famílias, o tempo das sobreviventes: as memórias dos acontecimentos – os assassinatos, as saudades, as dores, perpassam as gerações: avós, pais, irmãos, tios, filhos, netos e até alguns vizinhos e amigos. As escritoras – mães e tia - trazem consigo muito dessas vozes. Muita história para ser contada, muita gente impactada.

E assim a oficina de escrita aconteceu e carregava um fluxo diferente em cada encontro ao mergulharem em suas histórias singulares diante da vivência, mas também carregava um fluxo coletivo ao compartilharem seus escritos, pensamentos, sofrimentos, bordados e bonecos. As fotografias, objetos e desenhos dos seus queridos. Os meninos, quase todos pretos que foram assassinados pela polícia. Os meninos, quase todos pretos que moravam nas periferias da zona leste, zona norte e zona Sul. E assim fomos conhecendo que as mães do Movimento em luto da Zona Leste vinham de outros bairros de São Paulo. *Eu moro na zona Sul. Eu moro na zona norte*. Para esse grupo as regiões não são fronteiras e assim criaram poesias, cartas e notas juntas para o livro.

As fronteiras⁹⁷ que as segregam e humilham são aquelas que estão do outro lado da ponte, do lado abastado da cidade, é o racismo e a opressão do *Estado monstro*, que ao assassinar seus filhos, os retirou de suas vidas.

As Fronteiras que as segregam e que lhes dão canseira são aquelas que fazem parte da ininteligibilidade jurídica do Estado – leis e linguajar. O Estado ininteligível começa pelas papeladas como os formulários, fotocópias, exigências de provas e prazos, esses imediatos para constar nos processos e proceder os encaminhamentos jurídicos até um

⁹⁷ Podemos aventar como uma contradição do movimento as fronteiras que são criadas entre as mães dos filhos assassinados que não estavam envolvidos com algum ato infracional daquelas cujo os filhos estavam envolvidos, reproduzindo uma narrativa dominante levando-as a rompimentos que interessa ao Estado. Essa é uma discussão que vem sendo pauta importante dos movimentos em nível nacional.

possível julgamento. Todavia, na maioria dos casos esse levantamento de provas e documentos redonda no arquivamento dos processos e um dos motivos é “falta de provas”. *Um tiro na nuca não é prova?*

No transcurso das oficinas de escrita duas mães viveram momentos bem doloridos: uma de reconstituição da cena do crime e a outra exumação do corpo de seu filho. Nessas horas as outras mães seguem juntas amparando afetivamente e politicamente aquela mãe que estava vivendo a situação e, ao se colocarem visíveis, querem marcar que aquela mãe não está só, *temos que mostrar que somos muitas*.

Uma outra mãe recebeu a notícia da defensoria pública de que fazia dois anos que o processo do filho fora arquivado, essa notícia do arquivamento é vivida por ela e pela outra mãe que a acompanhava como se Estado tivesse matado mais uma vez os seus filhos, *um novo enterro*, desta vez num arquivo morto a canetada e assim o Estado, ao fazer a gestão do sofrimento, promove uma “rede de danos” (BRASIL - 1999), intensificando sobremaneira os sofrimentos ético-político (SAWAIA, 1999,2009) dessas mães, dessas famílias, dos amigos.

As dores do corpo e do psicológico apareciam com frequência nos encontros: *Olha a bosta que fizeram com a gente*, entoava uma mãe. Essas mães e tia narram sobre suas idas e vindas em busca por justiça e a humilhação de ter que provar que se é pobre para ter acesso a justiça e de que *a nossa palavra nunca é ouvida completamente* por ela.

No entanto para além de suas tragédias singulares vividas com agudeza e revolta, no coletivo se apoiam, juntam seus adubos e nos alertam *a história verdadeira só sabe quem passou na pele* e “libertam histórias”. Reconhecem nosso apoio, “a solidariedade é valorizada, mas não estabelece o mesmo tipo de vínculo, algo que só o compartilhamento daquilo que é tomado como uma dor ímpar pode fazer” (VIANNA e FARIA, 2011, p 85). Lutam e procuraram incentivar outras mães a denunciar, com a expectativa de que não matem mais os filhos (e nem a elas), mas com a dolorida consciência que não vão viver isso no presente e nem no futuro próximo, *quem sabe meus netos ou bisnetos vejam alguma mudança*. Mais uma vez me vem a ideia do lastro histórico dessa luta.

Escrever o livro com suas vozes é também uma forma de confrontar a polícia, o sistema de justiça e o Estado, pois *embora tenha dificuldade do sentimento a gente vai conseguir escrever*. A expectativa é irradiar suas histórias em contraposição às *palavras dos homens do poder* que insistem em desqualificar suas versões de suas histórias, das circunstâncias do crime contra seus filhos e sobrinho e de suas vidas como mulheres periféricas e algumas delas negras.

Para evitar represálias da polícia uma das mães ponderou que a assinatura das cartas coletivas destinada às autoridades ou ao agente causador do disparo deveria ser assinada pelo movimento Mães em luto da Zona Leste, todas concordaram *elas são muito violentas*, mas também argumentaram que ao assinar com o nome do movimento vai *mostrar que são muitas as mães que lutam*. Não foi o medo que motivou essa decisão, mas o cuidado umas com as outras.

Também para evitar represálias e processos, após orientação de um advogado, decidiram não colocar nos textos os nomes dos policiais. Não foi uma decisão fácil. Ficaram enfurecidas, com toda razão, e nesse dia apareceu de maneira mais contundente suas revoltas e mais uma vez para elas se comprovava o quanto *a justiça está longe da gente*. Como indagavam em voz mais alta: *O Estado e a “mídia vendida” falam dos nossos filhos, chamam eles de bandidos, expõem seus nomes, nos tratam mal desde a delegacia e é a gente que tem que se calar ao não escrever o nome deles*⁹⁸.

A expressão dessa revolta revelou, mais uma vez, o quanto suas trajetórias são difíceis e, embora tenham vontade de jogar a toalha, se recompõem e continuam na luta. Querem expandir a dor do luto para sociedade e mostrar a relevância de suas lutas. *Morre todo dia um jovem na periferia, a maioria negro, a sociedade tem que se incomodar com isso*.

As conversas se mantinham densas; refletiu-se sobre o cotidiano violento nas periferias, o racismo e suas consequências sociais e psicológicas. Falou-se do reconhecimento do corpo do filho no Instituto Médico Legal (IML) e toda uma entranha do sistema de segurança pública que tiveram que conhecer. Reconhecem que a companhia de outra mãe com mais conhecimento dessa malha inteligível é muito importante.

Para cada uma, escolher os textos que gostariam que fosse publicado foi um processo para além dos encontros do grupo e as tutoras estiveram juntas. Foi necessário olhar e reolhar o acervo, ver o que faltava e então pegar mais uma folha e continuar escrevendo. *Fazer um livro dá trabalho, tem escritores que demoram anos*, sublinharam.

Partilhamos da sensação de tarefa cumprida. O fechamento das oficinas girou em torno de agradecimentos umas às outras e do reconhecimento do esforço em realizarmos as oficinas de escrita remotamente. Duas dimensões se cruzaram na travessia pelo dispositivo grupal de escrita: do cuidado tanto delas quanto de suas famílias e a luta contra o Estado genocida.

⁹⁸ Como já apontamos propusemos fazer uma nota, para constar no início do livro, a respeito do porquê de o nome dos policiais não terem sido citados.

Tivemos uma ideia do tanto que foi escrito pelas escritoras – mães e tia e de tantos afetos que foram mobilizados no grupo ao despertaram para as palavras escritas em nós, o que exigiu muitas horas de trabalho. Como refletiram, *falar machuca, não falar também*. Experimentarem a contradição de, ao escrever, emergir o sentimento de impotência diante da violência do Estado, e ao mesmo tempo vivenciar a potência de escrever um livro que vai registrar a verdade e manter a memória dos filhos e sobrinho, além da luta delas.

“Aquele foto da reportagem que eu trouxe mostra a revolta da população por causa da morte do meu filho, mostra que a gente não pode se conformar, a gente não pode ficar calada.” Com isso, deslocam suas revoltas para o contexto da luta, para não submergirem ao silêncio.

E seguem com suas reflexões sobre o processo de escritura do livro: *“As reuniões da oficina de escrita foram muito importantes, fizeram com que a gente colocasse nossos desejos para fora, porque ‘eles’ mataram um pouco a gente... Estas oficinas possibilitaram a gente falar com nossos filhos... para mim me foi um prazer, foi muito bom, me deu mais força, eu comecei a me expor. Aprendi muito, desabafei e escrevi sobre o meu filho. Foi um prazer estar na oficina. Aqui a gente conheceu a dificuldade, cada sentimento, até mesmo formas de expressar os sentimentos na forma de falar e até mesmo na forma de escrever... Tem um momento que você vai escrever uma carta, começa a escrever e, muitas vezes, não tem um fundamento de um ponto de interrogação ou mesmo de uma vírgula. Então eu agradeço a vocês.”*

Sustentar coletivamente a escrita do livro significava escutar e cuidar para que o desejo livro fosse tomando corpo, e assim, de algum modo, inventar um futuro, porém mergulhado no presente da escrita e do cuidado.

Para Rolnik e Guattari (1986), o desejo

[...] permeia o campo social tanto em práticas imediatas, quanto em projetos muito ambiciosos. Por não querer me atrapalhar com definições complicadas, eu proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores [...]. O desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 215-216)

O Estado fez e faz de tudo para que essas mulheres fiquem *quietinhas, doentes e medrosas*, mas o desejo de escrever um livro e de ousar *colocar os sentimentos para fora*,

fez do Escrever um desafio. E às vezes foi preciso pausar a caneta quando a dor dói demais. Fábio Araújo (2012, p 45) reflete que quando as palavras falham o próprio corpo é um meio de expressão

Mariza Peirano (1999) na esteira de Veena Das sublinha que a experiência do indizível se torna dizível na narrativa a partir da convicção de que ela pode ser compartilhada. As mães e tia do movimento Mães em Luto da Zona Leste têm a expectativa que o livro chegue a vários leitores e possa de algum modo tocá-los, ao conhecerem a história de cada uma, do movimento e dos jovens assassinados, pois como salienta Conceição Evaristo (2020)⁹⁹ “o que dá vida ao texto é quem pega o livro para ler” (EVARISTO,2020) E essa é uma expectativa das mães e tia: que o livro ganhe vida e toque a sensibilidade dos leitores.

Evaristo¹⁰⁰ (2019) a partir de sua experiência de leitora ávida desde a infância e como escritora, a partir também de sua experiência como mulher negra e pobre, conclama “vamos ler!¹⁰¹ O mundo é vasto! A textualização do mundo, também!” (EVARISTO, 2019, s/p).

As mães e tia, por meio da oficina de escritas, foram provocadas a escrever, a textualizar o mundo a partir de suas experiências de dores-revoltas-lutas porque sabem falar por elas mesmas: *será a nossa versão*, tanto que vestem e desnudam suas palavras e “escrevem para que a vida não se perca”¹⁰², pois, o livro tem uma maior permanência temporal: transmissão e documento.

O livro como uma insurreição. Essas mulheres, mães e tia, reiteram: *a gente não vive, mas sobrevive*. Ao sobreviver, como adverte Agamben (2008, p. 36),¹⁰³ “não podem deixar de recordar”. O desejo delas de escrever um livro nos colocou, no transcurso das oficinas, às voltas com o tempo de sua preparação e os confortos e desconfortos presentes no processo. O desejo de escrever a versão delas, por meio do livro ganhou nova possibilidade de transmissibilidade da verdade, para o Estado, outras mães, enfim para os

⁹⁹ Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. 1. ed. --Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. ISBN 978-65-992547-0-3 1.

¹⁰⁰ <https://www.escrevendoofuturo.org.br/blog/literatura-em-movimento/o-mundo-e-vasto-a-textualizacao-do-mundo-tambem/>

¹⁰¹ Mas o que tenho buscado como novo compromisso de leitura é a autoria de mulheres negras brasileiras que, por injunções do racismo e do machismo, travam um longo percurso para chegar à cena literária.

¹⁰² Tomo aqui emprestado essa frase da artista Paola Zordam, do seu poema A fuga das Bandas Imperativas-Ensaio Visual. p. 49 – revista Lucía: revista feminista de cultura visual e tradução. Periodicidade: anual, v. 2 n. 2 (2022), Issn 2763-521X lançamento 08/03/2022, Volume II: Letra, letrado, letramento.

¹⁰³ AGAMBEN, GIORGIO. O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

leitores no tempo presente e do futuro. Esse desejo-força de escritura dessas mães e tia do Movimento Mães em Luto encontra ressonância nas palavras da escritora e teórica da literatura Conceição Evaristo (2020, p. 35)¹⁰⁴

[...] E o que seria escrever nesse mundo? O que escrever, como escrever, para que e para quem escrever? Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha. [...]

Sustentar uma luta pela memória dos filhos e sobrinho assassinados pelo Estado e pela verdade e justiça é um trabalho de tempo e o coletivo é que ampara esse processo. O dispositivo grupal ético político de escrita em composição com os dispositivos oficina de escrita tutorias, além das restituições afirmou “*o grupo como um corpo forte*”, afável, e uma espécie de muro de arrimo dos movimentos das escrituras.

¹⁰⁴ Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes ; ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

2 VOCÊS NOS ESCUTAM?

Movimento II: Vocês estão nos ouvindo? Vocês têm que ter paciência com as mães

Somos mães e tia dos filhos e sobrinho assassinados pelo Estado. Partilhamos sentimentos parecidos entrelaçamo-nos na dor, no luto e na luta. Nossos filhos e sobrinho foram arrancados de nós. Choramos, sofremos e as dores se espalharam pelo corpo. Por vezes adoecemos. Algumas mães até morreram de tanta tristeza. Eu chorei muito com a psicóloga do centro de direitos humanos de Sapopemba

Eu sinto muita ansiedade na mente que não para, tentei suicídio e faço tratamento psiquiátrico e terapia. Retomar a escrita tem me ajudado, é difícil, mas tem me ajudado.

Quando meu filho foi assassinado, escrevi até para o governador pedindo justiça, dei entrevista para jornal, mas depois parei de falar e entrei em depressão. Emudeci. Fiz tratamento psicológico e agora falo sobre minha história, a história do meu filho. E não falo para me acharem uma coitada ou para ficarem com dó de mim, não quero isso. O que eu quero é justiça. Eu falo para que as pessoas tomem conhecimento dessa violência.

Depois da morte do meu filho, não me reconheço em quem eu era. A gente não é a mesma depois do assassinato dos filhos, não dormimos mais direito, às vezes tem mãe que precisa tomar remédio. A palavra difícil é pouco e pequena para quem perdeu um filho assassinado. Teria outra palavra para além de difícil? Teríamos que inventar uma palavra que desse nome para essa dor?

A gente aos poucos vai aceitando a dor, porém fica um vazio. A gente sobrevive. Nossa dor não vai acabar nunca, só quando fecharmos os olhos e não tivermos mais o fôlego da vida para respirar e voz para gritar. Você sabe o que é acordar todo dia e lembrar que seu filho não estará nunca mais por perto?

O IML nos foi imposto. Não queria ver a imagem do meu filho lá dentro, todos pelados e então preferi guardar seu sorriso meigo e livre. Eu entrei e vi o meu filho dentro daquela gaveta e perguntei, onde eu errei? Mas foi ali que tive que

buscar a minha força e lembrei que o meu filho não era uma pessoa triste e que ele foi feliz.

As datas como dia das mães, finados, fim de ano, aniversário do filho, aniversário de morte mexem muito com a gente. É muito violento o que vivemos: o corpo do filho no chão, IML, delegacias, defensoria pública, tribunais, lápides, cemitério, túmulos, exumação, reconstituição da cena do crime, arquivamento dos processos revelam nossas cicatrizes. A morte violenta revira pensamentos. Socorro, meu deus. Socorro.

Tá muito difícil esta semana para mim, fazem sete anos da morte do meu filho. Parece muito tempo, mas quem não vive essa nossa história não sabe como é. Parece que foi ontem, fico mais cabisbaixa nessas datas. Quem está fora da situação comenta: mas já faz tanto tempo, as pessoas não conseguem entender, aí a gente para de comentar com elas.

A semana que vem vai ter a reconstituição da cena do crime do meu filho e é muito dolorido.

o Estado quer acabar com a gente, mas temos a revolta. Mesmo com tantos anos da morte dos filhos, a emoção toma conta, pois falar do filho que morreu é falar do que ele viveu, é o que resta para nós. A gente sobreviveu. A gente tem os outros filhos, mas a gente fica meio oca e fica uma tortura emocional na cabeça. Fica a cadeira vazia.

Nós, mães, nos abraçamos no luto e nos entrelaçamos na luta. A gente precisa se agarrar em alguma coisa para seguir a vida, eu me agarrei na luta e fui investigar a morte do filho, o que não é fácil, a gente viu que teve requintes de crueldade. A gente corre riscos, mas quando a gente se incorpora na luta, é muito forte tudo isso. A gente se ampara, a gente se telefona, entende o que a outra fala. Uma forma de cuidado.

Quando a perda é muito recente a gente precisa de um espaço para falar, é difícil se engajar na luta logo de início e quem ouve tem que ter força para ouvir. A dor da outra mãe se faz a nossa, independente da etapa que se está no luto. Uma mãe ouvindo a outra é muito forte, uma entende a outra. A Laura esteve no velório do meu filho e me ajudou muito.

É difícil estar de frente com o assassino do seu filho. Temos que correr atrás de tudo. Os prazos são curtos para entrarmos

com o processo criminal, e para termos acesso a defensoria pública temos que provar que somos pobres. É absurdo e revoltante ter que provar que se é pobre, para ter direito a justiça. É tudo difícil para a gente. É difícil para o pobre ter direito à justiça. A justiça que precisa ser feita, uma justiça nítida não acontece, mas não tem jeito, só nos resta lutar. A gente luta por justiça e com a esperança que não matem mais eles, os jovens periféricos e a maioria negros. Vocês sabem que são eles os alvos.

O Estado é um monstro, a bala do Estado matou a família toda. A família toda desaba. O Estado é monstro e genocida, a culpa não é só do policial que puxou o gatilho, é do secretário, do governador. Será que nossos bisnetos vão ver alguma mudança? Fico com essa esperança.

Nossos outros filhos ficaram com dificuldade de conversar. Irmãos e irmãs sofrem e sorriem menos. Parece que ficamos sem palavras para conversar e cada um trabalha à sua maneira os sentimentos dentro do coração. Os outros filhos calam os seus sofrimentos, porque não querem ver a gente sofrer mais. É isso que os assassinos, essa força bruta, faz com nossas famílias: mexem com nossos sentimentos, querem nos silenciar. Eles, os brutos, querem nos distanciar pelo silêncio.

É isso que essa violência do Estado faz com nossa família. Os brutos querem nos distanciar, querem nos quebrar. A irmã de um jovem assassinado está numa cama, sem palavras. Avós, tias, tios, as dindas sofrem. Amigos e vizinhos também. Você já se perguntou qual é a faca que te corta? Somos sobreviventes. Procuro uma força dentro de mim, recorro à memória das coisas boas que aconteceram entre os irmãos, as brincadeiras que brincaram juntos. As recordações boas, aprendi que isso ninguém nos tira. E assim até conseguimos sorrir para saudar o neto que vai chegar e tem as outras crianças da família que ficaram, os sobrinhos que sempre perguntam pelo tio.

Tem os filhos que ficaram sem pai, porque mataram ele. É a minha filha caçula que faz com que eu me levante. Tem o pai deles que fica calado. Todo mundo com sentimento preso e ninguém consegue conversar do assunto. A gente chora embaixo do chuveiro. A gente não mostra a tristeza para os outros filhos, isso cansa a gente! A palavra não é cansa, é vida dissimulada. Vida dissimulada na família. Uma família nunca

mais será a mesma depois que morre um dos seus jovens assassinado.

Gente, hoje eu não estou bem, não dormi nada essa noite. Estou muito sensível, com o coração apertado, apreensiva. Às vezes olho pro alto procurando um lugar onde eu possa pedir socorro.

Fiquei mexida com a imagem da mulher grávida: a gravidez é um nervo em êxito. Tem um filho dentro, depois nasce, cresce e a mãe tem que deixar ele voar, é dolorido, mas voam. E de repente ele é arrancado da vida da gente, é assassinado. Eles só gostavam de sair, de se divertir, como qualquer jovem, tinham sonhos, os jovens da periferia deviam ter o direito de ir e vir, educação de qualidade, mais lazer, atividades culturais. A gente luta para que os nossos filhos não sejam esquecidos e a gente fica preocupada com nossos outros filhos, para que não sejam violentados.

Quanta raiva e quanta revolta eu já senti, até vontade de matar eu tive. Deprimi, hoje eu já tenho respostas que o silêncio me deu. O tempo me ajudou, eu amadureci demais. Um amadurecimento, renascimento. Vi que não era a única e não fui a última, se fosse, algo teria mudado.

Diferente dela o meu sentimento de revolta às vezes volta e invade o coração e peço a deus para tirar isso de dentro de mim, e a pergunta insiste: por que você matou o meu filho? A perda de um filho é irreparável. Os policiais e o Estado fazem isso com a gente: deixam nossas vidas em pedaços. Queria que eles se colocassem no lugar da gente.

Nós temos nossos momentos de silêncios e medos e toda vez que um jovem morre relembramos o que passamos: temos que cuidar do enterro e cuidar da memória do filho. Um luto revivido, vivido. Se a gente cair, outros da família caem junto com a gente. Mas saiba que essa sua fala só mexe com as pessoas que têm sentimentos.

A mãe Jurema não conseguiu participar do projeto do livro, a gente entende, pois todas nós já passamos por essa situação do silêncio. O silêncio responde até o que não foi perguntado. Ela está ausente, mas presente.

Vocês estão me ouvindo? Minha internet está ruim. Eu não estou nada bem hoje. Estou aqui na cama ainda, tomei remédio e me sinto dopada, dá vontade de largar o remédio, ufa. E

vem a pergunta: por que o senhor atirou no meu filho? Por que, Deus, aconteceu comigo?

Não temos respostas. Brigamos por nossos direitos e perguntamos o porquê aconteceu, poderia ter sido diferente? E para aliviar você abre a porta e olha para o céu e para as estrelas que te dão a oportunidade de serem reconhecidas.

Reparando no cabelo de cada uma, comprido, descabelado, trocamos ideias sobre aplique. Chegamos à conclusão que o cabelo vem de dentro e os sentimentos também. Deu cabelo pra manga esse assunto de cabelo.

Fiquei pensando que a vida é muito difícil, meu filho partiu, o irmão dela está preso, mas eu não posso baixar a eira. Aprendi que eu tenho que viver alguma coisa que não me cause dor, algo que eu faça para me sentir livre, pois tem muita coisa para se aprender lá fora. Mesmo que seja mudar nosso cabelo, como aqui hoje algumas fizeram colocando aplique. Eu já pintei meu cabelo de azul, com uma estrela desenhada.

A gente que é da periferia sabe o que é estar do lado de cá da ponte e a opressão que sofremos.

A notícia do arquivamento do processo do filho é uma notícia terrível, é como se o Estado tivesse matado mais uma vez nosso filho, um novo enterro, e aí tenta-se levar para as cortes internacionais, uma espera sem fim. A gente tem muito amparo mesmo é da outra mãe que já passou por tudo e sabe nos apoiar e nos orientar. Uma mãe segura a outra. A Laura é muito importante para mim.

A injustiça é cotidiana, vire e mexe somos intimidadas ou nossos outros filhos eles estão sempre nos rondando, dizendo que estão no pedaço.

O Estado monstro retirou nossos filhos dessa vida, mas a memória do que vivemos juntos, isso ninguém tira: a lembrança da voz do filho chamando a gente no portão, ele desejando nos dar uma casa e uma vida melhor. O sorriso, o abraço, o carinho, a vida aventura, isso ninguém tira.

Só nós mães sabemos o que passamos e passaremos, e esse vazio que fica e essa dor que não passa. Mas o tempo ajuda, ao menos um pouco, a mudar o cenário das dificuldades. Enquanto tivermos voz, gritaremos por justiça pela memória dos nossos filhos e sobrinho.

Nosso livro vai fortalecer nossa luta. É uma gestação.

“Eu não vivo, só luto”.

2.1 ESCUTA DO SENSÍVEL E DE “AFETOS QUE PEDEM PASSAGEM”¹⁰⁵: VIOLÊNCIA DE ESTADO E SINGULARIDADE DO SOFRIMENTO

Cada palavra dessas mães e tia do movimento mães em luto da zona leste, que nos pedem paciência, nos conta sobre a violência extraordinária e cotidiana sofrida pelos jovens, quase todos negros, que morreram assassinados com a conivência e agência do Estado nas periferias. Quando seus filhos foram executados, entraram em luto e depois de um tempo expõem seus corpos vivos ou sobreviventes, como nomeiam, e seguem lutando.

Entendo que elas nos pedem para ouvir suas palavras que estão atravessadas pela experiência do luto-luta. Elas nos falam de silêncios que gritam, de palavras que vazam no emudecimento, dos barulhos da dor no corpo e de suas presenças, com suas narrativas no espaço público provocando o ouvinte ou leitor com a sentença *eu não vivo, só luto*.

Meu percurso de trabalho aconteceu corpo a corpo, em serviços de saúde e em diferentes periferias da cidade de São Paulo e região metropolitana. Nesse corpo a corpo, ocorreram muitos encontros com pessoas muito diferentes umas das outras, em sua corça-etnia, gêneros, sexualidades e no geral sem ganho ou pouco ganho financeiro decorrentes do suor de seus trabalhos, em dispositivos de cuidado de saúde mental e em seus lugares de vida – com suas dificuldades e potências. Em seus territórios, moradias, ocupações, favelas ou ruas.

Caminhamos juntos por essa cidade dura e pelas estruturas de regras e regulamentos incorporadas pelas instituições e que muitas vezes estivemos juntos para apoiar seu desvelamento (inclusive pelas entranhas da internet com seus sistemas), para marcar, por exemplo, perícia na Previdência Social para aqueles com baixo ou sem acesso à Internet. Às vezes, nos dava a impressão de que os “sistemas” eram feitos para que as pessoas com a vida mais empurrada para os processos de precarização desistissem dos seus direitos duramente conquistados pelos movimentos sociais.

¹⁰⁵ Tomei emprestada parte da frase de Sueli Rolnik em *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016, p. 23.

Nesse corpo a corpo, muitos afetos foram mobilizados, em que procurava escutar, que implicava olhar, sentir e falar com as pessoas – individual e coletivamente – com seus olhares, gestos, discursos e narrativas complexas. E aceitar o desafio como propõe Ana Lucia Heckert (2007, p200) de que “a escuta requer transitar num terreno complexo”¹⁰⁶. Tensionava sustentar a escuta com o dizer da vizinha de outrora: “*quando a gente ouve com as orelhas abertas, a prosa muda de rumo*” e, concordando com Jorge Broide (2016, p. 132), “a cada situação que temos é preciso escutar, escutar, escutar”. E concordando com Luciano Bedin (2022)¹⁰⁷, “*escutar, e sentir, e tocar, e cheirar e olhar*”.

Nosso corpo a corpo com as mães e tia do movimento Mães em Luto da Zona Leste se deu mediado pela internet. Às vezes, só nos ouvíamos sem nos enxergarmos, porque as câmeras ficavam desligadas, outras vezes nos enxergávamos sem nos ouvirmos, porque algo no microfone falhava, e foi nesse movimento que a nossa escuta, olhar e sentir aconteceram.

A autora Ester de Magalhães Arantes (2012), ao apresentar o verbete “escutar” no livro *Pesquisar da diferença: um abecedário*, lembra-nos de que, a partir do século XVIII, na Europa, com o início das disciplinas, se instalou a escuta como procedimento técnico.

[...] a potência de escutar foi sendo aprisionada em práticas diversas de poder-saber, ao ponto em que escutar se tornou, basicamente, uma prática autorizada e domínio de especialistas. O juiz, o delegado, o pedagogo, o médico, os assistentes sociais, os psis, todos escutam segundo um código, uma regra, um pressuposto no qual o que escutam deve se enquadrar. Nesse sentido, podemos dizer que os movimentos de subjetivação de nossas sociedades ocidentais modernas passam pela escuta especializada [...]. (ARANTES, 2012, p. 92).

Em nossos dias a escuta especializada, a qual redonda em um discurso científico, é acionada para explicar situações das mais diversas e possui uma autoridade de verdade e em disputa na sociedade. A escuta tem seus recortes e cada um ouve a partir do lugar em que se posiciona ético-politicamente. “O que é escutado e como se escuta está

¹⁰⁶ Concordamos com a reflexão que Heckert (2007) faz sobre a complexidade: “aludimos aqui ao paradigma da complexidade que aponta para a heterogênesse dos processos, contrapondo-se às explicações causais e lineares. Neste caso, não caberia dizer que os processos são “mais” ou “menos” complexos, uma vez que isso significa estabelecer uma reação hierárquica entre os mesmos. Complexo diz respeito à imprevisibilidade e variabilidade que constitui o vivo, à multiplicidade de vetores que produzem determinada prática, determinado objeto.” (HECKERT, 207, p 200 rodapé)

¹⁰⁷ Por ocasião da minha banca de qualificação, Luciano Bedin me apontou essa ampliação de sentidos nas relações.

atravessado por um campo de práticas sempre em movimento entre formas e forças”.
(HECKERT, 2007, p. 207)

Em alguns momentos das oficinas da escrita, sentia que a “escuta especializada” nos era requisitada: *vocês são psicólogas*”, *professoras, vocês é quem sabem*. Ao indagarmos sobre esse lugar “daquelas que sabem”, possibilitava ao grupo “valorizar de verdade a presença de cada um” (HOOKS, 2017, p. 18), pois só assim foi possível, a meu ver, construirmos coletivamente uma “prática libertadora” de escrita e de cuidado como nos propúnhamos.

Importante ressaltar que a construção da proposta do dispositivo grupal clínico político de escrita do livro carregou uma escuta do sensível da pesquisadora Claudia Aguiar (2021, p. 156-157), quando, ao participar dos encontros mensais do movimento e acompanhar algumas reportagens e filmagens concedidas pelas mães e familiares a esses veículos, lhe chamou atenção as diferenças dos modos de suas narrativas nesses espaços: enquanto os encontros mensais propiciavam “outros modos de falar, contar e defender, que colocava em movimento a dor e sua revolta, o desalento e sua longa história” (AGUIAR, 2021, p. 157), para a reportagem que “seria destinada ao público mais amplo”, a narrativa era “capturada pela linguagem penal e impedia a circulação de determinados afetos” (AGUIAR, 2021, p. 157).

A partir destas compreensões a construção da proposta do “projeto-livro” foi a de o grupo fosse

espaço privilegiado para a sua produção e apostamos na experimentação de diferentes modos de narrar, deslocando-nos da linguagem penal. Além disso, um outro deslocamento foi proposto: ao invés de esperar que uma outra pessoa¹⁰⁸ escrevesse o que elas teriam a dizer, elas próprias foram convidadas a escrever” (AGUIAR, 2021, p. 157).

A meu ver esse desenho do projeto livro, a partir da escuta do sensível, fez toda diferença para colocar em curso afetos que pediam passagem e os quais não são suficientemente escutados por algumas reportagens de veículos da imprensa, em algumas propostas de “oficinas de escrita” com farta oferta na internet e nem tão pouco nas “escutas qualificadas” e “especializadas”, enunciada nas políticas públicas da saúde e assistência social.

Abriremos agora um pequeno parêntese sobre a “escuta” acompanhada do adjetivo “qualificada” – “escuta qualificada”, que foi tomada como prática discursiva nos

¹⁰⁸ Conforme Aguiar (2021 p 156), a expectativa das mães e familiares é de que algum jornalista ou escritor escrevesse o livro com a história delas.

documentos oficiais, sobretudo a partir de 2003 com *Política Nacional de Humanização* – PNH (BRASIL, 2004) do SUS, o qual traçou o “acolhimento” – a partir de uma “escuta qualificada” –, em conjunto com a clínica ampliada, como estratégia no processo de produção de saúde, em que estão implicados os usuários, os trabalhadores e os gestores.

A “escuta” (às vezes acrescida do adjetivo “qualificada”) e o “acolhimento”, para além de categorias de análise e possíveis práticas preciosas, não são apenas vocábulos que se tornaram corriqueiros nas narrativas dos trabalhadores e gestores, nos processos de trabalho no campo da saúde coletiva. No entanto, não podemos deixar de lançar um olhar crítico àquilo que possa levar essa teia discursiva a se esvaziar ou a ser capturada pelos diagnósticos, prescrições, metas, enfim, pelo discurso institucional detentor do “discurso competente”¹⁰⁹, tão conhecido e em disputas no campo das políticas públicas e em seu processo de mercantilização.

A “escuta profissional qualificada” e a “acolhida” também estão presentes na *Norma operacional básica* de 2012 do Sistema Único de Assistência Social - NOB – SUAS (BRASIL, 2012), no art. 4º relativo à segurança alicerçada pelo SUAS, e foram tomadas como prática discursiva no campo da assistência. Natália Sanches e Rafael Bianchi Silva (2019) problematizam “a escuta qualificada” na assistência, apontando ser esta uma escuta mais próxima do diagnóstico – descrição da realidade das situações e preenchimentos de fichas e formulários, avizinhandose do conceito de exame formulado por Michel Foucault, no sentido do ajustamento e alinhamento da população ao trabalho social. No entanto, defendem uma perspectiva ética e política para criação crítica de outras práticas que levem a outras formas de escuta (SANCHES; SILVA, 2019, p. 619-620).

Acompanhando a pergunta dos atores: como não enquadrar aquilo que se é escutado individual e coletivamente naquilo que o dispositivo oferece como normativa? Como realizar uma escuta que não seja normalizadora? O que se interroga sobre “escuta qualificada”? Em que medida essa escuta e acolhimento são interpelados pela pergunta: “você estão me ouvindo?”.

Adriana Marcondes Machado e Beatriz S. Hahne (2020), ao tratarem da escuta nos serviços de medida socioeducativa, refletem que “escutar de forma não

¹⁰⁹ Cf. Chauí (2017). Segundo a autora, o discurso competente diz respeito ao discurso instituído que, através da cientificidade, oculta a existência do real da dominação, sendo necessário que os sujeitos sejam reduzidos a objetos sociais para que seja mantido o discurso da competência.

normalizadora, solicita espaços de reflexão, cultivo de perguntas e produção de comuns” (MACHADO; HAHNE, 2020, p.129).

Tomaremos a pergunta “Vocês estão me ouvindo?” como uma possibilidade de reflexão para além do pedido de retorno, que se tornou corriqueiro, no meio virtual internet em que fomos colocados por causa da pandemia da Covid-19 e das exigências de distanciamento social¹¹⁰.

“Vocês estão me ouvindo”? passou a cutucar a minha escuta de maneira diferente ao implicar-me no trabalho com o movimento Mães em Luto da Zona Leste, no modo virtual, no projeto de Oficina de Escrita, com vistas a concretizar o desejo enunciado por elas de escrever um livro “com a nossa versão”, como repetiam. De imediato me veio à cabeça o conceito-metodologia de “Escrevivência”, formulado pela escritora Conceição Evaristo (DUARTE; NUNES, 2020, p. 38), como prática literária das mulheres negras e pobres sobre suas experiências, não um exercício isolado, mas atravessada por uma coletividade.

Vocês estão nos ouvindo? Levou-nos a escutar a afirmação de uma narratividade de dentro para fora do movimento de luta e das experiências singulares de dores diante das mortes dos filhos/sobrinho assassinados pelo Estado. *Vocês têm que ter paciência com as mães*, frase também reiterada por uma das mães, a qual me levou a outra frase *para entender a bosta que fizeram com a gente* e assim seguirmos juntas sustentando o desejo da escritura do livro e procurando manter um “corpo vibrátil” – inspirada na ideia de “corpo vibrátil” formulada por Suely Rolnik (2003)¹¹¹ como “um exercício intensivo do sensível”. A escuta é parte desse corpo e é por ele acionada.

Durante as oficinas de escrita, via-me como escutadora daquelas narrativas que se amplificavam, se repetiam, ao mesmo tempo que traziam nuances. Chamava minha atenção algumas repetições de frases e expressões que as mães e tia traziam e procurava escutar os afetos evocadas por elas, como também alguma possibilidade de trazer algo inesperado. Procurava colocar atenção no nó que muitas vezes senti em minha garganta

¹¹⁰ Como todos sabemos, o governo de Jair Bolsonaro encaminhou uma política mortífera para o enfrentamento da Pandemia da Covid 19. Um dos efeitos dessa política se deu em relação à recomendação do isolamento social, que além de ser desestimulado pelo próprio presidente, foi desigualmente distribuído tanto na possibilidade de se manter em isolamento quanto de acesso à internet.

¹¹¹ Rolnik (2003) faz essa formulação a partir de sua reflexão em torno do “capitalismo mundial integrado”, em sua composição com a tecnociência, que produz transformações radicais nas formas de existência humana. Os fenômenos oriundos dessas transformações – em suas dimensões econômicas e macropolíticas — implica, necessariamente, em uma política de subjetivação que tem consequência para a prática clínica acerca do destino da relação entre a força de criação e a força de resistência. Disponível em: <http://clinicand.com/fale-com-ele-ou-como-tratar-o-corpo-vibratil-em-coma/>

e o que poderia dizer sobre possíveis nós na orelha e vice e versa. Além de escutar, nós também escrevíamos, e esse movimento nos colocava num lugar muito delicado, pois por meio desse processo iríamos fazer as restituições dos encontros. Elas escutavam, falavam e escreviam e nós também. A cada encontro, escutar, sentir, olhar, falar e escrever.

Elas traziam o desejo de escrever um livro com a versão delas – com a verdade sobre as circunstâncias do crime, pois o Estado expande sua versão, com seu poder (e das mídias) desfiliando seus filhos da humanidade e faz de tudo para abafar as vozes dessas mulheres, de seus familiares e amigos, que com todas as suas forças procuram espalhar outra versão sobre suas vidas, seja pelas mídias alternativas¹¹², pelas produções culturais nas periferias, redes e coletivos que criam, pela publicação de livros.

A interrogativa *vocês estão me (nos) ouvindo?* reverberou em meus ouvidos como uma questão pertinente a mim e a todas nós comprometidas com esse trabalho, mas também é necessário que se amplifique nas políticas públicas e de reparação psíquica, tão reclamadas não só por esse movimento. Não raras vezes, alguma dessas mães e tia verbalizavam, no transcurso das oficinas, que *não estava bem, não dormiam* ou que *o psicológico estava abalado*. Com isso, as oficinas, tal como as desenhamos e como aconteceram, comportaram sua dimensão de cuidado, e assim, a meu ver, produziu saúde, na medida em que os afetos encontravam passagem.

Contudo, não é possível escrever sobre tantas dores sem cuidar delas. Ao escutar os sentimentos e lutas dessas mulheres, decorrentes do assassinato de seus filhos e sobrinho, foi possível também ouvir outras vozes como as das irmãs e avó que estiveram presentes em uma das oficinas, e de outros familiares como pai, tias, e a dinda, presentes por meio de seus escritos para compor o livro. Tivemos contato com uma pluralidade de vozes que falaram dos seus lutos e das saudades e um pouco da vida nas quebradas, na favelas. Como escutarmos essa polifonia, em suas dimensões singulares e sociais? Em que espaços elas se manifestam?

Paulo Freire (1996, 2016), no campo da educação, nos ensinou que escutar “significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (FREIRE, 2016, p. 117). Já com

¹¹² Uma mídia regularmente lembrada por elas é “A ponte, jornalismo”. Ponte Jornalismo ou Ponte é um site de jornalismo independente do Brasil. Criado em 2014 por um grupo de jornalistas, publica reportagens sobre segurança pública, justiça e direitos humanos. É sustentado por meio de financiamento coletivo, com campanhas de doações. Disponível em: <https://ponte.org/>

a psicanálise, aprendemos sobre a importância da “escuta flutuante”¹¹³, ou seja, suspender de algum modo a atenção naquilo que habitualmente ela focaliza. Com Suely Rolnik, fui inspirada a escutar com um “corpo vibrátil”. Com as mães escritoras, aprendemos que quem ouve uma mãe que perdeu o filho assassinado tem que ter *Força para ouvir* e só conseguem ouvir aqueles que têm sentimento. *A palavra difícil é pouco e pequena para quem perdeu um filho assassinado. Teria outra palavra para além de difícil? Teríamos que inventar uma palavra que desse nome para essa dor?*

As mães e tia nos pediam paciência em escutá-las, escutar “a versão” delas, a verdade sobre o assassinato de seus filhos, para isso tínhamos que ter forças e sentimentos para ouvir. O dispositivo grupal de escrita possibilitou que as palavras dessem giros: escutar-falar-olhar-ler-sentir possibilitou abrir alguns caminhos aos afetos que pediam passagem. Nas palavras escritas, elas reconheciam suas falas; por meio das leituras de outros autores, escutaram outras palavras; e na leitura e escolha de seus próprios textos para compor o livro, puderam se escutar

Nossa palavra é vista como um nada para os homens do poder, mas nós insistimos e falamos, insistimos e reivindicamos

Uma das reivindicações dos movimentos de mães enlutadas pelo assassinato de seus filhos pelos agentes do Estado é por *justiça, memória e reparação*. A reparação, em seu sentido mais amplo, é reivindicação que vem de longa data, vocalizada pelos movimentos negros e indígenas, também pelos movimentos contra a ditadura no Brasil. No movimento Mães em Luto da Zona Leste esta é uma discussão em andamento, com certa leitura que equivale às indenizações, *agora a indenização chama reparação*, como falou uma mãe, mas também à reparação psicossocial, aos “*cuidados em saúde mental*”, “*atendimento psicológico*”, inclusive solicitado por projetos de lei, por alguns grupos, em assembleias legislativas ou câmara municipal, como o Projeto de Lei n° 01-00734/2020¹¹⁴ em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo.

¹¹³ Laplanche e Pontalis, em seu *Vocabulário de Psicanálise*, apresentam a formulação dada à expressão “atenção flutuante”: “Segundo Freud, [a atenção flutuante é o] modo como o analista deve escutar o analisando: não deve privilegiar a priori qualquer elemento do discurso dele, o que implica que deixe funcionar o mais livremente possível a sua própria atividade inconsciente e suspenda as motivações que dirigem habitualmente a atenção. Essa recomendação técnica constitui o correspondente da regra da associação livre proposta ao analisando.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 40).

¹¹⁴ De autoria de Eduardo M. Suplicy (PT), o PL “Cria a Lei Mães de Maio que estabelece um Programa de Enfrentamento aos Impactos da Violência Estatal aos familiares de vítimas e/ou sobreviventes por meio da atenção social, simbólica e de saúde. Disponível em: [PL0734-2020.pdf \(camara.sp.gov.br\)](https://www.camara.gov.br/proposicoes-legislativas/PL0734-2020)

Parece-me que a pergunta *vocês estão me ouvindo?* também interpela as políticas públicas (SUS e SUAS) e as práticas de cuidado em saúde mental e ainda o sistema de justiça, por onde são encaminhados os pedidos de reparação (pecuniária) e ao legislativo leis que sejam favoráveis. Nesse sentido, podemos perguntar quais “escutas qualificadas” e “acolhimentos” estão acontecendo no cotidiano dos territórios? Qual clínica ampliada e, dentro dela, quais dispositivos estão sendo inventados com elas ou oferecidos para o cuidado dessas mulheres, suas famílias e territórios? Quais caminhos são trilhados no sentido da reparação? Qual cuidado esperado é ouvido? *Perdi o chão* – fala recorrente quando se narra sobre o momento da notícia da morte do filho assassinado. Diante disso, a psicanalista Livia Santiago¹¹⁵, na esteira do filósofo Mbembe (2019), interroga: com que grau de perda podemos viver?

Penso que o livro, com sua materialidade própria, é uma reconstrução de um pouco do pedaço de chão que foi perdido, como discurso de vida. Uma das participantes das oficinas de escrita, ao ter dimensão da produção escrita que conseguiram alcançar, usou o ultrassom obstétrico como metáfora de gestação do livro.

Vocês estão me ouvindo? mais do que uma pergunta, exige-nos uma escuta subversiva, descolonizadora, desosssegada, uma escuta não normalizadora, uma escuta em que as políticas públicas sejam postas em questão, uma escuta que fique ao lado dessa versão da história, das vidas que persistem, apesar de toda ordem de desqualificação que lhe são atribuídas a essas mães e familiares como “as mães de bandidos”, “as fábricas de desajustados”, “as marmitas de presos”, “as classes perigosas”.

Uma escuta que pede paciência e não tome o sofrimento decorrente da violência do Estado como objeto de ações protocolares ou do discurso biomédico ou das condicionalidades da assistência social e do judiciário. Uma escuta que pede força para ouvir e não apassive a revolta. Como reflete Tania Kotler¹¹⁶,

o importante é não chegar com respostas prontas, em geral individualizadas, medicalizadas¹¹⁷, pois tira a capacidade de ação daqueles que perderam o chão como também não se pode desconsiderar

¹¹⁵ Anotações de Aula da Disciplina Violência de Estado, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP oferecida pela professora Dra. Cristina Vicentin no primeiro semestre de 2021.

¹¹⁶ Anotações de Aula do seminário de núcleo intitulado Violências de Estado e impactos psicossociais: diálogos entre pesquisa e políticas públicas. Coordenação da professora Maria Cristina Vicentin, primeiro semestre de 2021.

¹¹⁷ Ao refletir sobre a Reforma Psiquiátrica, Paulo Amarante faz a seguinte reflexão nessa entrevista: “[...] quando estamos falando em desmedicalização não estamos falando na diminuição de medicamentos e sim na diminuição do papel da medicina. Queremos diminuir a apropriação que medicina fez na vida cotidiana, o discurso médico sobre a vida isso não conseguimos fazer.” (AMARANTE, 2014, s/p).

os recursos existentes nos territórios e sublinha que a oferta de cuidado não pode ampliar o dano.

São questões candentes. As experiências da clínica do testemunho e dos movimentos como do Acari no Rio de Janeiro, os encontros das Mães em Luto da Zona Leste, os enredamentos que se formam, os dispositivos de saúde mental no SUS e SUAS, o trabalho dos centros de direitos humanos nas periferias, nos apontam pistas para nossas reflexões sobre “escutar, olhar, sentir”.

Em nossa participação como pesquisadoras NUPLIC no OVPDH PUC (cuja plataforma recebe denúncias sobre violências operadas por agentes do Estado e violações de direitos humanos, e com isso abre possibilidade, caso seja de interesse do denunciante, para o encaminhamento para suporte jurídico e/ou psicossocial), temos nos debruçado sobre discussões de casos para pensar/articular redes para esse atendimento psicossocial e vimos a complexidade que se apresenta, pois algo se coloca em um primeiro momento na busca de uma prontidão para resolver os prazos jurídicos, para tentar buscar justiça e esclarecer o que aconteceu e um sofrimento que transborda, sem palavras ainda, no choro, na revolta, na insônia.

Um sofrimento que pede um tempo e quer um tempo de escuta a qualquer hora do dia para pedir ajuda. Muitas vezes me ocorreu pensar que uma “acompanhante de prontidão” seria pertinente, alguém para estar e circular junto. Raramente as mães e familiares conseguem um defensor público ou advogado para acompanhá-las pelas teias do sistema de segurança pública (delegacias, IML) e pelo sistema de justiça (acessar defensoria). Esse lugar, muitas vezes, é ocupado, com toda a presença afetiva e efetiva, por algumas mães dos próprios movimentos que adquiriram conhecimento e linguajar para lidar com esses lugares, aprendendo a “não dar ouvidos” quando são desprezadas e maltratadas nas delegacias, pois o que importa é tentar fazer o que precisa ser feito. Sobretudo, elas acolhem e escutam a outra mãe, acompanham às instituições, se enredam e constroem seus recursos e elos de solidariedade. Ligam umas para as outras, conversam, trocam informações e assim se religam à vida.

Como aponta Veena Das (1999), é na passagem do tempo, no distanciamento dos eventos críticos, que se criam espaços para elaboração das narrativas, sendo possível falar sobre o que aconteceu e o que se experimentou. No caso das Mães em Luto da Zona Leste, como já dissemos, eventos críticos estão muito próximos do cotidiano, pois a cada outro jovem que morre assassinado por agentes do Estado, a cada outro corpo que precisam

contar, é como se vivessem novamente a morte de seu próprio filho. Porém, estão em outro momento de suas vidas, o que faz com que amparem mães que estão no desespero da dor e se mantenham amparadas mutuamente: *o que tenho para te dizer é que essa dor não vai passar, mas aprendemos a sobreviver com ela e que temos que agarrar na luta, pois só na rua é que podemos arrancar mudanças.*

Assim se dá o trabalho do tempo, na vivência dessas mulheres dos eventos extraordinários e ordinários da violência: do desespero da prontidão à longa espera do processo jurídico, que na maioria dos casos é arquivado; da consciência de suas temporalidades limitadas para verem mudanças acontecerem, pois avaliam que talvez somente na temporalidade de seus netos ou bisnetos é que possam acontecer mudanças na vida dos jovens das periferias. Ao mesmo tempo fazem falas eloquentes- como pedidos de socorro por reparação e justiça agora.

2.2 O ESTADO É UM MONSTRO: PERCORRENDO ALGUMAS NARRATIVAS SOBRE OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

Os estudos e pesquisas sobre as nomeadas “violência urbana”, “violências institucionalizadas”, “violências políticas”, além da própria noção de “violência de Estado”¹¹⁸, entendida como uma a violência institucionalizada perpetrada contra a população pelas instituições de “segurança pública”, praticadas pelos agentes de segurança nas ruas e sobretudo nos territórios periféricos e das favelas e dentro das prisões, nos permitem, neste capítulo, fazer aproximações das dimensões desse debate no Brasil. Ao fazer isso, nos interessa pensá-la também como um *continuum* da violência colonial, que tem no racismo sua centralidade e que é sustendo por um poder político que influencia a organização da sociedade (ALMEIDA, 2021). Além disso, é importante marcar sua singularidade: Vital

¹¹⁸ Nas ditadoras recentes da América Latina, em nome da “segurança nacional”, criou-se um aparato repressivo e de prática de tortura que segue em nossos dias, como as mortes dos jovens negros das periferias do Brasil justificadas pelo alto de resistência (somente em 2016 sem força de lei), seja no abuso de autoridade nas seletivas abordagens policiais e entrada nas casas dos moradores das periferias e favelas, nas chacinas do passado sem solução e nas recentes, seja no encarceramento em massa, sobretudo da população negra. A violência do Estado está presente ao devastar os recursos naturais em nome do agronegócio, com a perseguição e as mortes no campo e com histórica perseguição e mortes dos povos indígenas. A violência institucionalizada de modo mais alargado está presente na fome da população sem segurança alimentar, no desmonte e enxugamento de uma seguridade social, nas mortes evitáveis por COVID, nos feminicídios e violências domésticas como problemática pública de caráter político-social articulada à violência institucionalizada no Brasil (COIMBRA, 2002). Nos manicômios de ontem e de hoje, nas mortes de pessoas trans, nas violações de direitos humanos, na retirada de bebês de mulheres que fazem uso de drogas, dentre outros motivos, nas esterilizações não consentidas feitas no corpo das mulheres, na criminalização do aborto, na chamada guerra as drogas.

Brasil (2009) entende que, por ter o Estado o dever de proteger os cidadãos, garantindo seus direitos e integridade física, o dano proveniente da violência do Estado tem suas especificidades, devendo ser considerado em suas dimensões político-social e histórica, assim como o seu desdobramento, tanto no passado como no presente. É sempre necessário lembrar que, em contextos de violência de Estado, o dano é resultado de ações planejadas sistematicamente.

Em produção acadêmica mais recente, podemos notar que, desde a década de 1990, a violência institucionalizada em cenários urbanos como no Rio de Janeiro e São Paulo, com suas particularidades, ganhou tratamento teórico específico por autores da antropologia, sociologia, criminologia crítica e outras áreas, que se tornaram referência no tema ao destacar o tênue equilíbrio entre as políticas de segurança estatais e as criminais e seus regimes normativos (FELTRAN, 2012, 2014), o acúmulo social da violência (MISSI, 1999, 2003, 2006 2008), a territorialização dos controles sociais (MACHADO, 2004, 2208), a metáfora da guerra em torno da violência (LEITE, 2000, 2014), o reforço do modelo do Estado Penal nas Unidades de Polícia Pacificadora (FRANCO, 2014), a produção das invisibilidades das mortes nas favelas (FARIAS, 2015).

Neste capítulo, apresentamos o debate sobre a noção de violência de Estado, ao lado de algumas considerações iniciais sobre os desafios da conceituação da noção de violência e destacamos os principais campos de análise e perspectivas que essa literatura desenhou, sinalizando as especificidades brasileiras: as relações racismo e violência de Estado; a metáfora da guerra; as cidades e territórios; as mães de jovens assassinados pela polícia em cena pública.

2.2.1 Violência de Estado: Produção de morte

o braço armado do Estado não pode sair por aí assassinando as pessoas como se fossem seres supremos que decidem a vida e a morte.¹¹⁹

(Eliane Vieira, integrante do Coletivo Mães de Manguinhos)

¹¹⁹ Chacina do Jacarezinho: ‘A gente não merece viver em um cenário de guerra’

Para Missi (2016), o conceito de violência, nos últimos 16 anos, na academia, ganhou maior tratamento teórico específico, tendo sido alargado, revelando-se um campo semântico particular, mas sem fronteiras definidas (MACHADO DA SILVA, 2008). Para Veena Das, “O conceito de violência é extremamente instável e é nessa instabilidade justamente que reside seu potencial para fazer e desfazer mundos” (DAS, 2008, p. 284 apud VIANA; LOWENKRON, 2017).

Jurandir F Costa (1986) compreende o conceito de violência como

[...] um conjunto de ações intimidadoras e coercitivas por meio da força, inteiramente embasadas em uma desigualdade de força e poder, rompendo com os contratos - da Constituição, de garantia de direitos civis, humanos - por alguém que os conhece, mas que deliberadamente os infringe e dessa maneira “abusando da força que detém. (COSTA, 1986, p. 91).

Assim, as ações de prisões arbitrárias, torturas e mortes, por parte de representantes do Estado, podem ser consideradas como violências de Estado.

O “terrorismo de Estado”, por sua vez, é uma forma de imposição do terror através de ferramentas do Estado combinado com recursos da coletividade para eliminar qualquer indivíduo considerado como inimigo, para obtenção da ordem, e serão firmadas pelo Estado com a justificativa de controle de um regulamento vigente de “segurança nacional”¹²⁰. De acordo com Liliana Sanjurjo e Gabriel Feltran (2015), no contexto latino-americano, tanto no passado ditatorial recente quanto na presente forma democrática,

[...] observa-se como distintos governos, por meio dos sujeitos e instituições que os constituem, colocam em ação enunciados valorativos a fim de justificar, sobretudo moralmente, as políticas estatais de segurança e os atos repressivos perpetrados contra aqueles categorizados como seus “inimigos internos”. A política é a cada dia mais guerreira, a fronteira que define o inimigo é cada vez mais moral e ele está cada vez mais próximo. O conflito precisa ser administrado. (SANJURJO; FELTRAN, 2015, p. 40).

Não à toa, o movimento social nacional das mães e familiares aciona a formulação de que seus filhos assassinados são vítimas do “terrorismo de Estado”. Seus filhos, ao serem nomeados como “suspeitos”, “bandidos”, “traficantes”, “drogados”

¹²⁰ Dentre outras referências ver: Ver Caroline Bauer. *Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)* e Alice Nascimento; Sabrina Schultz; Yasmin Ipinice; Manuela Diamico; Leonardo Dagostim. *Terrorismo de estado*.

“afrentadores”, adentram na categoria “inimigos internos”; portanto, são perigosos e precisam ser contidos – presos ou exterminados –, ganhando força a ideologia de que “bandido bom é bandido morto” ou tem que “apodrecer na cadeia”. Segundo Coimbra (2007, p. 132), desde o final do século XIX, as elites brasileiras construíram a noção da periculosidade com base na concepção de que, “dependendo de uma certa natureza (pobre, negro, semialfabetizado, morador de periferia etc.), o indivíduo poderia desenvolver atos perigosos e entrar para a criminalidade”. Tese racista que contou com a participação das instituições médicas e do direito para sua formulação. De acordo com Guimarães (2008), no Brasil, a criminalização das classes subalternas é também subjacente às expressões da “questão social”, como a pobreza e sua associação à noção de “classes perigosas”¹²¹. O mito das classes perigosas, como nomeia Coimbra (2001), ecoa nas mídias com a retórica do meliante.

Assim, essas ações da Polícia Militar, que mata sobretudo os jovens negros das periferias, somada ao encarceramento em massa, configura mecanismos de controle dos corpos e administração das diferentes expressões da “questão social” e das resistências populares a elas, que se materializam na criminalização da “pobreza”, na judicialização do protesto, repressão política aberta e na militarização (LONGO; KOROL, 2008, p. 46).

Questionar a militarização e o poder do braço armado do Estado em decidir sobre a vida e morte compõe as análises dos coletivos de mães sobre o Estado.

Tomaremos aqui o Estado tal como Vianna (2014) discute a partir da evocação de um coletivo de mães do Rio de Janeiro: “o Estado como personagem ativo tanto na produção das mortes como o ‘Estado que mata nossos filhos’” (VIANNA, 2014, p. 218). O Estado também como “aquele que desrespeita a dor dos familiares aos tratá-los como parentes de bandido e impede que a justiça seja feita pelas constantes manobras jurídicas”. (VIANNA, 2014, p. 218). O Estado similarmente como governo do Estado – o próprio governador ou focalizado na “polícia” ou nominalmente no policial que executou o filho. Em muitos encontros com a oficina de escrita, o “Estado” era assim apresentado pelas mães e tia, pois vivem uma “violência” distinta “porque tecida de modo estreito com as ações dos ‘Estado’” (VIANNA, 2014, p. 222).

¹²¹ A expressão “classes perigosas” foi empregada para se referir, na primeira metade do século XIX, aos trabalhadores não incorporados às novas relações de produção, que Marx denominou de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. Estes tiveram, na repressão, na punição e na prisão, as formas de imposição das novas relações de produção (GUIMARÃES, 2008).

O Estado ainda é experienciado naquilo que comporta de ininteligível e na necessidade de “destrinchar seus códigos” (VIANNA, 2014, p. 222). Esse desbravamento das entranhas do Estado em suas instituições jurídicas faz com que algumas mães e familiares ganhem certa experiência e acabem por apoiar outras mães nesse longo caminho. Trata-se de uma forma de lidar “com o processo de desvendamento da opacidade do Estado-sistema”¹²² (VIANNA, 2014, p. 224). Ao realizarem seus descolamentos políticos, alguns militantes

[...] acabam por destacar a própria confusão intrínseca ao processo de fabricação contínua do Estado, tomando não como unidade fechada, mas sendo simultaneamente ideia, complexo de aparatos em disputa, zonas de forças, tradições administrativas. (VIANNA, 2014, p. 225).

O Estado evocado pelas mães e tia do movimento Mães em Luto da Zona Leste é um personagem ativo ligado à morte dos seus filhos na sua face mais cruel, *o monstro*, e aquele que faz parte de um sistema: *é difícil lutar contra um sistema*, desabafa uma mãe ao receber a notícia de arquivamento do processo de seu filho.

Berenice Melo Bento (2018) observou, nos estudos “sobre a violência contra a população negra, nos dados do feminicídio e do transfeminicídio [...], dos povos indígenas, entre outras, que o Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade” (BENTO, 2018, n.p.) e nos sugere a noção de necrobiopoder¹²³.

¹²² A autora traz esse conceito nos termos formulados por Philip Abrams (1998).

¹²³ Para Bento (2018), há um núcleo de referências bibliográficas que compõem o corpo analítico desses estudos: o conceito de biopoder de Foucault (1999) como técnica de governo – “fazer viver e deixar morrer” e a noção de soberania e racismo de Estado – o direito de o Estado matar. Mais presente em Achille Mbembe (2018,) o conceito de necropoder e necropolítica; vida nua (os excluídos da vida qualificada e da polis) de Giorgio Agamben (2007); vidas precárias e vulnerabilidade, de Judith Butler (2015, 2019), subalternidade e discurso, de Spivak (2018). Acrescentaria nesse núcleo de referências a antropóloga Veena Das (2020) com suas discussões sobre Estado e gênero, a violência extraordinária e sua descida para o ordinário da vida e o trabalho do tempo. A partir desse reconhecimento referencial, Berenice Bento defende o conceito de “necrobiopoder”, pois entende que unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Necrobiopoder, para a autora, opera com “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver”. (BENTO, 2018, n.p.). Fátima Lima (2018), ao dialogar com os conceitos de biopoder, de Foucault, e de necropoder, de Mbembe, considera que este faz um torção nos conceitos de Foucault, alargando, assim, o debate para se pensar a vida e a morte a partir de “contextos coloniais e neocoloniais, bem como na forma como a ideia de necropolítica aparece e se consolida como um território epistêmico e metodológico que em muito contribui para pensar processos atuais no Brasil, bem como nos contextos latino-americanos e caribenhos que carregam e atualizam elementos da colonialidade [...]” (LIMA, 2018, p. 22).

Os estudos são volumosos em suas posições e propostas ético-políticas de confrontação dessa iniquidade e que tem como centralidade as relações raciais em intersecção com gênero, classe e sexualidades - fundantes do capitalismo (GONÇALVES, 2020; LUGONES, 2014; CARNEIRO, 2011).

Krenak (2020) e outras lideranças indígenas nos provocam para olhar de maneira radical para as questões socioambientais e o processo de racismo, violações e violências históricas contra os núcleos que consideram a importância de manter o vínculo com a terra. Núcleos que, no entanto, são considerados como sub-humanidade, “aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. Esta é a sub-humanidade: caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes” (KRENAK, 2020, online).

Podemos dizer que a “violência de Estado” é uma construção social e histórica que se aprofunda em suas nuances no atual contexto do neoliberalismo no Brasil, que destrói e envenena a terra, e que, calcada na categoria de raça, cria sub-humanidades, objetificando-as. Trata-se daqueles considerados descartáveis, matáveis, não passíveis de luto, desimportantes, apagáveis, patologizáveis, encarceráveis, indesejáveis, esquecíveis, vidas indignas, infames, desqualificadas, nadificadas, passíveis de desaparecimento forçado, apartadas, confinadas, corpos deslocados de humanidade, supérfluos, vidas sem valor, ilegais. Existências oprimidas, ultrajadas, silenciadas, sofridas, traumatizadas, expulsas para as periferias e favelas das cidades, para os cantões do mundo, para as bordas, as franjas e margens da sociedade. Esses termos, seja como adjetivos, seja como conceitos, habitam a literatura e outros registros com os quais tive contato e que se debruçam sobre as violências e o terror de Estado.

As mães e tia do Movimento Mães em Luto da Zona Leste, ao se confrontarem com os corpos de seus filhos e sobrinho assassinados pela polícia, essa verdade assustadora, esse terror vai marcar *um antes e um depois* em suas vidas. O Estado *retirou meu filho de mim*. Essa violência de Estado, naturalizada pela sociedade e ordinariamente vivida nas periferias, fica marcada na carne dessas mães, tia e suas famílias, que insistem em dizer que moram na periferia e que não é fácil viver nela e sabem de que lado estão da ponte. Assim analisam:

A gente que é da periferia sabe o que é estar do lado de cá da ponte, do lado de lá estão as casas mais abastadas. Do lado de cá da ponte a gente sente na pele a discriminação, a humilhação, o racismo, a

*opressão. Hoje nos encontramos, ainda, nesse mundo de guerra, pois a população vive oprimida pelas dores do silêncio.*¹²⁴

Essa análise me remete a uma fratura do laço social por segregação de segmentos sociais racializados e oprimidos por serem quem são, e essa dualidade das pontas da ponte – periferia e casas abastadas –, gera incompatibilidades de fruição da cidade e do direito à vida de maneira igualitária com as suas diferenças.

Alinho-me a Nelson Inocencio (2020) que, em reportagem publicada no jornal *Correio Brasiliense*, intitulada “Pensadores e artistas refletem sobre o racismo e onda de protestos”, fala sobre os abusos de poder, destacando que, embora os “mapas da violência”¹²⁵ evidenciem o extermínio da população negra, “grandes parcelas da sociedade brasileira permanecem mudas, omissas, insensíveis às hostilidades que atingem, sobretudo, os jovens negros. A defesa da democracia passa pelo combate ao racismo e isso diz respeito à toda sociedade” (INOCENCIO, 2020, s/p).

Caminhei até aqui sobre esse pequeno corpus conceitual no campo crítico com ênfase na “violência de Estado” e sua institucionalização, no qual encontram-se vastas narrativas acadêmicas, literárias, fílmicas, jornalísticas, na internet e nas estatísticas que se debruçam sobre o assunto em seus variados recortes, com vistas a dar visibilidade à seletividade das mortes racializadas perpetradas pela violência de Estado.

2.2.2 Racismo e o acúmulo social da violência

Aos sábados, os policiais apertavam-se. Eles colocavam um cinturão por cima da túnica. Era a prova de absoluta autoridade. Os pretos ficavam apavorados.

¹²⁴ Falas das mães da Oficina de Escrita 2020.

¹²⁵ Ver: *Atlas da violência* de 2021 formulado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2021; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2021; Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, 2021. Cerqueira, Daniel. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021. Sobre o Atlas da Violência, ver Helder Ferreira e Milena Karla Soares (2021). Ver ainda estudos da “rede de observatório de Segurança” que é composto por “Sete organizações, de sete estados, conectadas com um objetivo: monitorar e difundir informações sobre segurança pública, violência e direitos humanos. A Rede de Observatórios da Segurança é uma iniciativa de instituições acadêmicas e da sociedade civil da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo dedicada a acompanhar políticas públicas de segurança, fenômenos de violência e criminalidade nesses estados”. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/a-rede/> acesso 05/02/22. Ver também a matéria *uma pessoa negra é morta pela polícia a cada quatro horas*. “O novo boletim da Rede de Observatórios da Segurança fala de um racismo declarado que se pratica com a anuência de autoridades e a naturalização de boa parte da sociedade. O estudo Pele alvo: a cor da violência policial, com dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, aponta que a cada quatro horas uma pessoa negra é morta em ações policiais em seis dos sete estados monitorados pela Rede: Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. O governo do Maranhão não acompanha a cor das vítimas da violência – uma outra forma de racismo institucional”. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/uma-pessoa-negra-e-morta-pela-policia-a-cada-quatro-hora/>.

As mulheres pretas saíam, iam nas vendas retirarem os seus filhos e esposos. Como é horroroso suportar uma autoridade inciente, imbecil, arbitrária, ignorante, indecente e ainda o que é pior, analfabeta. Não sabiam as regras da lei, só sabiam prender.

(Carolina Maria de Jesus, 1986, p. 89)

A escritora Carolina Maria de Jesus (1986) escreveu, em seu *Diário de Bitita*, sobre a violência e as relações raciais no Brasil pós-abolição interdita de direitos, inacabada e regulada, “consolidando a racialidade negra como o meio delinquente por excelência, produzindo sobre ela inclusive um dispositivo legal, a ‘lei da vadiagem’”¹²⁶. (CARNEIRO, 2005, p. 87). Esse recorte do *Diário de Bitita* e a reflexão de Sueli Carneiro nos faz reiterar que é impossível problematizar a violência de Estado no Brasil sem suspender o tapete e olhar o que foi jogado embaixo dele no que diz respeito às relações raciais.

Com toda propriedade, a intelectual, feminista e militante do Movimento Negro Unificado (MNU), Lelia Gonzalez (1988) suspendeu esse tapete há muito tempo ao afirmar que o racismo, de modo geral, é resultado da chamada “neurose cultural brasileira”. Isto significa as reiteradas tentativas de negação da composição étnico-racial do país, ou seja, de que o racismo à brasileira acontece por “denegação”¹²⁷, a negação do nosso passado escravocrata, racista e hierárquico, de uma sociedade que produz o racismo como sintoma. “O chamado ‘racismo à brasileira’ seria a denegação de nossa latinoamerifricanidade que se volta contra aqueles que são o seu testemunho vivo mesma (os negros e negras), ao mesmo tempo que diz não o fazer (‘democracia racial brasileira’) (GONZALEZ, 1988, p. 69). A autora também destaca outra condição para essa

¹²⁶ A construção social do vadio e da vadiagem, e sua consequente criminalização, ocorre no Brasil como uma medida de controle social sobre os indesejados sociais e que não se encaixavam no processo produtivo, sobretudo no pós-abolição. Para tanto, contou com um arcabouço jurídico que desse conta de criminalizar os “vadios” e os “vagabundos”. O Estado cria, então, a contravenção da vadiagem, legitimada pelo Código Penal de 1889. A título de exemplo, destaco apenas uma passagem: “Capítulo XIII – Dos Vadios e Capoeiras.” ‘Art. 399. Deixar de exercer profissão, ofício, ou qualquer mistêr em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes:’ ‘Pena – de prisão cellular por quinze a trinta dias. 1º Pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assignar termo de tomar ocupação dentro de quinze dias, contados do cumprimento da pena” (PIERANGELLI, 1980, p. 316).

¹²⁷ Denegação é um conceito psicanalítico e me valendo do dicionário de Psicanálise Formulado por Roudinesco, resumidamente “um meio de todo ser humano tomar conhecimento daquilo que recalca em seu inconsciente. Através desse meio, portanto, o pensamento se liberta, por uma lógica da negatividade, das limitações que lhe são impostas pelo recalque.” (ROUDINESCO, 1998, p.145).

especificidade brasileira, o chamado racismo por omissão, que seria o problema “esquecido”, “invisibilizado” (GONZALEZ, 1988, p. 69).

Na esteira de Lelia Gonzalez, o sociólogo Deivison Faustino¹²⁸ (2022, p. 23) reflete que “somos uma sociedade que jogou para debaixo do tapete a escravidão, a ditadura, o desaparecimento de militantes, uma série de traumas sociais que têm nos assobrado, porque aquilo que é jogado para debaixo do tapete retorna”. Em outras palavras, aquilo que é recalcado retorna.

Faustino ainda assevera que refletir sobre as relações raciais é pensar na radicalidade das violências. De acordo com o autor, “seria muito fácil observar a violência só no Bolsonaro e não perceber a mesma também presente no pensamento crítico em relação à sua omissão com o racismo” (FAUSTINO, 2022, p. 23). A discussão racial só apareceu de forma secundária e sublinha que o pensamento crítico passou a discutir agora “porque está na parede, encurralado pelo pensamento antirracista” (FAUSTINO, 2022, p. 23).

A meu ver, é imprescindível que o pensamento antirracista continue a nos desafiar, e ao pensamento crítico, à academia, assim como aos movimentos sociais, às políticas públicas, aos sindicatos, como o fazem os movimentos negros, os movimentos feministas negro e decoloniais, o feminismo antiproibicionista, o histórico movimento dos povos indígenas, a Craco resiste, só para citar alguns.

O conceito de “acúmulo social da violência” formulado por Michel Missi (1999, 2003, 2006), somado ao racismo estrutural institucionalizado como fundante da violência histórica, tem uma potência explicativa que se atualiza ao tentarmos alcançar certa compreensão dos contextos de violência em outros territórios urbanos, para além do Rio de Janeiro, onde, com suas particularidades, seus estudos acontecem. Como nos explica Missi, o acúmulo social da violência não ocorre de maneira linear ou como fruto direto

¹²⁸ Deivison Faustino é sociólogo e referência em nossa atualidade sobre estudos sobre Franz Fanon no Brasil. Ver: “*A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos* (2020) e *Fanon na Encruzilha* (2022). Franz Fanon foi um psiquiatra martinicano que imprimiu a partir de seus estudos e reelaborações a partir da psicanálise, existencialismo, marxismo e de um fazer clínico crítico, uma direção revolucionária na luta antirracista e anticolonial. Um intelectual importante para pensarmos as relações raciais no Brasil e no mundo. Por isso uma nova geração de intelectuais retorna Franz Fanon o qual estava restrito ao meio acadêmico para o debate público. Como assinala Deivison Faustino: “alguns autores como Achille Mbembe tensionam o debate e no caso do brasileiro atribuo [a onda Fanon] à presença negra nas universidades, provocada pelas ações afirmativas. Isso foi decisivo para uma demanda por autores negros nas universidades” (FAUSTINO, 2022, p. 22). Como já apontamos em outro capítulo, a intelectual Rachel Gouveia revela o apagamento de Franz Fanon na produção da Reforma Psiquiátrica Brasileira, mesmo ele tendo influenciado o pensamento de Franco Basaglia, autor referência no campo da reforma no Brasil. Me alongo nesta nota por achar importante olharmos para estas questões no campo que nomeamos de crítico.

de outras formas de violência, como, por exemplo, os processos de urbanização ou a emergência do comércio ilegal de drogas, mas sim de uma

[...] acumulação cíclica de padrões, experiências sociais e continuidades ‘subculturais’ sem as quais seria difícil explicar a montante, a persistência, a amplitude espacial e a formação de redes de quadrilhas e de corrupção policial cujos efeitos de violência passaram a ser representados como uma “novidade” [...]. (MISSE, 1999, p. 06).

Ou seja, o acúmulo social da violência não é um somatório de violências, e é mais complexo do que nossos olhos e nossa indignação podem alcançar, pois está envolto naquilo que é legal e extralegal e nas trocas das “mercadorias políticas”¹²⁹ que envolve a violência. Ela diz respeito aos processos que abarcam o crime, a criminalização, a incriminação e a sujeição criminal. Como diz Misse (1999, p. 71), “há sujeição criminal quando há reprodução social de ‘tipos sociais’ representados como criminais ou potencialmente criminais: bandidos”. É nesses “tipos sociais” que muitos jovens das periferias, a maioria negros, são enquadrados e mortos, uma experiência duramente vivida pelas mães, familiares, amigos e territórios que os perdem, deixando marcas em suas subjetividades.

Para complexificar o tema da violência em territórios urbanos, recorremos a Feltran (2012), que contribui com o campo ao apresentar a especificidade de São Paulo em seu estudo sobre o conflito entre as políticas de governo e as políticas do crime para a gestão da violência letal, em duas décadas (1992 a 2011). Para tanto, o autor analisa o “massacre do Carandiru” e, a partir dele, a inclusão da pauta de direitos humanos nas políticas de segurança do estado de São Paulo e o início do projeto de encarceramento em massa, a megarrebelião nos anos 2000 no sistema prisional, a expansão do primeiro comando da capital (PCC) e os “crimes de maio de 2006”¹³⁰, analisando como um “evento crítico”, segundo formulação de Veena Das (1995), e que deixou marcas na história de São Paulo, em virtude do assassinato de 425 pessoas e do desaparecimento de outras 4, com repercussões no bairro de Sapopemba, território onde Feltran realizava sua pesquisa.

Para adensar ainda mais nossas reflexões, reportamo-nos a Soares (2021), que discorre sobre a formação do Brasil miliciano, resgata os estudos de Michel Misse e a

¹²⁹ Misse (1999, p. 295) define mercadoria política como “toda mercadoria cuja produção ou reprodução depende fundamentalmente da combinação de custos e recursos políticos, para produzir um valor de troca político ou econômico”.

¹³⁰ *Crimes de Maio de 2006: o massacre que o Brasil ignora*. 17/05/2021. Disponível em: <https://ponte.org/crimes-de-maio-de-2006-o-massacre-que-o-brasil-ignora/>

formação dos esquadrões da morte, atendo-se à nossa saída gradual e restrita da ditadura civil-militar nos anos de 1980 para uma democracia de conciliação e não de ruptura. Assim, “as cinzas do passado, as feridas, os cadáveres, as brutalidades, a barbárie toda, foram para debaixo do tapete e passamos imediatamente para o novo regime que se inaugurava com a promulgação da Constituição de 1988” (SOARES, 2021, s/p), porém, é importante salientar, sem qualquer recomposição das organizações do aparato repressivo produzido pela ditadura.

Soares avalia que, por um lado, tivemos alguns avanços da experiência da cidadania, com seus limites e contradições, e, por outro, a consagração de uma temporalidade cristalizada “que remete aos tempos imemoriais, à nossa história mais funda, que é a história da escravidão, da brutalidade, do racismo estrutural, das desigualdades” (SOARES, 2021, s/p). O autor aponta que há nichos de agentes da segurança pública que ainda são aqueles que “justificam execuções extrajudiciais, que confundem justiça com vingança e que são absolutamente refratários ao poder civil, à legitimidade republicana e à autoridade política” (SOARES, 2021, s/p), além de toda complexidade na formação das milícias¹³¹.

Com isso, o Brasil segue convivendo com o genocídio de jovens negros e de jovens pobres nos territórios marcados pelo empobrecimento e pela brutalidade policial letal.

Soares destaca ainda que, no caso de São Paulo, após os crimes de 2006, houve um declínio da violência letal por homicídio, que o governo creditou a si mesmo. No entanto, em suas palavras, “nós sabemos, pois, as pesquisas são fartas nesse sentido, que depois daquela crise de 2006 o PCC, que detém o controle monopolista, não pleno, [...], mas lidera o universo criminal em São Paulo, embora com muita flexibilidade de centralização, mas lidera” (SOARES, 2021, s/p).

Vale ressaltar que a política disseminada do medo e do silenciamento é transversal a toda essa complexidade que envolve as violências em territórios urbanos e pelo Brasil afora, sobretudo a violência de Estado. No entanto, vemos rupturas acontecerem em contraposição a esse silenciamento como no início dos anos 2000 com a criação da Associação de Amigos e Familiares de Presos/as (Amparar) – pela ação de um grupo de mães que se revoltaram, nos anos de 1998, ao ver os direitos de seus filhos violados dentro

¹³¹ “[...] milícias, que são grupos compostos por policiais e ex-policiais civis e militares e alguns bombeiros e agregados que são recrutados e aceitos, além de, cada vez mais crescentemente, por traficantes de drogas que são cooptados para as novas coalizões [...]” (SOARES, 2021, s/p).

da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem) e do sistema prisional; o coletivo Mães de Maio, exigindo averiguação e justiça para as mortes de seus filhos durante os crimes ocorridos em maio de 2006, por policiais; as mães do Curió, nos anos 1990; o movimento Tortura Nunca Mais, em 1985, e, em 2016, o movimento Mães em Luto da Zona Leste, e tantos outros movimentos que propõem ações e denunciam a violência de Estado e o Estado como agente violador de direitos e direitos humanos. Com isso quero dizer que as nossas sociabilidades e as nossas subjetividades são construídas e reinventadas nesse cenário bastante complexo.

É terrível saber que o Brasil é o quarto país que mais mata defensores de direitos humanos¹³² e os defensores das florestas e ambientalistas. E no mundo é o país que mais mata pessoas trans¹³³ e as estéticas sobre violência seguem mostrando a letalidade policial contra jovens, em sua maioria negros das periferias, por agentes do Estado, um genocídio, como sustentou Abdias do Nascimento na década de 1970, e, mais recentemente, Soares (2021). Como argumenta Flauzina (2006, p. 135), em seu estudo sobre o sistema penal,

[...] há um projeto genocida de Estado que, multifacetado nas várias dimensões da intervenção institucional, vai desenhando as vulnerabilidades que fragilizam, matam e impedem a formação de uma consciência histórica capaz de sedimentar as bases de uma reação articulada do contingente negro. O Sistema penal, sabemos, é apenas a faceta mais evidente de todo esse empreendimento, que se vale de diversas instâncias a fim de produzir o extermínio da população negra no Brasil.

O que esses estudos nos mostram é que predomina a violência de Estado, sempre atualizada, produzindo mortes e sua histórica desresponsabilização, haja vista a tímida política de justiça de transição em nosso país, pós-ditadura civil-militar, e a seletividade persistente do sistema de justiça, como apontam as mães do movimento Mães em Luto da Zona Leste ao afirmarem que *“essa justiça não é para pobre, não é para a periferia”*. Vale ressaltar que, com o golpe de 2016 e a eleição do candidato de ultradireita em 2018, a narrativa e a defesa das práticas da violência – tortura e mortes – ganharam força.

¹³² Brasil, quarto país que mais mata defensores dos direitos humanos no mundo, tem programa de proteção ameaçado. 09/12/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/brasil-quarto-pais-que-mais-mata-defensores-dos-direitos-humanos-no-mundo-tem-programa-de-protecao-ameacado/?gclid=Cj0KCQjwio6XBhCMARIsA>.

¹³³ Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. 23/01/2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>

A violência apavora. Enquanto escrevo esta dissertação, acompanho noticiários consecutivos que me afetam: após longa espera pelo julgamento em fevereiro de 2021 dois policiais réus da chacina de Osasco-Barueri foram absolvidos e seu advogado de defesa, em seus argumentos, passou a desqualificar uma das lideranças do movimento de mães de Osasco¹³⁴. No Rio de Janeiro, a chacina em Jacarezinho, em 6 maio de 2021, mobiliza os que lá habitam; uma moradora pede a uma pessoa com uma câmera para filmar “como um pedido de socorro e também registro daquilo que não basta mais ser apenas verbalizado”. Em novembro de 2021, temos a notícia de mais uma chacina no Complexo Salgueiro (RJ). Em 30 de novembro de 2021, circulou pelas redes sociais uma cena de tortura que atormenta alguns e recebe apoio de outros, em que um jovem negro é algemado na moto de um PM e puxado em via pública na Zona Leste de São Paulo. Uma cronologia infundável...

Em 22 de janeiro de 2022, compareci com outras companheiras ao café com as mães do movimento Mães em Luto da Zona Leste. Duas mães choravam muito, havia poucos meses que seus filhos tinham sido assassinados pela polícia ao saírem para comprar esfiha – certamente a polícia os considerou “suspeitos” e os executou. Esses dois “casos” não tiveram repercussão na mídia. *É uma dor muito grande*, verbalizou uma delas. O acolhimento que as outras mães deram a elas foi de uma sensibilidade emocionante, elas vivenciam a *dor grande*, ouviram as novas mães e disseram: *essa dor não vai passar, você vai aprender a sobreviver com ela*. Fiquei com vontade de abraçá-las, levantei-me e ofereci lenços de papel para cada uma. Sentei-me e continuei a testemunhar aqueles testemunhos.

Outros corpos – *com nome e sobrenome* - entravam para as estatísticas. Outras mães e familiares choravam: em 1º de março de 2022, em Gamboa, Salvador, três jovens foram assassinados pela polícia. Mais uma Chacina no Rio de Janeiro, em 24 de maio de 2022, dessa vez no complexo da Penha. No dia 25 de maio de 2022, em Sergipe, Genivaldo, homem negro, é torturado publicamente e morto asfixiado, no interior de um carro oficial, por policiais rodoviários federais. Uma reiteração da política de morte, racista e banalizada socialmente. Ecoo algumas perguntas de Christian Riberio (2021) ao se posicionar e analisar a chacina de Jacarezinho (RJ), em 17 de maio de 2021, mas que cabe para essas outras situações de violência de Estado que continuam acontecendo em

¹³⁴ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/02/25/defesa-usa-posts-da-lider-das-maes-de-osasco-para-tentar-desacredita-la.htm> acesso 12/03/2021.

2022: por que o Estado só adentra e se faz presente a estas comunidades através de sua força repressora? “Por que não há nenhuma manifestação estatal em relação aos danos materiais causados a população local? Por que nenhuma referência a presença de serviços de apoio psicológico a população local?” (RIBEIRO, 2021, s/p). *Por que o Estado não nos da resposta?* Ecoando a voz de uma das mães do movimento mães em luto da zona leste.

Ao lado dos assassinatos praticados por agentes do Estado, o encarceramento no Brasil chega a 919 mil pessoas. Com isso o país garante o terceiro lugar no ranking internacional, perdendo apenas para China e Estados Unidos, segundo o Conselho Nacional de Justiça¹³⁵ (CNJ). Tanto uma ação como outra têm como enunciado estatal o combate ao tráfico e as drogas. Em 11 de maio de 2022, alegando apologia às drogas, a polícia derrubou o memorial¹³⁶ erguido pelos moradores de Jacarezinho em homenagem aos 27 moradores e um policial, mortos naquele dia,

[...] vítimas da política genocida e racista do estado do Rio de Janeiro, que faz do jacarezinho uma praça de guerra, para combater um mercado varejista de drogas que nunca vai deixar de existir. Nenhuma morte deve ser esquecida! Nenhuma chacina deve ser normalizada! (PORTAL FAVELA, 2022, online)

Dias depois daquele café em 27 de fevereiro de 2022, depois de anos de espera, em julho de 2022, após ser levado a júri popular, o policial que matou com um tiro na nuca um jovem de 14 anos, filho de uma das mães, foi absolvido. Acompanhamos o primeiro dia do júri e ouvimos como o advogado do policial criou uma longa narrativa de desqualificação da vítima, das testemunhas, dos familiares, dos amigos, do território – uma clássica arguição de criminalização da pobreza e de sujeição criminal em que era possível perceber o quanto segue arraigada a ideologia do “bandido bom é bandido morto”. Fiquei revoltada com a retórica da defesa dos policiais e não tirava os olhos daquela mãe, irmão, amigos que tinham expectativa de alguma justiça e, como não aconteceu, a dor e a indignação tomaram conta de seus corações. Alguns dias conversando

¹³⁵ Número de presos no Brasil bate recorde após pandemia e aumento da fome. 6/01/2022. Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/numero-de-presos-no-brasil-bate-recorde-apos-pandemia-aumento-da-fome-130532039.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2.

¹³⁶ Polícia destrói memorial da chacina no Jacarezinho. 11/05. Disponível em: <https://www.portalfavelas.com/single-post/pol%C3%ADcia-destr%C3%B3i-memorial-da-chacina-no-jacarezinho>.

com a mãe, ela me verbalizou que estava decepcionada – mais uma vez a mentira prevaleceu, mas que não iria desistir de lutar.

2.2.3 A guerra

“Na luta contra do bem contra o mal é sempre o povo que morre”

(Eduardo Galeano)¹³⁷

Para Grillo (2019, 63), “Guerra às drogas, guerra ao crime, guerra entre comandos e pacificação são todas elas expressões que integram uma mesma retórica de guerra e paz, cada vez mais presente na discussão pública”. Segundo Marcia Leite (2000), a metáfora da guerra, nos anos de 1990, foi uma chave interpretativa para a problematização da “violência urbana”, a partir da representação do Rio de Janeiro como uma cidade partida¹³⁸. Em estudos de 2014, a autora trata da metáfora da guerra como um “dispositivo matriz” na produção discursiva. Grillo, por sua vez, conta-nos que em 2017, o jornal carioca *Extra* criou a editoria Guerra do Rio, onde publicava matérias sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, argumentando que os níveis de criminalidade alcançavam proporções de uma guerra. Os movimentos sociais das favelas e organizações de direitos humanos se contrapuseram a tal iniciativa, argumentando que era uma “uma tentativa de legitimar a violência do Estado contra a população negra e favelada. Alegaram não haver “guerra”, mas sim um ‘massacre’ ou ‘genocídio’ (dessas populações)” (GRILLO, 2019, p. 62), explicitando a crítica à “metáfora da guerra” e evocando outras duas categorias para denunciar uma situação de violência que extrapola os limites democráticos.

Grilo (2019) sustenta, a partir de um diálogo com Machado Silva, na reflexão que o autor faz sobre a passagem da linguagem dos direitos para a linguagem da violência, que as modulações contemporâneas da guerra evidenciam processos da passagem de uma linguagem para outra que

¹³⁷ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM editora, 2010

¹³⁸ Segundo Almeida e Najar (2012), a concepção de cidade partida aparece no início do século XX, em várias crônicas sobre a cidade do Rio de Janeiro, as quais apresentavam a favela como uma cidade a parte. “A visão da cidade favela e da cidade não-favela representa e reapresenta maneiras de perceber uma ordem territorial, social e econômica” (ALMEIDA; NAJAR, 2012, p. 122). Na década de 1990, a mídia se apropriou dessa perspectiva, para disseminar a ideia de que morador da favela, especialmente aquele que mora em locais com mais ocorrência de criminalidade, é visto pela mídia como bandido. Nessa década, o conceito compôs estudos sociológicos e antropólogos urbanísticos. *Rio de Janeiro Cidade partida* (1994) é o título do livro do jornalista Zuenir Ventura, o qual fez sua investigação jornalística em 1993 na Favela Vigário Geral, logo após a chacina de Vigário Geral em que morreram 21 pessoas.

[...] desloca a atuação do Estado para a manutenção das rotinas e não mais para a regulação do conflito social estruturado. Em ambos os casos, o uso da força pelos Estados busca combater inimigos dispersos, de organização reticular, com os quais não se pode negociar e que jamais são completamente eliminados, o que estimula a crescente militarização da gestão de populações e territórios e as práticas de torção da lei [...]" (GRILO, 2019, p. 86).

De qualquer modo, criou-se uma ficção sobre a ficção “da guerra as drogas” alardeada por governadores e agentes do sistema de segurança pública para justificar o aparato militar para suas ações nos “territórios perigosos”, como, por exemplo, as favelas e a cracolândia (SP). Trata-se de um argumento que parece cair como uma luva para ilustrar esse cenário complexo de abusos de toda ordem e a expansão do poder punitivo e da violação de direitos humanos (KARAN, 2012).

Afora essas operações que fazem as periferias se assemelharem a um “campo de guerra”, com tropas de choque, helicópteros, drones, armas pesadas, bombas de dispersão, cassetetes violentando os corpos das pessoas, até mesmo dentro de suas casas, vemos também no cotidiano cenas truculentas acontecerem. Quem nunca presenciou, em alguma rua da cidade de São Paulo, ou outra que lhe venha à memória, abordagens vexatórias pela polícia que, abusando da sua autoridade, revista homens jovens, na sua maioria negros, como suspeitos de “envolvimento” em ações criminosas? Do jeito que os revistam e vasculham suas mochilas, seus tênis e bonés, parecem claramente procurar “as drogas”. *Não vemos tais abordagens com os jovens brancos no bairro dos Jardins*¹³⁹, como reflete uma das mães durante a oficina de escrita.

A categoria “envolvido” diz respeito àqueles que têm relação com algum ato infracional como furto, alguma relação com o comércio varejista de drogas, e que teve alguma “passagem” pelos sistemas socioeducativo ou prisional. “Envolvido” e “passagem” parece virar documento de identificação e mesmo que a pessoa tenha cumprido a pena ou a medida, ela continua estigmatizada. As falarem do assassinato de seus filhos pela polícia, as mães do movimento Mães em Luto da Zona Leste defendem que, mesmo que o jovem estivesse *fazendo alguma coisa errada, algum envolvimento*, deveria ser encaminhado para averiguação e não receber a sentença de morte, formalmente proibida no Brasil. Assim questionam: *que sistema de justiça é esse?* Assim

¹³⁹ Bairro de São Paulo de classe social abastada.

como questionam que *falta trabalho, lazer, estudo de qualidade para os jovens da periferia, o direito de ir e vir pela cidade*.

As narrativas da “segurança pública” aliadas às das mídias oficiais e de segmentos das redes sociais pela internet amplificam a versão dos “bandidos”.

Há, portanto, uma política de gestão das mortes e aprisionamentos com o uso da força em nome da segurança pública e, como reflete Mbembe (2016), temos um modo de fazer política que se efetiva como uma guerra por outros meios relacionada ao poder¹⁴⁰, a um racismo de Estado presente nas sociedades contemporâneas, que fortalece políticas de morte.

O antropólogo Anjos (2017) nos traz uma passagem para reflexão sobre a afetação que ficou diante de um pai cujo filho foi assassinado pela polícia, em que afirma e defende que é uma guerra movida contra a juventude negra:

“Mas isso aqui é munição de guerra! É munição de guerra!” Para um pai cujo filho está morrendo, não interessa se foi morto por munição de guerra ou por uma arma de calibre 38. O gesto ressalta justamente o fato de que o que importa é o fato de que se está em estado de guerra racial. E que é no interior dessa guerra racial que as diferenças efetivamente importam; que as diferenças que importam lá fora devem importar também nas nossas teorias; isto é, que a gente possa fazer antropologia em estado de guerra, como relatório de guerra, em que a guerra não possa ser muito facilmente lida como se fosse uma metáfora. Não estamos fazendo como se estivéssemos em guerra, há uma guerra movida contra a juventude negra! (ANJOS, 2017, p. 216).

Dentre outros estudos, Sabino Nascimento (2018), Juliana Farias (2014), Vianna e Farias (2011) discutem os assassinatos de moradores da favela do Rio de Janeiro, buscando compreender as engrenagens de uma política de gestão de mortes nesses territórios e a movimentação das mães em busca por justiça.

No trabalho de Sabino Nascimento (2018, p. 02), há uma emocionante narrativa de uma mãe, cantora e poeta sobre o assassinato de um jovem pelo Bope, próximo de sua residência, em uma favela do Rio de Janeiro, numa batalha de poesia que acontecia na favela:

[...] vocês não têm noção como eu amo esse lugar e acredito que nossos direitos têm que ser respeitados. E acredito que nós estamos num momento que temos que assumir que existe uma guerra, mas não uma guerra as drogas, é uma guerra ao cidadão. E não ao “cidadão de bem”, entre aspas, que diz que bandido bom é bandido morto, porque na

¹⁴⁰ Mbembe se referencia nos estudos de M Foucault sobre discurso e poder.

verdade, essa guerra é só um disfarce pra morte de preto, pobre e favelado.

Penso que as palavras dessa mãe descontroem o que o governo justifica como “a guerra às drogas”, para enfrentar grupos armados do tráfico, e denunciam o seu disfarce. Em sua narrativa, ela nos contou que o jovem estava na sua porta sendo enquadrado. Ele estava com um fuzil e uma touca ninja, e, num determinado momento, largou o fuzil, levantou as mãos e disse para o policial do Bope: “eu perdi”. Foi quando o policial assassinou o amigo dela. Não era filho dela, mas era filho de outra mãe, amigo, filho do padeiro. *“A mãe estava chorando porque tinha perdido o seu filho. E eu como mãe imaginava, só podia imaginar como era aquela dor”* (NASCIMENTO, 2018, p. 03).

Outro marco simbólico que podemos relevar nessa discussão sobre “a guerra às drogas” é a conhecida cena de uso, a cracolândia em São Paulo, onde as internações e prisões fazem parte da circulação dos territórios drogados e compõem os territórios existências dessas pessoas que estão ali (LANCETTI, 2015, p. 36). Se nesses espaços há a fissura pela droga, as políticas de governo para o cuidado com as pessoas que estão ali se assenta no que Lancetti nomeou de contrafissura: “um modo simplificado de resolver imediatamente problemas de tamanha complexidade” (LANCETTI, 2015, p. 30). Em nome de “combater o tráfico de drogas” e “oferecer tratamento”, usam todo o tipo de violência, com apoio da mídia e de segmentos da sociedade, contra as pessoas que estão naquele fluxo.

Ao tratarmos de violência de Estado, juventudes, periferias, racismo, cárcere, cenas de uso, não podemos passar ao largo das reflexões críticas sobre as drogas, seus usos, seu comércio e dessa ficção de guerra ou paz expandida em torno dessa mercadoria. O comércio varejista de drogas coloca-se como uma temática que demanda ampliação investigativa em sua interface com a categoria trabalho e juventudes. Destacamos os estudos de Thaisa Vilela Fonseca do Amaral (2020) e de Almeida e Amaral (2017) que sustentam haver um jogo de forças na vida política e social dos territórios precarizados, com vários interesses econômicos em jogo, em que a droga é a mercadoria¹⁴¹ e, por causa dela, se justifica a violência militarizada.

Se a cruel metáfora da guerra é acionada pelo Estado, ela é tensionada pelos movimentos de mães na busca por justiça pela morte de seus filhos ao confrontarem as

¹⁴¹ As autoras sustentam que “a droga enquanto mercadoria no sentido marxista do termo, a droga constitui-se em um produto do trabalho, imbuído de valor de uso e valor de troca” (ALMEIDA; AMARAL, 2017, p. 377).

instituições de segurança pública, justiça e o legislativo, no sentido de colocar o Estado em suspeição, e rebelam-se contra a naturalização e a normalização da violência de Estado.

Franco (2016), em seu estudo, abordou a presença das UPP nas favelas cariocas como aparato institucional da política de segurança no estado do Rio de Janeiro, como isso reforça o estado Penal e apresenta a questão da segurança apenas como força. Marielle Franco, então vereadora na cidade do Rio de Janeiro, foi executada em 2018, juntamente com seu motorista, Anderson Gomes, quando retornava do evento *Jovens Negros Movendo as Estruturas*. Um dia antes de sua execução, em protesto contra o assassinato de mais um jovem, postou na rede social Twitter a seguinte frase: “quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe”?

As duas noções, “a guerra como representação” e “estado de guerra”, parecem compor de algum modo as experiências cotidianas e as subjetividades de quem vive em territórios das cidades onde o emprego das forças legais e extralegis é recorrente, e como uma contraforça são organizadas as resistências coletivas. Os títulos de alguns estudos e análises que tratam dessas insurgências me chamam atenção e podem nos levar ao encontro dessas noções: *A “guerra das mães”* (VIANNA; FARIAS, 2011), *Do Luto à luta... uma guerra particular* (CARITÁ, 2010), *Luto como mãe* (documentário de Luis Lomenha, 2011), *Do luto mães de maio a Luta* (Movimento Mães de Maio, 2011), *Rebelião das mães: ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes* (RIBEIRO, 2020).

2.2.4 A Cidade

Ê São Paulo, terra de arranha-céus onde não existe amor. Engrenagem produtora de quartos de despejos. Centro nevrálgico do capital produtor dos órgãos repressores mais eficazes. Forjada nas raízes assassinas dos bandeirantes, desenhada pela imponência dos barões do café, solidificada por industriais e requintada pelos gerentes do sistema financeiro, a ideologia da elite paulistana cultuou Borba Gato, Raposo Tavares e o Obelisco do Ibirapuera com o mesmo ardor que massacrou índios e negros e reprimiu trabalhadores. Convertida em máquina produtora de mercadorias, a cidade capaz de fazer homens virarem suco produziu um dos planos mais bem acabados em termos de segregação social e racial [...].

(Tiaraju Pablo D’Andrea)

Ao longo do século XIX e XX, as discussões sobre o embranquecimento do Brasil, em razão do aumento do número de negros e indígenas em território nacional, desenharam as políticas de ocupação das cidades, empurrando os negros e pobres para áreas mais afastadas dos centros e com condições irrisórias de saneamento básico (água potável, esgoto, drenagem urbana e coleta de lixo) e com acesso difícil às políticas de saúde e educação ofertados pelo Estado (CHALHOUB, 1996).

A segregação sócio-espacial da população negra no Brasil, que tem suas origens na colonização, é fenômeno que se repete em São Paulo, como destaca Adão (2017), para quem a maior vitimização por homicídio da população negra acontece nos territórios mais vulneráveis da capital paulista, não sendo esse um fato pontual, episódico, mas construído sistematicamente. Endo (2005) corrobora a visão de uma construção histórica da cidade, da privatização do espaço urbano e de estruturas jurídicas operadas para limpeza dos indesejados na cidade, propondo-se a entender como as violências que acontecem na cidade representam as violências subjetivas banalizadas no cotidiano de São Paulo.

Em 2017, uma ação da “zeladoria urbana”, na gestão do prefeito João Dória, acordou pessoas em situação de rua com jatos de água na Praça da Sé¹⁴². Tamanha violência é apoiada por parte da população.

Claudia Aguiar (2017) ao longo de seu trabalho nos conta sobre a Praça dos Sete Jovens, situada no bairro de Brasilândia (SP), cuja construção foi fruto de uma luta antiga dos moradores na direção de garantir um espaço para o lazer. O nome da praça é uma homenagem aos setes jovens mortos em 2014, em uma chacina que aconteceu no local. Todavia, seu estudo revelou que as disputas pela ocupação da praça evidenciaram a “intersecção historicamente construída entre periculosidade, raça e pobreza e a expansão dos controles sobre a população pobre e sua circulação nos espaços públicos”, sobretudo crianças e jovens, negros em sua maioria.

Conforme Tiaraju Pablo D’Andrea (2021), “Pra chegar da Brasilândia ao Morumbi é muita treta” (D’ANDREA, 2021, p. 08) e enfatiza que já existe uma imensa bibliografia, mapas e indicadores que provam que “há concentração de renda e de equipamentos em determinados distritos e de como existe um desenho urbano e uma

¹⁴² <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-meio-ao-frio-moradores-de-rua-relatam-sofrimento-sob-a-gestao-doria/>

planificação da (in)acessibilidade¹⁴³ edificada para que corpos racializados e pobres não acessem determinados lugares” (D’ANDREA, 2021, p. 08-09).

Por sua vez, Caldeira (2000), ao estudar a relação entre criminalidade, democracia e espaço urbano em São Paulo, argumenta que, no processo de transição democrática, deslegitimou-se a cidadania cível, emergindo uma noção de espaço público fragmentado e segregado, sustentado no caráter disjuntivo desse processo de democratização e de uma nova “cidadania para todos” com resquícios da escravidão.

Em pesquisa realizada pelo IBGE em 2019, os dados evidenciam o aumento da produção de vida vulneráveis, sinalizando que o “número de favelas no Brasil dobrou nos últimos dez anos [...]. A favelização brasileira ganhou força com a pandemia e o aumento do desemprego” (ALMEIDA; TEIXEIRA, 2021, s/p). A pesquisa também destacou um crescimento acentuado na insegurança alimentar no Brasil: “quase 20 milhões de brasileiros declaram passar 24 horas ou mais sem ter o que comer e outros 64 milhões vivem inseguros sobre a possibilidade de comer” (ALMEIDA; TEIXEIRA, 2021, s/p). De acordo com Denise Morado, “A pandemia escancarou esse caos urbano, que é existente há décadas, em razão dessas desigualdades sociais, econômicas, territoriais, ambientais e políticas. E essas desigualdades são resultantes da forma que as cidades brasileiras são produzidas” (ALMEIDA; TEIXEIRA, 2021, s/p).

Não é fácil morar na periferia, não é fácil lutar contra o sistema, como repetem algumas mães do movimento Mães em Luto da Zona Leste, mas elas também nos contam sobre o lugar onde moram, numa dimensão corpórea afetiva: A nossa família é a periferia, todos se conhecem. A gente mora na rua, conversa no portão, se diverte e troca ideia vai na casa do vizinho, coisa que quem mora em prédio nos bairros abastados não faz. A gente corre, faz bicos para pagar aluguel. As pessoas numa ocupação por moradia, por exemplo, trazem a marca dela e os sentimentos, mas continuam colocando o povo na rua com criança e tudo, é muito tenso, reflete Teca.

A palavra luta nos impele a pensar sobre uma disputa de movimentos sociais contemporâneos pelo direito à cidade e à moradia e aos territórios ancestrais, bem como sobre as revoltas e os levantes sociais históricos da população negra e indígena, desde a colonização, contra a ordem vigente, percurso em que muitos corpos foram tombados, mas que também deixou legados e experiências históricas como os quilombos e as atuais “práticas de aquilombamentos”, como nos ensina o pesquisador Emiliano David Camargo

¹⁴³ Tiaraju Pablo D’Andrea deixa como referência para o conceito de (in)acessibilidade: VILLAÇA, F. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1998.

(2018), convocando-nos às invenções de práticas e saberes antirracistas no campo do cuidado em saúde mental.

A questão do “comum”, na diferença do “comunitas”, para usar uma expressão de Mbembe, nos chama a pensar as cidades, os territórios, a comunhão com a terra e a construção de novos mapas de pertencimento¹⁴⁴.

2.2.4 As categorias gênero, maternidades, mães

Tempos, dores e corpos: a espera
 Meu filho tomou um tiro, corpo estendido no
 chão
 Topografias do horror!
 A força do acontecimento
 A ferida
 As mães, seus mortos, nossas vidas.
 Mães contra o estado: experiências de levantes.
 Dizer o indizível no rastro das palavras, dos
 olhares, do corpo
 Vozear os filhos mortos,
 Luto, luta
 Um Pulsar polifônico
 Luto, luta
 Seguem com os marejados olhos.

(Construção feita por mim a partir de frases e palavras de artigos que li).

O pensamento e o ativismo de Lélia Gonzalez (1983, 1985, 1988), em uma perspectiva afro-diaspórica anticolonial, antirracista, anticapitalista, que desconstrói o mito da democracia racial em nosso país, trouxe uma inflexão fundamental nos estudos sobre o processo histórico da formação política e social do Brasil e das Américas. Para compreender a fundo esses contextos coloniais, com suas estruturas raciais, Gonzalez propôs a categoria de análise político-cultural “Amefricanidade”, pois, em seus dizeres “o próprio termo permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico” e “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (GONZALEZ, 2020, p. 135).

Gonzalez foi uma pensadora e militante fundamental na defesa de um feminismo afro-latino-americano e uma das primeiras, no seu tempo, a articular as categorias raça,

¹⁴⁴ Tomo emprestada essa expressão de Peter Pál Palbart.

sexo, classe e poder, ao colocar a centralidade do racismo na opressão das mulheres negras e ameríndias, e revelou “a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas” (GONZALEZ, 2020, p.142).

Sueli Carneiro (2011, s/p), outra pensadora e referência do feminismo negro, fala-nos sobre o significado de enegrecer o movimento feminista:

[...] na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; [...].

Leal et al. (2017) apresentam o estudo *A cor da dor iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil* e destacam que, nas últimas décadas, há um relevante conjunto de evidências que apontam para as disparidades raciais no Brasil, em variadas dimensões da vida social, como educação, emprego e condições de moradia. De acordo com o estudo, “as desigualdades segundo raça/cor também têm sido documentadas nas pesquisas em saúde, com os segmentos socialmente menos favorecidos, incluindo pretos, pardos e indígenas, apresentando níveis mais elevados de adoecimento e de morte por causas evitáveis [...]” (LEAL et al., 2017, p. 02). Afirma o estudo que [...] “a razão de mortalidade materna é maior duas vezes e meia em mulheres pretas do que em brancas no Brasil [...]” (LEAL et al., 2017, p. 02).

A cor da dor é uma reveladora imagem de tantas mães, a maioria negras, seja para viverem suas maternidades e cuidarem de seus filhos, seja para terem acesso ao aborto de maneira segura, num país em que até os casos previstos legalmente são moralmente e violentamente questionados.

Odilon Castro (2017) mostra em sua etnografia, cujas interlocutoras foram mulheres negras às voltas com filhos que fazem uso de substâncias psicoativas, que essas mulheres têm críticas ao Estado e às políticas públicas e explicitam que há uma exploração dos mais pobres, das famílias negras pelo Estado, em nome de interesses econômicos. Essas mulheres, de acordo com o autor,

Carregam em seus corpos a descrença pelo Estado. Pelas políticas públicas. E ao mesmo tempo fazem uso dessas. [...] Essas mulheres escacaram ao ouvinte a forma como convivem com a herança de falta de possibilidades, [...] de direitos básicos, que não são negócios econômicos. (CASTRO, 2017, p. 190).

Segundo essas mulheres, “as famílias negras contam unicamente com a autoridade feminina - movimentam-se”. (CASTRO, 2017, p. 191).

Esse mulherio¹⁴⁵, mães das periferias e favelas das cidades, a maioria negras, movimentam-se cotidianamente para cuidar de suas famílias. A filha de Carolina Maria de Jesus, a professora Vera Eunice de Jesus Lima, nos conta das lembranças que tem de sua mãe, na favela do Canindé, em São Paulo, onde viveram:

[...] as lembranças são logicamente de uma mulher que vivia atrás de comida. Isso eu tenho claramente na minha memória a preocupação dela em alimentar os filhos, mas também tem partes muito alegres [...] cantando com a gente, eu lembro da Carolina lendo para a gente, eu lembro da Carolina contando os causos [...]. (BEZERRA, 2020, s/p).

Parte desse mulherio se enreda em movimentos sociais, exercendo agência ativa na luta contra as opressões e para traçar estratégias de sobrevivência e resistência. É no coletivo que essas mulheres se fortalecem e transmitem a espessura mais fina de suas histórias e insurgências. Procuram, com suas falas, escritos e organização, dar sentido político aos seus sofrimentos, compartilhar experiências sensíveis e tensionar as lógicas, hierarquias e hegemonia de saberes e poderes. Podemos dizer que essas mulheres vivem e habitam o mundo contemporâneo em muitos âmbitos, especialmente na política (FINA BIRULES, 2000).

E são as mães, em sua maioria, que se mobilizam em movimentos sociais para enfrentar e colocar o Estado em suspeição pelo assassinato, violências e torturas no encarceramento de seus filhos, ocupando a centralidade na cena pública.

Dentre outros estudos, os de Vianna, (2013), Aguiar (2021), Vianna e Lowenkron (2017), Silva leite e Marinho (2020), Souza Simões (2022), Vianna e Faria (2011), Pereira Leite (2004), Araújo (2006, 2008), tomam as categorias gênero, maternidade e mães para refletir sobre como seus corpos e suas maternidades são expostos e colocados à prova ao buscarem resgatar o reconhecimento do filho assassinado em suas qualidades de trabalhador, estudante, amigo querido, mas sobretudo o reconhecimento de suas vidas, suas humanidades, eram jovens que *tinham um nome e sobrenome* e têm elas como mães: *os retiraram de nossa vida e tiraram o direito deles de viverem. A polícia executou a sentença de morte.*

¹⁴⁵ Relembro que tomo o termo emprestado de Lelia Gonzalez. Ver nota 2 na introdução deste trabalho.

Ao se tratar das maternidades nos contextos de violência de Estado, sendo essas mães em sua maioria negras, o corpo da mulher escravizada é tomado como memória histórica em sua dupla função de trabalho escravizado e de reprodutora. Lugones (2014) reflete que a maternidade como intervenção estatal mantém a colonialidade de gênero¹⁴⁶ e que não pode ser pensada separadamente da colonialidade do poder¹⁴⁷. Considera que, na base do pensamento capitalista e colonial moderno, está a lógica dicotômica e hierárquica sobre raça, gênero e sexualidade, central na distinção entre humano e não-humano (LUGONES, 2014).

“Encontrei meu filho ali jogado, na rua da favela, como o corpo marcado por agressões, jogado no chão, morto, morto como cachorro”, essa é uma frase que Alencar (2011, p. 21) traz de uma mãe da qual cuidou em um serviço do SUS, e reflete que a cena repetida por aquela mãe “a fez associar o filho morto a uma condição não humana” (ALENCAR, 2011, p. 21), o que lhe era insuportável.

O Estado até hoje continua retirando os filhos dessas mães: *a gente engravida e é aquela expectativa, os filhos crescem e a gente tem que deixar voarem e aí o Estado vem e retira eles da gente*. A vivência de que seus filhos foram retirados foi recorrente entre as mães e tia nas oficinas de escrita. Essas mães seguem lutando pelo “direito de serem mães” (AGUIAR, 2021; VIANA, 2018) e exigem reconhecimento político e público das perdas que sofreram. A fala de uma mãe do movimento de mães do Ceará, destacado no estudo de Silva Leite e Marinho (2020, p. 351), reflete: “*Nós não somos mães convencionais [...] nós temos outros modelos de maternidade. Nós temos outros enfrentamentos. Enquanto as mães convencionais sonham o filho entrar na faculdade [...] nós mães da periferia nos duelamos para manter nossos filhos vivos e fora das grades*”. Todavia essas mães também sonham com uma vida mais digna para os filhos e que eles possam cursar uma faculdade, ficam orgulhosas pelos sonhos que eles

¹⁴⁶ Para Lugones (2014), a colonialidade de gênero seria, assim, aquilo que permanece da colonização em nós, por meio da intersecção gênero/classe/raça, construto central do capitalismo mundial. A autora propõe que a possibilidade de sua superação está no que chama feminismo decolonial.

¹⁴⁷ O conceito de colonialidade do poder é formulado por Aníbal Quijano (2005) para o autor a colonialidade do poder trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Partindo desse pressuposto instaurou-se um domínio do colonizador sobre os colonizados que persiste vigente mesmo após a descolonização. Assim, “Os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, 2005, p.118).

expressavam: *Meu filho queria ser médico, narra uma das mães da oficina de escrita*. Assim como procuravam ofertar objetos desejados pelos filhos.

Essas mães “não convencionais”, “mães da periferia”, “mães faveladas”, como se nomeiam, a maioria negras, ao mesmo tempo que se identificam em algumas dessas condições, também se colocam de maneira singular, pois, se o que as reúne é a condição de serem mães, o que as diferencia são seus nomes: a mãe Tainá, a mãe Laura, a mãe Maria e é com esses atributos plurais que se colocam na cena pública, num ato de insubordinação e des-silenciamento. Penso que ao se referirem como mães “não convencionais”, “mães periféricas”, denunciam também o regime cisgênero-hetero-normativo-burguês-branco de ser mãe, em que para as “*mães dos bairros abastados*” é assegurado o direito de serem mães, a proteção de suas maternidades e a vida de seus filhos.

Rachel Gouveia (2011) tece problematizações bastante importantes sobre a responsabilização das mulheres pelos cuidados de seus familiares e argumenta que a proteção primária básica está fixada nas mulheres de maneira naturalizada pela família, com pouco apoio do poder público, e que as instituições ficam de prontidão para apontar as falhas das mães pobres, repreendendo-as, fiscalizando-as, punindo-as e, por fim, estigmatizando-as como “mães más”.

Aguiar (2021, p. 56) contribui com essa discussão ao asseverar que

[...] o dispositivo da maternidade construído desde o Brasil colônia se conforma pela desqualificação ou mesmo exclusão de outras configurações de exercício da maternidade e maternagem, bem como de outras arranjos familiares, diferentes da nuclear. Mas, sobretudo, se propõe a negar a maternidade às mulheres negras.

Manter o filho vivo em todos os sentidos, seja na labuta dos cuidados diários¹⁴⁸ com suas famílias, muitas vezes de maneira “solo” ou com a real preocupação de que

¹⁴⁸ A feminista Silvia Federici (2019), na obra *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, recusa a ideia de que o trabalho assalariado fora de casa seria uma alternativa feminista para igualdade, ao contrário, para ela, o caminho seria o de reconhecer que as diversas atividades exercidas pelas mulheres não são atos de amor, mas um trabalho de fato. Ao identificar a trabalhadora doméstica como sujeito social importante nas relações de exploração capitalista, a autora revela a conexão umbilical entre a desvalorização do trabalho reprodutivo e a desvalorização da posição social das mulheres. Federici defende que a luta por salários não é uma luta para entrar na lógica das relações capitalistas, mas o reconhecimento de que as mulheres nunca estiveram fora delas, pois o trabalho doméstico, inevitavelmente, gera dinheiro para o capital. Em suas palavras, “o capital ganhou e ganha dinheiro quando cozinhamos, sorrimos e transamos” (FEDERICI, 2019, p. 48).

Françoise Vergès (2020), na obra *Um feminismo decolonial*, conta que escreveu o livro para mostrar que “o trabalho do cuidado é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial

sejam retirados pela violência do Estado, deixa-as sobrecarregadas. *A gente é a base da casa, não pode esmorecer.* Ao desprivatizarem suas dores, nos contam sobre rupturas que provocam no silenciamento na esfera pública ao se colocarem diante *das autoridades*, delegados, defensores, juízes, promotores, em busca da verdade sobre as circunstâncias do assassinato dos filhos.

Ao desprivatizarem o luto, refletem sobre a dor singular e coletiva, assim como sobre a política de silenciamento reproduzido na sociedade, diante dessas mortes. Com suas vozes e ações tencionam desestabilizar o ordenamento, porém não é nada fácil, como sublinha em fala pública Batia Jello Shinzato (2021): *“a voz para chegar você tem que sangrar, não basta só o que você sofreu e viveu ou vive, tem que sangrar, provar que é leoa, levar vários box, rasteira. Se fragmentar, para assim se refazer. Morremos todos os dias de várias formas e nascemos a cada por sol. Seguimos juntas na luta e no luto”*.¹⁴⁹

Alencar (2012, p. 08) ressalta que a distribuição social da morte dos jovens na periferia não ocorre somente por relações diretas de violência, mas pelas condições de vida, trabalho, moradia, assistência à saúde etc.: “[...] desconsiderar que se tratam de mortes que poderiam ser evitadas significa ideologizar e obscurecer a desigualdade em que se vive e o momento e condições em que se morre”. Defende que as circunstâncias da morte revelam desigualdades de classe próprias do capitalismo – acrescentaria o racismo como fundante de sua expansão e permanência.

As mães e tia do movimento Mães em Luto da Zona Leste, em vários momentos, rememoraram os sonhos dos filhos partilhados com elas, enquanto a vida deles pulsava no lugar em que viviam e buscavam mudar a condição de vida delas: *“oh loco, você trabalha muito, mãe”*, um dos meninos dizia à sua mãe. Como aponta Vianna (2014), há

e neoliberal; contudo mesmo indispensável e necessário deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. [...] (VERGÈS, 2020, p. 17). Para a autora, o patriarcado não se expressa da mesma maneira nos diversos lugares do mundo. No Brasil, é abertamente vulgar, brutal, racista, misógino, homofóbico, transfóbico, enquanto na Europa se mostra “elegante” e partidário dos direitos das mulheres, mas não deve passar despercebido. “Os objetivos desses patriarcas são os mesmos, servir ao capitalismo racial, explorar, extrair, dividir, desposar, decidir quais vidas importam e quais não importam” (VERGÈS, 2020, p. 18).

¹⁴⁹ Batia Jello Shinzato, fez parte da construção da AMPARAR e hoje é uma apoiadora. Participa da construção da “POR NÓS” e da RENFA e fez essa fala pública no “Ciclo de Debates em Direitos Humanos e Políticas Públicas: Mães em luto da Zona, em 16 de maio de 2021 – Módulo II Racismo e Genocídio. Realização: Movimento Mães em Luto da Zona Leste. Apoio: Centro de Direitos Humanos de Sapoemba (CDHS), Observatório de Violência Policial e direitos humanos (OVDPH) PUCSP, Núcleo de Estudos e Pesquisas Lógicas Institucionais e Coletivas (NUPLIC) do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social PUCSP. Realizado em modalidade on-line, em 16 de maio de 2021 – Módulo II Racismo e Genocídio.

uma conexão vital entre corpo-maternidade-território em que a luta dos movimentos de mães no Brasil se sustenta.

Fátima Lima (2017) defende que é no campo das relações raciais que situa as diferentes experiências subjetivas vividas por mulheres negras em diferentes contextos brasileiros e que a

[...] produção de sofrimento psíquico acentua-se na mediada que essas mulheres vivem em comunidades e favelas, nas periferias das grandes e pequenas cidades, nos contextos rurais [...] regiões marcadas por uma geografia espacial e humana da exclusão, da opressão e violências (LIMA, 2017, p. 84).

Mas também ressalta a potência da produção de vida das mulheres negras ao se organizarem e criarem coletivos, “constituindo uma dobra nos processos de violência” (LIMA, 2017, p. 84).

A feminista Ochy Curiel Pichardo (2021) enfatiza que as comunidades populares estão resistindo a todo tempo nos embates com o poder e, ainda, que é nesses lugares onde encontramos a solidariedade, a comunalidade, ou seja, são a oposição à lógica capitalista, racista. Por isso, apesar desse capitalismo tão violento, dessa colonialidade tão violenta, todos os dias temos resistências por parte dos povos. A decolonialidade implica reconhecê-los como essa resistência cotidiana, e isso significa que ali também se teoriza.

Foi pensando nas mulheres racializadas, em suas lutas e em suas vidas, que Vergès (2020, p. 20) propôs um feminismo decolonial “radicalmente antirracista, anticapitalista, anti-imperialista”. Um femismo à escuta:

[...] das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes e refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica. Um feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto ao questionamento, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias. (VERGÈS, 2020, p. 20).

Não necessariamente as mães e tia do Movimento Mães em Luto da Zona Leste que acompanhamos para a tecitura do livro *Mães em luta* se autoneoem feministas. Todavia, a meu ver, de algum modo, ao colocarem seus corpos em movimento, são atravessadas pela reflexão sobre as relações de dominação-submissão, sobre como são

mães destratadas em suas maternidades, sobre o racismo, sobre suas condições de vida e o poder do Estado.

Essas mães se deslocam diante da opressão que vivem, de classe, raça e gênero¹⁵⁰ e de sexualidades, e que têm como centralidade, em suas discussões, a distinção entre mães dignas e mães indignas, entre mães “convencionais” e “não convencionais” entre “famílias desestruturadas” e “estruturadas”, que se sobrepõem a elas e suas famílias, e brigam pelo direito de serem mães

[...] entre o sentimento e a lei; entre o corpo-relação reconhecido (o direito) e o corpo-relação (Mãe, com maiúscula) que não cabe nas palavras, que se expressa como unidade moral e afetiva que só pode ser entendido por seus iguais ou por ninguém, como às vezes nos é colocado de diversos modos. Tentar entender algo desses jogos de composição e contraposição implica, necessariamente, pensá-los como inscritos em dinâmicas de gênero que modelam os corpos, as cartografias poéticas e pragmáticas presentes nas cenas coletivas e públicas, o tecido das obrigações morais para com mortos e vivos e, por fim, o próprio sentido dessas “lutas” estabelecidas a partir e contra a perda. (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 85-86).

Aguiar (2021) reflete que as mães, a partir de seus engajamentos coletivos, passam a reconhecer que a violação de seus direitos é anterior ao assassinato de seus filhos, e, ao responsabilizarem o Estado, “muitos familiares passam a reconhecer outras experiências de suas vidas como violentas/violências. As lutas empreendidas são, portanto, vitais para conhecerem seus direitos e buscarem interromper os ciclos da violência” (AGUIAR, 2021, p. 69).

Não podemos incorrer no erro de essencializar essas mulheres, suas maternidades e os territórios que habitam, nem tão pouco suas lutas. Gonzalez (2020) coloca toda atenção na desconstrução de qualquer perspectiva que leve a uma interpretação essencializada e naturalizada das experiências das mulheres negras e ameríndias.

Para Foucault (1984), a resistência é uma atividade da força que se subtrai das estratégias efetuadas pelas relações de forças do campo do poder. Forças do devir e que apontam para mudanças e outras possibilidades de vida.

¹⁵⁰ O conceito sobre a intersecção de opressão de raça, classe e gênero foi desenvolvida por ativistas negras no EUA, como Kimberlé Crenshaw (1991). No Brasil, essa interligação de regimes de opressão foi discutida pelos movimentos feministas negros, com suas diversas bases conceituais e tendo como expressões intelectuais Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2003), Beatriz do Nascimento, dentre outras. A “interseccionalidade” é um conceito em discussão, as feministas francesas como Danièle Kergoat (2010) vai trazer a noção de consubstancialidade, para discutir regimes de poder e opressão. Ochy Curiel Pichardo (2021) tece considerações e críticas sobre os dois conceitos.

Penso que o rompimento com o silenciamento é uma atividade da força, que não acontece de maneira linear e ascendente, mas vitaliza essas mães e familiares, pois, ao se coletivizarem, conseguem erguer suas vozes com a convicção de que estão em uma disputa nada fácil, com suas versões de quem são seus filhos e sobrinhos e em defesa de suas maternidades e de suas famílias e do direito de serem mães, reputando seus corpos e suas vidas, suas famílias em contraposição à versão dominante formulada pelo Estado e suas instituições de que são incapazes, indignas, desestruturadas. Ao fazer isso, assumem como suas as vozes de seus filhos mortos, para que não sejam esquecidos, e através das palavras e sentidos — nos movimentos sociais, na escrita, nas performances —, o acontecimento-assassinato não se perca no arquivo morto e nem seja varrido para debaixo do tapete.

3 VIOLÊNCIA DE ESTADO E SAÚDE MENTAL: LUSCO-FUSCO E ABERTURAS

Movimento III: Por um memorial vibrátil

A instalação desse memorial vibrátil aconteceu de modo virtual, devido ao distanciamento social, em uma manhã de domingo ensolarada em novembro de 2021 e ocupou 07 salas e interagiu com mais 09. Convidamos vocês agora a apurar outros sentidos para essa experiência tátil e degustativa que é uma pequena homenagem aos jovens Pedro, Vini, Denis, Kal, Leo, Jorge e Gael que foram assassinados por agentes do Estado, a polícia. Esse memorial tem como curadoras suas mães e tia.

“Temos tantas saudades deles... Mexer nas fotos ver os sorrisos lindos deles e nos objetos que deixaram e pensar que eles não estão mais nesse plano, dói muito. O meu filho gostava de soltar pipa, sou uma águia, dizia ele.”

Eram tão jovens esses meninos e suas mortes se somam a outras mortes de outros jovens, a maioria negros, moradores da periferia de São Paulo, lá do outro lado da ponte. Eram tão jovens e tão cheio de sonhos. Tinham nome, sobrenome, família, irmãos, namoradas, amigos, filhos. Tinham endereço, mas mesmo que não tivessem não poderiam ser assassinados. Tinham documentos: certidão de nascimento, RG, matrícula na escola, mas mesmo que não os tivessem não poderiam ser executados. Alguns tinham carteira de habilitação e gostavam de carros e motos. Gael pensava em ser Uber para pagar a tão sonhada faculdade de engenharia.

Eram tão jovens, imaginem jovens de 14, 16, 17, 20 anos, 21 anos cheios de vontade de viver. Faziam amigos e eram queridos. Todos sorriam, sorrisos meigos, sorrisos largos, sorrisos que levavam os outros ao riso. Um deles sonhava em ser comediante.

Imaginem essa avó que mesmo tímida e essas duas irmãs muito emocionadas que ao se juntarem as mães e tia escritoras do livro *Mães em luta* formaram três gerações de mulheres avós, filhas, netas. Fios de histórias singulares e coletiva, para falar de seus lutos.

Vini e Kal deixaram filhos.

Eram tão jovens e foram assassinados, tiros perfuraram seus corpos jovens: no coração, na nuca, no rosto, outras partes dos seus corpos. Foram condenados à morte sumária, sem nenhuma chance de defesa. Um grande silêncio se fez.

Pedro, Vini, Denis, Kal, Leo, Jorge e Gael se fazem presentes nos objetos que faziam sentido para cada um e que foram deixados por eles, jovens de 18, 20, 17, 21,14,16 e 20 anos. Esses objetos-sentidos estão expostas nessas sete salas, cheguem perto deles e os sintam por perto.

"A gente tem um monte de memória guardada de nossos filhos: eu estampeei uma caneca com o rosto do meu filho, para estar um pouquinho com ele quando tomo café. Eu deixei a mochila pendurada do meu filho no mesmo lugar e eu abri uma mala, na virada do ano, com pertences do meu filho e achei desenhos que nem lembrava".

Sabe aquele copão de pipoca que vende no cinema com a propaganda do filme? Eles gostavam de ir ao cinema e curtiram assistir ao filme "jogos vorazes". O copão de pipoca, agora vazio, continua guardado pela mãe de Gael. Pegue agora esse copo, feche os olhos e imagine esses jovens comendo pipoca no cinema, com os olhos vidrados na tela.

Preste atenção no detalhe desse vaso com o símbolo do Corinthians com uma orquídea que Vini deu de presente para a mamãe querida. Ele gostava de futebol, assim como Kal. Aliás a maioria deles torciam para esse mesmo time: o Corinthians! Preste atenção nessa foto do Itaquerao, uma relíquia que estava guardada nas coisas que foram deixadas..

Esse chaveiro foi do Denis e tem formato da bebida que ele apreciava tomar reunido em uma roda de amigos. O vídeo game era do Jorge, ah, como ele gostava de jogar, às vezes a mãe chamava atenção dele a noite para ele ir dormir. Essa almofada o Kal a ajeitava para relaxar, pode se recostar nela se quiser, aproveite e ouça o som da timba que ele tocava.

Esse chapéu todo estiloso foi do Pedro, ele não saía sem ele e hoje está num quadro que sua mãe fez, imagine esse jovem de chapéu se arrumando para se divertir ou para ir ao trabalho.

Esse boné em ponto cruz foi o Denis quem criou e preste atenção no capricho dos pontos, para aprimorar o trabalho fez um curso de bordado e vendia por encomenda.

Que saudades deles chamando por nós mães ou pela tia. Ouçam as vozes desses meninos: "Ei mãe, abre o portão!". Todos sonhavam em dar uma vida melhor para a mãe, pois achavam que elas trabalhavam muito, para isso Leo queria ser médico.

Mire essa mochila pendurada, os cadernos da escola, os desenhos. "Sobre a memória as vezes é melhor esquecer, ou fingir que esqueceu ou lembrar mesmo que havia esquecido". Vini e Denis gostavam de desenhar.

Fotografias

As fotos! Gael usava óculos e que elegância ele de terno, Denis estava com roupa de formatura de beca e tudo, Kal, Leo e Jorge com seus de óculos de sol, percebeu com muitos fazem sinal de positivo nas fotos, aqui está Vini nadando ele gostava de ir à praia, assim como Kal. Olha o Pedro com seu chapéu. Chegue mais perto, tem essas fotos cada um dos meninos com suas mães ou tia. Muitas fotos, daria para cobrir uma parede. Olhem bem nos olhos de cada um deles, percebam seus sorrisos estampado em seus rostos

Memorial itinerante: as camisetas

Essa camiseta, a azul estampada com o rosto do Denis, um amigo dele que fez a arte e muitos de seus os amigos usam.

Essas outras camisetas com fotografias estampadas dos jovens que foram assassinados são usadas por mães, irmão e amigos publicamente, um memorial itinerante colado ao corpo que pulsa.

Essa outra camiseta com o slogan do movimento Mães em Luto da Zona Leste: "nenhuma bala vai nos calar" é usada pelas mães quando vão falar em algum lugar público ou manifestações, uma forma visual que simboliza a luta que travam contra o silenciamento.

Vejam essas fotos com esses balões subindo, foi uma manifestação "de revolta da população quando aconteceu o

assassinato do meu filho". Tem essa outra de uma mãe segurando um faixa pedindo justiça. Essa outra mãe ao microfone. "A gente faz passeata, ato, aprende a usar o microfone, falar as autoridades, ocupa a rua e as instituições, isso é importante, mas o que a gente queria mesmo era parar de contar os corpos dos jovens e que eles não virassem mais estatística".

Os cheiros das comidas, seguimos pela cozinha

"O dia de domingo não foi mais o mesmo para gente, acabou os almoços de domingo com todo mundo junto. Restou a cadeira vazia, às vezes eu sento nela para não a ver vazia. O cheiro da comida que lembra do que ele gostava de comer e a gente fazia com prazer, fazer a comida que o filho gosta é de um orgulho, uma felicidade. A poesia de Carolina Maria de Jesus em que falava de uma mãe fazendo comida para o filho mexeu muito comigo".

As palavras da escritora cheiravam comida fresca e despertaram nossas memórias guardadas das comidas que os nossos filhos mais gostavam de comer: sintam o cheiro da comida e deguste um pouco essas iguarias: petisco de filé de frango, lasanha, o melhor pudim de leite do mundo. A comida traz memória, feche os olhos sintam o cheiro e a água na boca de alguma lembrança sua.

Em cada uma das sete salas tem uma cadeira vazia. São sete cadeiras vazias.

Que faltam vocês nos fazem! Quantas saudades!

Fico desejando que Vini venha povoar meus sonhos numa noite dessas em que consiga dormir.

A gente tem uma memória daquilo que vivemos com nossos filhos que partiram, depois criamos uma memória imaginativa de como estariam hoje, se com barba ou mais musculosos, dirigindo o carro, o que estariam fazendo... agora é só Devaneio. Tem menino que foi morto com 14, 16 anos, 20 anos. Eram tão jovens e gostavam de viver. Vida Loka, vida sossegada, eram diferentes, mas tinham alguns gostos parecidos. Vida breve a deles. Foram retirados da vida, foram retirados da gente.

Transformamos as nossas memórias em textos, nossa verdade como memória em movimento. Nossos filhos e sobrinhos não podem ser esquecidos, somos guardiães dessa memória e queremos torna-la pública.

Depois do assassinato dos nossos filhos outros documentos tiveram que ser guardados: boletim de ocorrência, atestado de óbito, liberação do corpo do IML, processo jurídico, arquivamentos dos processos jurídicos, como isso parece que querem desaparecer com a memória deles. Caso encerrado! Mas dizem que os arquivos falam aquilo que perguntamos a eles.

O que vivemos com nossos filhos e sobrinho isso ninguém nos tira. A sociedade e outras mães precisam ser tocadas pelo que aconteceu com eles, com outros jovens da periferia, quase todos negros, são todos filhos.

A sociedade tem que conhecer a nossa luta por memória e justiça e não se calar.

Eles eram tão jovens e o estado tiraram o direito deles de viverem. Então, Só nos resta lutar.

Pedro, Vini, Denis, Kal, Leo, Jorge e Gael Presentes! Sempre!

3.1 POR UM CAMPO DE MEMÓRIA VIBRÁTIL: UMA PRODUÇÃO DE SAÚDE

Certo dia, no verão de 1990, uma conversa entre duas mulheres, em um ônibus que me levava ao trabalho na Zona Sul de São Paulo, chamou minha atenção quando uma delas falou: *“querem sempre colocar mais um na fila dos esquecidos”*. Em seguida, baixaram o volume da voz e eu não consegui saber quem era a pessoa *“mais um na fila dos esquecidos”*. Algo precisava se manter calado.

Estávamos então às voltas, no trabalho, na região do Campo Limpo, com a campanha *“Não matem nossas crianças”*, em razão do grande número de assassinatos ocorridos contra crianças e adolescentes em São Paulo, sobretudo na Zona Sul. Esta matança foi considerada um problema de saúde que deveria envolver outros atores sociais para o seu enfrentamento. Ao ouvir a conversa daquelas duas mulheres, pensei: seria mais uma criança ou adolescente assassinado? Cairia mais um na fila do esquecimento? Saí angustiada do ônibus.

Naquela época, no campo da saúde mental, não nomeávamos como reparação psíquica o trabalho que nos desafiava em face das violências vivenciadas por familiares, mães, pessoas vulnerabilizadas pelo Estado e que habitavam aquele território, e que, todavia, insistiam em existir e se organizar para percorrer aquele cotidiano massacrante e de muitas violações. Como trabalhadores de saúde, num primeiro momento, cabia-nos ouvir suas vozes, que vinham acompanhadas das vozes de seus mortos, e criar espaços de participação e diálogo.

A região se organizou e lutou por políticas públicas, e com muito trabalho de associações como a do Santos Mártires e do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CDHEPCL)¹⁵¹, muita coisa mudou em relação ao tempo em que trabalhei naquele território, e desde 1995 realizam a Caminhada pela Paz e pela Vida¹⁵², para lembrar e denunciar casos de jovens que morreram vítimas de violência, porém continuam a manifestar que a juventude negra e moradora da periferia segue sendo alvo dessa violência¹⁵³.

Desde 1985, sabíamos, por meio de amigos que foram presos políticos, da formação dos grupos Tortura Nunca Mais, que teve início no Rio de Janeiro e depois em São Paulo e outros estados do Brasil, com a participação de ex-presos políticos, familiares e voluntários, com vistas a fazer um contraponto ao Estado brasileiro em relação ao tratamento dado à questão da tortura, morte e desaparecimento de opositores políticos da ditadura civil-militar; contestar as limitações da Lei de Anistia de 1979; e reiterar a busca por verdade, justiça e memória¹⁵⁴ em diálogo com outros grupos da América Latina.

Safatle (2010), ao tratar do caráter deformador e bloqueador de nossa democracia, reflete que há uma sistemática política de Estado de produção de mecanismos de apagamento e de esquecimento do nosso passado, no entanto ressalta:

Se há algo que a história nos ensina é: os mortos nunca se calam. Aqueles cujos nomes o poder procurou anular sempre voltam com a força irredutível dos espectros. Pois, como dizia Lacan, aquilo que é expulso do universo simbólico, retorna no real. Por mais que todos procurem se livrar dos mortos, matando-os uma segunda vez, matando-os com essa morte simbólica que consiste em dizer que a morte deles foi em vão, que seu destino é a vala comum da história, que

¹⁵¹ Temos contato com profissionais do CDHEPCL que realizam um trabalho ético-político no atendimento psicossocial e orientação jurídico às vítimas de violência do Estado, dentre outras ações. Um processo de trabalho exigente e delicado.

¹⁵² Esta caminhada também ocorre em outras regiões de São Paulo.

¹⁵³ Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/tag/caminhada-pela-vida-e-pela-paz/>

¹⁵⁴ A esse respeito, ver o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tortura-nunca-mais>

seus nomes nada valem, que não merecem ser objetos de memória coletiva, os corpos retornam [...]. (SAFATLE, 2010, p. 252).

Se os mortos nunca se calam, em nosso país há muitas vozes que remontam ao nosso passado e as produções de morte em nossa atualidade, em corpos racializados, reencarnam-se no “campo da memória” em constante disputa. “*Nós somos as vozes dos nossos filhos*”, “*eu sou vou parar de gritar quando eu morrer*”, entoam as muitas mães dos vários movimentos contra a violência de Estado. Essas mães pegam para si a tarefa de não deixar seus filhos na “fila dos esquecidos” e ecoam suas diversas vozes – singulares e coletivas, para sustentar viva a memória de seus filhos, com nome e sobrenome, e assim se insurgem contra o poder do Estado que insiste em silenciar e desqualificar suas pronúncias. Neste sentido, podemos dialogar como Ricoeur (2007) sobre a memória como dever de fazer justiça às vítimas advindas de acontecimentos traumáticos¹⁵⁵. Em suas palavras “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si” (RICCEUR, 2007, p. 101), isto é, a partir do fazer justiça para o outro com reconhecimento público.

Veena Das (1999) nos fala que as experiências violentas só são organizadas na memória a partir da construção coletiva de narrativas e que compartilhar e disputar versões dos eventos violentos é o que possibilita uma organização da experiência violenta.

Elizabeth Jelin (2002, p. 06, tradução minha), por sua vez, destaca que o “espaço da memória é então um espaço de luta política”, em que a memória “contra o esquecimento” e “contra o silêncio” esconde o que é na realidade “uma oposição entre distintas memórias rivais (cada uma delas com seus próprios esquecimentos). E é na verdade: ‘memória contra a memória’”.

Neste espaço de luta política, Soraia Ansara (2012) formula o conceito de “memória política” como dissenso¹⁵⁶ que precisa ser explicitado, ou seja, está em movimento e é provocada pela “voz que vem de fora” e que foi silenciada. Nessa perspectiva, o conceito de memória política, para autora, não pode ser dissociado da atuação política de grupos “marginalizados” ou “subalternizados” que interrogam o presente.

¹⁵⁵ Ricoeur (2007), filósofo francês, tem como pano de fundo em sua obra *A memória, a história e o esquecimento*, o Holocausto (ou Shoah) e a necessidade de se repensar a história e a memória no mundo contemporâneo com uma preocupação investigativa em aprofundar a relação entre a memória e a historiografia e a necessidade de se criar uma política de justa memória como tema público.

¹⁵⁶ A autora resgata a ideia de dissenso na política de Jacques Rancière (1996a, 1996b).

Como aqueles que vivem em territórios vulnerabilizados das cidades com seus “arquivos impróprios e memórias em perigo” (NUNES DA SILVA, 2018), como os coletivos de “mães em luto em luta” pelo Brasil afora, que inventam outras formas de produzir narrativas de modo vibrátil, interpelando o espaço público.

Nos estudos sobre a “memória”, também muito já se refletiu sobre a necessidade de se opor ao “esquecimento”¹⁵⁷ como uma política intencional do próprio Estado. Como apontam Braga e Silva (2019, p. 104), “muitos Estados e governos fazem do esquecimento uma política de controle e dominação social”. Com isso, a “memória” reivindicada fica articulada à exigência de se de prestar contas com o passado, para assim responsabilizar o Estado e seus agentes pelas atrocidades cometidas e obter a devida reparação material e simbólica para os afetados.

Mirian Duarte (2021)¹⁵⁸, em fala pública, colocou que: “a reparação nesse país teria que voltar aos antepassados escravizados. Precisaria fazer uma reparação de limpar o nome da pessoa, pois o estado e a mídia usam do poder para expor as pessoas pobres, negros, periféricos. E pergunta: o que faz para mudar isso? “Esse é um dilema adoecedor”, conclui. Birman e Leite (2004. P 10) ressaltam que a falta de reparação e justiça produz esse sentimento do intolerável.

No campo da psicanálise e da psicologia social, os estudos que me guiaram para compreender a dimensão sociopolítica do sofrimento, desse “dilema adoecedor” e do sentimento do intolerável das mães e familiares com os quais tive contato, foram os de uma psicanálise comprometida com uma clínica ético-política¹⁵⁹ e que nos faz pensar sobre a necessidade de inventar dispositivos de escutas individual e coletiva para aqueles que vivem as perdas de seus queridos pela violência de Estado, de modo que possam partilhar seus sofrimentos, que se expressam em suas alternâncias com “os tempos de silêncio e os tempos de voz”. Tempo de calar e de se recolher para evitar mal entendidos e constrangimentos moral e tempo que se impõe de denunciar a injustiça, disputar versão de um acontecimento e seu significado político, o qual exige fala. (ARAÚJO, 2012, p. 46).

¹⁵⁷ Importante ressaltar que não tratamos aqui do “esquecimento” no seu sentido psicanalítico e benéfico, de seguir a vida, mas como uma imposição do Estado com o intuito de apagar determinadas experiências de vida e sofrimentos da cena pública.

¹⁵⁸ Mirian Duarte, uma das fundadoras da Amparar, fez essa fala pública em 02/08/2021 no Ciclo de Debates – Direitos Humanos, Políticas Públicas: Mães em Luto da Zona Leste. Módulo 4: Políticas de Reparação e Políticas Públicas. Modalidade on-line.

¹⁵⁹ Refiro-me aqui dentre outros atores a Aguiar (2021); Alencar (2011); Kolker (2009,2018); Brasil (2009); Coimbra (1999,2002); Farias e David (2020); Endo (2005,2013,2019); Koltai (2016), Rauter (2010); Passos e Rauter (2002), Araújo (2019); Rosa (2016); Birman (2012); Coimbra (1999, 2002).

Os Projetos “Clínicas do Testemunho”¹⁶⁰, como parte do programa de reparações da comissão de Anistia aos afetados pela ditadura civil militar em nosso país, implementaram dispositivos de cuidado – clínicos e conversas públicas –, com vistas à reparação psíquica, também se situam no campo da psicanálise e discutem sobre o traumático que se sobrepõe em suas dimensões singular e social de maneira intergeracional.

Queremos escrever esse livro para que as próximas gerações saibam o que aconteceu e o sobre a nossa luta, dizem as escritoras do livro *Mães em luta*, o que alude à importância da transmissão do acontecimento da perda decorrente da violência do Estado, o que pode propiciar novas interrogações que impulsionem novos devires.

O que esses estudos e o livro das mães sinalizam é que, se não reconhecermos a radicalidade das violências e as injustiças nas sociedades, se não tirarmos de baixo do tapete os genocídios, os crimes e as torturas praticados pelo Estado, se não ritualizarmos publicamente nossos mortos, para que sejam chorados e passíveis de serem enlutados (BUTLER, 2015), se o Estado não for responsabilizado pelo que praticou, não reparar material e simbolicamente as vítimas e suas famílias, veremos acontecer a repetição do aniquilamento real e simbólico, os assassinatos dos jovens pretos e periféricos, dentre outras histórias de horror.

Em nosso país, tanto quanto na América Latina, partimos de um acontecimento “traumático original”, o racismo, que ainda demanda uma “memória como justiça” e reparação aos afetados.

Todavia, ao longo de nossa história – passada e presente – os afetados constroem um resistente e insurgente “trabalho de memória”: são narrativas escritas, orais, acadêmicas, jurídicas, literárias, artísticas, fílmicas, dentre outras expressões produzidas contra as políticas de silenciamento. São resistências contra as tentativas de desmemória ou de seus roubos, sua desqualificação ou mitificação da memória social e política. São insurgências contra a seletividade da memória que atravessa a nossa violenta história

¹⁶⁰ O Projeto “Clínica do testemunho” foi uma das etapas do programa de reparações da Comissão de Anistia que se deu por meio de Chamada Pública e selecionou projetos da sociedade civil para fomentar a implantação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado a que se refere à Lei n.10.559/2002 e teve por objetivo a implementação de núcleos de apoio e atenção psicológica às vítimas e testemunhas intergeracional; capacitação profissional e geração de insumos de referência. As publicações do projeto “*clínica do testemunho*” estão disponíveis na Internet e foram implantadas em São Paulo pelo Instituto Sedes Sapientiae (2015 e 2018), Projetos Terapêuticas SP (2015) e Margens Clínicas (2017), Rio de Janeiro – Instituto projetos terapêuticos RJ/Comissão de Anistia, (2015) e Porto alegre APOA - RS e SC (2018).

desde a colonização, passando pelas ditaduras, até nossos dias. São feridas profundas marcadas em corpos racializados, que insistem em contar suas histórias e seguir adiante.

Kolker (2018) destaca que não houve nenhum investimento efetivo por parte do Estado brasileiro na criação e/ou sustentação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural e à desigualdade advinda dos séculos de escravização. Ressalta também que a Comissão Nacional de Verdade (CNV) e as políticas reparatórias no contexto da Justiça de transição não aproveitaram a oportunidade histórica para conhecer e enfrentar o legado que as práticas repressivas da ditadura agregaram ao sistema de justiça criminal e ao trato com as parcelas historicamente mais vulneráveis à sua atuação, sobretudo as pobres e negras.

Mesmo assim, em contraposição ao silenciamento, às práticas repressivas e aos “implementos de controle” do Estado – cada vez mais sutis –, há corpos vivos em movimento, histórias orais, arquivos desarquivados, documentos, artes, comidas, outros fazeres, mídias alternativas. São saberes e invenções históricas e cotidianas em constante restituição que disputam o campo da memória, desestabilizam processos hegemônicos e assim produzem subjetividades e conhecimentos em oposição a história oficializada. Com isso, há uma recusa em ficar na “zona dos sem memória”¹⁶¹, do pueril, do exótico. São vozes enunciativas de uma outra verdade e percursos narrativos em múltiplas linguagens, em tensão entre o silenciamento e o des-silenciamento, o consenso e o dissenso.

3.1.1 Pistas conceituais para uma memória vibrátil

Nesse item trabalharemos a partir das contribuições de Nascimento (1989 com o filme *Ori*, 1985), Gonzalez (2020), Reis (2018), Evaristo (2017), Pessalva et al (2019), Grada Kilomba (2016), Rolnik (2003, 2016), Paulino (2018, 2019) que habitam e desestabilizam o “campo da memória” e me impulsionam adensar a ideia de uma memória vibrátil que procuro sustentar nessa dissertação.

Lelia Gonzalez (2020) a meu ver faz um - trabalho de memória -¹⁶² em suas reflexões sobre a formação social-cultural, política e inconsciente de nossa sociedade e da América Latina, como nomeia, ao criar a categoria amefricanidade e ao sustentar os

¹⁶¹ Valho-me do conceito de Fanon sobre a zona do não ser para pensar a “zona da não memória” (*Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba, 2008). E sobre a noção do “não memória” tomo emprestado de Pessanha et al.

¹⁶² Noção presente nos trabalhos de Eclea Bosi (2003), Elizabeth Jelin (2002).

termos amefricanas e amefricanos para designar “toda uma descendência: não só de africanos trazidos pelo tráfico negreiro, mas também daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo”. Em sua perspectiva, a América é “um sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de todos nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” e que “identifica na diáspora uma experiência histórica comum” (GONZALEZ, 2020, p. 135).

Com isso, Gonzalez propõe uma política de memória, reconhecendo que na perspectiva histórica cultural a experiência amefricana se diferenciou dos africanos que permaneceram no continente. Contudo a herança africana

[...] foi uma fonte revificadora de nossas forças [...] por tudo isso, enquanto amefricanos temos contribuições específicas para o mundo pan-africano e ao assumir nossa amefricanidade, podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África e ao mesmo tempo, voltar o nosso olhar para a realidade em que vivem todos os amefricanos do continente. (GONZALEZ, 2020, p. 136).

Outra construção em sua obra que dialoga com a memória é sua análise sobre o racismo à brasileira, ao tomar o conceito psicanalítico de “denegação”, um aspecto da memória que se mantém, porém há um impedimento em acessá-la. Trata-se de uma dinâmica inconsciente que impede reconhecer a história negra na inscrição de nossa sociedade. A denegação, argumenta a autora, é mais frequente na “américa ladina”.

Ao discutir sobre o lugar da mulher negra na formação cultural do Brasil e os diferentes modos de rejeição e integração de seu papel, Gonzalez trabalha com as noções de consciência e memória para, em suas palavras, “sacar” a “dialética entre as duas”:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. [...] E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala. (GONZALEZ, 2020, p. 78-79).

Outra discussão relevante na obra de Gonzalez diz respeito ao legado linguístico de culturas escravizadas. A autora revela a marca de africanização do português falado no Brasil para evidenciar a presença negra na nossa formação histórica e cultural:

[...] aquilo que chamo de 'pretoguês' e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos 'crioulos' do Caribe). (GONZALEZ, 2020, p. 128).

A meu ver, Gonzalez revela as memórias das línguas africanas que se materializam em uma outra língua no “novo mundo”, dando-lhe um lugar significativo de reconhecimento da contribuição negra em nossa formação histórico e cultural. No entanto, de acordo com a autora, um “véu ideológico do branqueamento encobriu essas marcas” (GONZALEZ, 2020, p.128).

Para Maria Onice Payerde (2009, p. 37), “[...] de modo representado e/ou de modo constitutivo, a memória da(s) língua(s) se insere nos processos de identificação, como um fio que tece o simbólico dos sujeitos em sociedade”.

Outra autora fundamental que discute “memória” é a historiadora Beatriz do Nascimento (1985, 1989). Em seus estudos, ela toma diretamente a categoria para pensar história do Brasil na perspectiva dos negros e da subjetividade negra, ao recuperar a agência negra em contraposição aos silenciamentos e apagamentos afirmados pela colonialidade, como se as pessoas negras fossem inertes à escravidão. Também formula novas formas de pensar os quilombos, não só como a eterna tensão e fuga, mas uma forma de sociabilidade e de construção econômica, uma maneira comunitária de viver e lidar com os conflitos, um território simbólico para além do geográfico, uma forma de ser que atravessa o Atlântico. “Um território que só pode ser encontrado se o corpo se conectar com à alma, com o intelecto, enfim a própria ideia de “Ôrí” (REIS, 2020, p. 19). O conceito de Ôrí como possibilitador de uma memória coletiva ancorada no corpo negro e o quilombo como território corporal” (REIS, 2020, p. 9).

Pessanha et al. (2019) nos trazem a linda e forte ideia-conceito, ainda em construção, de memÓRÍa. Os autores nos ensinam que “Ori é uma das ideias mais importante para os africanos de origem Iorubá” (PESSANHA et al., 2019 p. 114) que quer dizer cabeça, não só a concreta, mas a cabeça espiritual: “é os olhos que nos

permitem ver, o cérebro que nos permite lembrar e guardar na memória aquilo que vivemos e a boca que nos permite falar, dizer o que nos acontece” (PESSANHA et al., 2019 p. 114); instância do pensamento e das palavras, a experiência de estar no mundo, e se dá na comunidade, tem o sentido de orientar para caminhar. A partir disso propõem o conceito de MemÓRÍa, que tem como ponto de partida a travessia como força-potência em que não se separa começo de fim, vida de morte, lembrar de esquecer.

MemÓRÍa ligado a este que é o mais profundo elo com as ancestralidades africanas, o Orí. Ancestralidade como um valor de mundo, memória negra que possibilitou um contínuo civilizatório africano chegar aos dias de hoje. MemÓRÍa seria aquilo que nos orienta, que recebe o antigo e oferece o novo, dentro de uma dinâmica de ruptura e criação. MemÓRÍa estaria assim relacionada com a reconstrução de uma vida outra, de uma vida nova. (PESSANHA et al., 2019, p. 114).

Em uma dinâmica de ruptura e criação de uma vida nova, vamos ao encontro de Grada Kilomba¹⁶³, a partir de uma conversa¹⁶⁴ que Sueli Rolnik realizou em 2016 com a artista. Podemos ouvir a manifestação dessa mulher enunciativa de uma voz que quer contar sua estória.

Grada comenta os dois projetos que preparava para expor na Bienal¹⁶⁵. Vou me ater ao intitulado *projeto desejo*, uma instalação com três vídeos sem imagens, mas com texto, palavras, ritmos e vozes – o texto como a própria imagem, a ideia da trajetória dos três momentos dos vídeos foi a de explorar a ideia de alguém que quer chegar à voz. Nas palavras da artista “são narrativas silenciadas a chegarem à voz, a se fazerem escutar, a contarem a sua estória”. Ela nos fala sobre as narrativas que foram silenciadas e como “conseguimos chegar à voz, e dar voz à nossa história, ou recolher a nossa história, que está fragmentada”. O *projeto desejo* diz respeito a como ela queria contar a sua estória - uma trajetória espiritual e refletiva e como, ao trabalhar com “os ritmos, as vozes, a música e o texto”, esse efeito leva o corpo e o emocional a vibrarem.

¹⁶³ Grada Kilomba é psicanalista, escritora, artista e teórica que tem como proposta a descolonização do conhecimento e tece relações entre raça, classe e gênero. Tem publicado no Brasil o livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019).

¹⁶⁴ *A descolonização do pensamento na obra de Grada Kilomba*. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/entrevista/a-descolonizacao-do-pensamento-na-obra-de-grada-kilomba-2/>

¹⁶⁵ Grada Kilomba participou, em 2016, da 32ª Bienal de Arte de São Paulo, intitulada *Incerteza Viva*, com dois projetos: o *projeto desejo*, uma videoinstalação, e *Ilusões*, performance a partir da tradição africana de contar histórias. Disponível em: <http://www.32bienal.org.br/pt/participants/o/2555>

O dispositivo grupal ético político de escrita com as mães e tia do movimento Mães em Luto da Zona Leste também foi construído a partir de um desejo: escrever um livro, que se transformou em projeto desejo como mais uma possibilidade de fazer chegar suas vozes e não sucumbir ao silenciamento¹⁶⁶, de fazer suas vozes serem escutadas e lidas – voz, escuta e escrita que levaram o corpo vibrar na cadência das palavras, assim como na exposição das peças – dos objetos sentidos deixados pelos filhos e sobrinho e ainda nas imagens das fotografias e nos cheiros da comida que faziam para eles, compondo assim o “memorial vibrátil” e que produziu efeitos em nossos corpos.

Na conversa com Grada Kilomba, a partir de seu projeto artístico, Suely Rolnik (2016, s/p) vai refletir sobre as forças do mundo que habitam os corpos: “um estado que está em nosso corpo, que é real, mas indizível e invisível; um estado que resulta dos efeitos das forças do mundo, de toda memória do mundo em nosso corpo¹⁶⁷”.

Tais experiências, para Rolnik (2003), produzem um efeito de atravessamento, ou dobra, entre forças subjetivas advindas simultaneamente do mundo exterior e interior, ou o assim chamado “corpo vibrátil”. Para a autora:

Conhecer o mundo como forma convoca a percepção, operada pela sensibilidade em seu exercício empírico; já conhecer o mundo como força convoca a sensação, operada pela sensibilidade em seu exercício intensivo e engendrada no encontro entre o corpo, como campo de forças, decorrentes das ondas nervosas que o percorrem, e as forças do mundo que o afetam. Vou designar este exercício intensivo do sensível por “corpo vibrátil”, para distingui-lo do exercício empírico do sensível, pois é com ele que corremos mais facilmente o risco de confundir-lo. “Percepção” e “sensação” referem-se a potências distintas do corpo sensível: se a percepção do outro traz sua existência formal à subjetividade, existência que se traduz em representações visuais, auditivas, etc., já a sensação traz para a subjetividade a presença viva do outro, presença passível de expressão, mas não de representação (p. 02).

Nessa esfera da experiência subjetiva, a do corpo vibrátil, somos constituídos pelas forças do mundo. Esse saber-do-corpo, de toda memória do mundo em nosso corpo, perpassa os acontecimentos contemporâneos e o passado histórico, como a escravidão (Rolnik, 2018)¹⁶⁸: “quanto mais você se aproxima da memória do passado no corpo, mais

¹⁶⁶ Tomo emprestado da fala de Suely Rolnik nesse texto.

¹⁶⁷ Para formular essa ideia, a autora toma as proposições de “memória do corpo” revelada nas práticas artísticas da artista Lygia Clark (2014,2005). Sobre isso: <http://rogelocasado.blogspot.com/2014/09/por-um-estado-de-arte-atualidade-de.html>

¹⁶⁸ Rolnik (2003) agrega ainda que as transformações radicais do “capitalismo mundial integrado” – em suas dimensões econômicas e macropolíticas — implicam, necessariamente, uma política de subjetivação em que dois aspectos se destacam e se entrecrocaram: por um lado, o conhecimento do mundo como campo

se livra dos efeitos tóxicos dos seus traumas, mais força você adquire para enfrentar a violência, revelá-la no presente, e mais potentes e precisas se tornam nossas ações para transformar esse estado de coisas”. (ROLNIK, 2016). Assim o acesso ao corpo vibrátil é indispensável para que se invente formas para que a vida possa continuar fluindo, afirmando a potência de resistência (ROLNIK, 2003).

Vai ser a nossa versão e não a do Estado. Vai ser a nossa voz com nome e sobrenome. Esse refrão, que se repetia em quase todo encontro, marcava um ritmo narrativo, a busca de escuta e uma potência de resistência pois, como reflete Grada Kilomba (apud ROLNIK, 2016, s/p),

[...] as narrativas são silenciadas porque outras vozes falam mais alto; não é que nós não estamos a falar, mas sim que nossa voz não é escutada. Então não é que a gente não tenha estado a produzir conhecimento e narração. A gente sempre fala, a gente sempre entrega conhecimento, mas não escutam nossa narração, não escutam nossa história.

A artista nos fala de uma dialética do falar e silenciar, “eu só posso falar se a minha voz de fato for escutada, e os que são escutados são aqueles que pertencem. Os que não pertencem são aqueles que ninguém escuta” (KILOMBA apud ROLNIK, 2016, s/p).

Assim como a videoinstalação de Kilomba, outra experiência que passou pelo corpo e seus sentidos foi a instalação *Parede da Memória*¹⁶⁹, da artista brasileira Rosana Paulino¹⁷⁰, composto por mais de mil patuás que traziam estampados fotografias antigas de seus familiares; patuás que ela multiplicou para revelar a invisibilidade de negros e negras, que não são percebidos em suas singularidades e sim como um grupo anônimo, ao mesmo tempo que, com o trabalho de recomposição das imagens, Paulino nos mostrava que naquela parede cheia de fotografias havia a busca por uma memória coletiva e histórias que insistiam em ser contadas.

Para Beatriz Nascimento (1989), o corpo seria o grande guardião da memória afro diaspórica, por isso um corpo-documento. Mariana Graciotti (2020), ao refletir sobre o

de força tende a ser desacreditado, o que tem como efeito uma tendência à sua desativação: o corpo vibrátil encontra-se em estado de coma; por outro, intensifica-se brutalmente o paradoxo entre os blocos virtuais de sensações e as formas de vida atuais, o que intensifica igualmente a vertigem e a mobilização das forças de criação e de resistência que ela provoca. Tal mutação traz consequências clínicas quanto à relação entre a força de criação e a força de resistência.

¹⁶⁹ A exposição ocorreu na Pinacoteca de São Paulo. Disponível em: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/a-costura-da-memoria/>

¹⁷⁰ Rosana Paulino é artista plástica com especialização em gravura pela London Print Studio, em Londres e doutora em Artes Plásticas pela ECA/USP. Disponível em: <https://rosanapaulino.com.br/> e <https://vitruvius.com.br/index.php/jornal/agenda/read/7668>

filme *Ôri*¹⁷¹, de autoria de Nascimento, chama atenção para a memória ancestral, que em seu pensamento se apresenta “como um arquivo tanto para o trauma quanto para a herança do gesto” (GRACIOTTI, 2020, online). Destaca que, para a autora, os “corpos-documentos recriam novas formas de linguagens, representações e desafiam tanto os lugares da memória oficial, escrita por seus algozes, como os regimes de (in)visibilidade a que foram submetidos e encerrados” (GRACIOTTI, 2020, online).

Ao seguirmos as trilhas da literatura de Conceição Evaristo (2017), deparamo-nos com o conceito de *escrevivência*¹⁷², que nasce da experiência das mulheres negras em firmar suas humanidades pela escrita. A vivência e seu partilhamento é a chave da tessitura do que chama de “escrita-vida” como um direito de tomar o lugar da vida. Ao “escrever”, essas mulheres traçam um “modo de ferir um silêncio imposto”, com isso ganham um poder de produzir também memórias. Essa *escrevivência* – “escrever a experiência” – como ferramenta de mulheres negras¹⁷³, tem como mote de criação a vivência pessoal e coletiva, e, como conceito, saltou os muros da academia, sendo atualizado em experiências coletivas as mais variadas.

Assim como as artes, a *escrevivência* é uma forma de intervenção no mundo: Grada, Rosana, Conceição e as escritoras do livro *Mães em Luta*, em suas diferentes expressões, “falam com todas as suas implicações”¹⁷⁴, cada qual ao seu modo acessam um corpo vibrátil e assim desestabilizam narrativas hierarquizadas e tensionam as relações de poder, promovendo leituras subjetivas e coletivas, tecendo memórias que encarnam o desejo de mudança.

¹⁷¹ Cf. *Ôri*. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. <https://tamandua.tv.br/filme/?name=ori#:~:text=Colorista%20%3A%20Gigio%20Pelosi-%C3%94r%C3%AD%20documenta%20os%20movimentos%20negros%20brasileiros%20entre%201977%2>

¹⁷² Conceição Evaristo (2017) elucida-nos que a genealogia da proposta de *escrevivência* tem fundamento histórico e está ligada à história de africanos escravizados no Brasil, das “mulheres negras que eram obrigadas a contar histórias para a casa-grande”. E reflete: “A nossa *Escrevivência* não pode ser lida como história de ninar da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

¹⁷³ Bruna Moraes Battistelli (2021), no posfácio do livro *Quatorze: escrevivências libertando histórias*, nos adverte que a *Escrevivência* é uma ferramenta de mulheres negras e nos conta que, em uma ocasião, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Conceição do Evaristo falou que “pessoas brancas também poderiam escrever inspiradas nas *escrevivências*, mas precisariam entender, analisar e estar cientes de seus lugares de fala e posições no mundo” (BATTISTELLI, 2021, p. 65-66). Concordo com Battistelli que é “um alerta para algo que pessoas brancas facilmente produzem: a apropriação e branqueamento de conceitos” (BATTISTELLI, 2021, p. 65-66).

¹⁷⁴ Tomo emprestada a expressão utilizada por Lélia Gonzalez.

3.1.2 Memória Vibrátil nas Oficinas de Escrita

Num dos encontros das Oficinas de escrita, que foi nomeado de Relicário, buscou-se construir um relicário coletivo do grupo, a partir de objetos-memória trazidos pelas participantes para ganharem escritura. Como estávamos no modo on-line, a construção do relicário foi realizado pela partilha virtual dos objetos, cada tela-janela-casa das mães e tia compuseram o relicário.

A gente tem um monte de memória guardada de nossos filhos, dizia uma das mães. Uma primeira movimentação corporal foi a de buscar algum objeto, dentro de suas casas, em que cada uma se sentisse capturada por ele. Ao retornarem para a plataforma e ao compartilharem os objetos, vimos que se tratava de peças pertencentes aos jovens em vida e então percebemos que os objetos já estavam capturados dentro de cada uma delas. Objetos como sentidos de memória dos filhos vivos. Objetos-sentidos. Filhos mortos-vivos, com seus corpos materialmente desfeitos pelo tempo de morte e ao mesmo tempo refeitos e revigorados quando, a partir daquela experiência intensa, os conhecíamos quando vivos.

Se o corpo vibrátil é um efeito de atravessamento, ou dobra, entre forças subjetivas advindas simultaneamente do mundo exterior e interior, ativado por experiências subjetivas pessoais, passei a me interrogar que espécie de memória foi atravessando nossos corpos naquele encontro grupal das “oficinas de escrita”, onde os objetos dos jovens mortos-assassinados nos foram apresentados por suas mães e tia.

Sobre a memória, às vezes é melhor esquecer, ou fingir que se esqueceu ou lembrar-se mesmo tendo esquecido, como dizia uma outra mãe. É um esforço para afastar – fingir que esqueceu, ao mesmo tempo lembrar o que havia esquecido, ao tomar contato com objetos guardados em uma mala durante alguns anos, aberta numa virada do ano, e encontrar maneiras de entrar em contato com o “guardado”, assim como comunicar ao grupo o que ali se abria.

Muito mais do que nos contarem sobre os objetos que eles gostavam, ou sobre suas relações com os filhos, os objetos mobilizaram o sentido tátil; ao falarem da comida de que eles gostavam, o olfato e o paladar também foram acionados, intensificando o sensível e performando um movimento de presentificação em um “exercício intensivo do sensível”(Suely Rolnik - 2003).

As mães e tia criaram um acesso dentro delas e dentro de nós todas a uma experiência de memória sobre seus filhos e sobrinho. Assim, performaram um movimento de revitalização dos filhos e sobrinho.

Os filhos ressurgiram tão perto de nós, repartindo conosco, pela fala das mães e tia, experiências, desejos e sonhos. Os meninos e seus objetos preferidos. Os objetos-filhos. Os filhos vivos. Desta forma, foi possível que a saudade, em parte, encontrasse um cais para atracar, como formula tão intensamente a música de Chico Buarque (Pedaço de Mim). (AGUIAR et al., 2021, p86).

Ao performarem a revitalização dos filhos, puderam produzir seus “corpos como acontecimento, como aquilo que sempre está por aparecer, por ser produzido” (BOSUALDO apud ROLNIK, 2014 s/p).

3.1.3 O corpo sobrevivente como memória da verdade

As escritoras do livro *Mães em luta* se nomeiam *somos sobreviventes* e se anunciam como portadores de seus próprios discursos: *será a nossa voz, a nossa versão, nossa assinatura com nome e sobrenome*. Sobreviventes, como uma experiência limite, que sustentam “no corpo e na voz o atestado de uma subsistência” (PENNA, 2012, p 70). Afinal, o “que porta o testemunho senão a memória da verdade experimentada em seu corpo?” (VITAL BRASIL, 2015, p 42), Com essa interrogação, Vital Brasil (2015), no trabalho em que discute o testemunho e reparação simbólica, mais especificamente o testemunho da “clínica do testemunho”, nos ajuda a pensar ao refletir que ao trazer no corpo e na voz o atestado de uma subsistência é também trazer o sofrimento gerado pela violência de estado, como já pontuamos anteriormente.

Seguimos com uma das mães e o inominável: *não tem palavra que dê nome para a mãe que perde um filho, como tem para filhos que perde mãe e pai que são os órfãos. Quem perde marido fica viúva. Não acho que somos mães órfãs. Tem jornalistas que nos chamam assim, eu respeito. Acho que o que mais se aproxima é a de mãe morta-viva, mas ainda falta palavra*, repete e reflete essa mãe em várias ocasiões.

A verdade experimentada no corpo das mães sobreviventes ao assassinato dos seus filhos, como dizem, é a das mortas-vivas – até que se consigam inventar outra palavra para nomeá-las –, portam, assim, um corpo sobrevivente como memória morta-viva. Contudo, é a partir da experiência desse paradoxo (morta-viva) que mobilizam

forças singulares enredadas às forças coletivas. Todavia o acesso ao corpo vibrátil é uma expectativa para inventarem formas que possibilitem à vida continuar fluindo e se afirme a potência de resistência que venha situar por quais configurações de mundo se deverá lutar (ROLNIK, 2003 p. 4).

Procuramos assim ressaltar as dimensões micropolíticas (ROLNIK, 2018) a serem consideradas nas políticas de reparação e que se fizeram presentes na experiência vivida com as oficinas de escrita: a conformação de uma experiência grupal-sensorial de certas relações com a construção de uma memória vibrátil e de saúde mental.

3.2 AS VIOLÊNCIAS COMO EMERGENTES NOS TERRITÓRIOS DE CUIDADO DE SAÚDE

A gestão da prefeita Luiza Erundina, que se deu de 1989 a 1992, colocou como desafio implantar e implementar o SUS na cidade São Paulo, a partir dos determinantes sociais de saúde/doença na lógica territorial. Dentre os problemas de saúde emergentes, as violências foram tomadas como prioridade a ser enfrentada nos diferentes territórios da cidade.

Podemos dizer que o tema das violências – contra a criança e adolescente¹⁷⁵ e contra a mulher – já vinham ganhando espaço na agenda política desde final da década de 1970, por força dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente e dos movimentos feministas, os quais reivindicavam do Estado políticas públicas também no campo da saúde.

O enfretamento das mortes e do extermínio promovido por agentes legais e extralegais contra crianças e adolescentes das periferias e que viviam em situação de rua estava na pauta política de seguimentos da sociedade em defesa dos direitos humanos. Com suas diferentes matizes teóricos defendiam, desde final da década de 1970, a criança e adolescentes como sujeitos de direitos¹⁷⁶, os quais foram assegurados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), dentre eles o “direito à vida e saúde” com acesso integral

¹⁷⁵ No início dessa dissertação, rememorei o trabalho marcante do qual participei no Distrito de Saúde de Campo Limpo, na Zona Sul da cidade, e que envolveu forças políticas de instituições e movimentos sociais da região com a consigna: “não matem nossas crianças”.

¹⁷⁶ Impulsionado com a Constituição de 1988, pela Convenção sobre os Direitos das Crianças, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989 e aprovada no ano seguinte, o ECA passa a vigorar no país a partir de 1990.

ao Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo o acesso às políticas de saúde e de planejamento reprodutivo e cuidado humanizado para a todas as mulheres do país.

Em 5 de maio de 1992, uma reportagem do jornal *Estado de S. Paulo*, veículo da grande imprensa, trouxe a manchete “Assassinatos de menores¹⁷⁷ aumentam 1,440%” (entre 1970 e 1991) que versava sobre o depoimento da Dra. Margarida Azevedo Lira, então coordenadora do Programa de Aprimoramento das Informações (Pro-Aim) da Secretaria Municipal de Saúde sobre os dados da pesquisa – encomendada pela prefeitura de São Paulo, na então gestão da prefeita Luiza Erundina – acerca dos óbitos registrados na capital. Seu depoimento foi dado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de São Paulo, instalada para apurar a violência e o extermínio de crianças e adolescentes na capital. Os dados revelaram que os assassinatos na faixa etária de 0-19 anos superavam outras causas de morte violenta, como, por exemplo, os acidentes de trânsito.

A implantação do Pro-Aim como sistema de informação teve como objetivo proporcionar informações sensíveis que permitissem “evitar mortes causadas por doenças e desenvolver programas que evite a violência” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1992, p. 1).

A diretora do então distrito de saúde de Campo Limpo, em conversa que tivemos em razão da minha pesquisa, comentou que, no planejamento do hospital do Campo Limpo, definiu-se número de leitos da UTI considerando também sua adequação para intervir com a complexidade necessária na gravidade que os casos decorrentes da violência traziam. Lembrou ainda reuniões em que a assessora de participação popular conversava com grupos de mulheres, a fim de refletir sobre os problemas de saúde em seus bairros. Ao indagar do que as pessoas morriam, a resposta era: de parto, de infecções. Ao perguntar se ali morriam pessoas de “morte matada”, a resposta foi que acontecia todos os dias, o que demonstrou, por um lado, a normalização e banalização da violência, e de outro, seus silenciamentos e medos.

O jornal da Secretaria Municipal de Saúde – intitulado *Saúde* – de janeiro de 1991 trazia a seguinte manchete, com uma única palavra: “Violência”, abordando as condições violentas de vida que se expressavam, principalmente, através do sofrimento, da doença e da morte. Apontava que “estamos avançando no processo integral à saúde, ao abordar

¹⁷⁷ Conceito que sofreu críticas e mudanças ao se defender as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

as condições violentas de vida da população e suas consequências para as ações de saúde e ao combater entre nós uma das diversas formas de violência que é a dificuldade encontrada pela população para ter acesso aos serviços de saúde e ver respeitado seus direitos” (SAÚDE, 1991, online).

No dia 21 de junho de 1990, no jornal local *A Gazeta de Pinheiros*, a página dedicada aos Direitos Humanos trazia estampada a manchete: “O Governo é cúmplice nesta ‘guerra’ do Brasil”, e explanava sobre o documento que a Anistia Internacional, após quatro anos de levantamento¹⁷⁸, apresentaria para outros 40 países do mundo, denunciando a arbitrariedade policial e a conivência dos governos que se omitiam e não procuravam punir seus agentes. “As vítimas são pobres e negros”, “a tortura é endêmica no Brasil”, “Criança, Alvo fácil da violência” são destaques daquela reportagem.

Mais de 30 anos se passaram, hoje dispomos de mapeamentos, dados sensíveis e observatórios sobre a violência policial e os direitos humanos em inúmeras instituições, como universidades e órgãos públicos, que compõem vários estudos que refinam as estatísticas, algumas inclusive oficiais revelando graves e sistemáticas violações de direitos, além de propor ações para seu enfrentamento. Um outro dispositivo institucional são as CPI no âmbito legislativo e no âmbito federal, estadual e municipal¹⁷⁹. No entanto, me parece que toda essa visibilidade ainda não impacta a sociedade.

As violências e violações em nosso país se atualizam. A notícia no jornal *Brasil de Fato*¹⁸⁰ de 29 de março de 2022 estampava a manchete: “Brasil é um ‘país da negligência’, diz Anistia ao lançar informe anual sobre direitos humanos” (BRASIL DE FATO, 2022, online). A matéria aponta: “Além das violações referentes à crise sanitária durante o governo Bolsonaro, o documento fundamenta em números o agravamento do desemprego, das violências policial e de gênero, da destruição do meio ambiente e da falta de acesso a alimentos no último ano” (BRASIL DE FATO, 2022, online).

No que se refere aos dados sobre violência policial, Jurema Wernek, diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, destaca: “O não enfrentamento ao racismo

¹⁷⁸ Esse levantamento foi feito no final da década de 1980.

¹⁷⁹ Em âmbito federal, Relatório final da CPI da violência contra jovens negros - Julho 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/relatorio>. Em âmbito municipal, Relatório final da Subcomissão de Homicídios Contra Jovens Negros e Periféricos - Junho de 2022 é aprovado na câmara municipal de São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/relatorio-final-da-subcomissao-de-homicidios-contra-jovens-negros-e-perifericos-e-aprovado>.

¹⁸⁰ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/29/brasil-e-pais-da-negligencia-diz-anistia-ao-lancar-informe-anual-sobre-direitos-humanos>

e, pior que isso, o desmantelamento dos mecanismos de correção da tragédia que o racismo produz está por trás disso” (BRASIL DE FATO, 2022, online).

As violências como “problema de saúde” intersetorial

Já se passaram mais de 30 anos da data em que a cidade de São Paulo colocou como prioridade o enfrentamento das violências. No entanto, as violências como um problema de saúde, entendido como interseccionado, seguem frequentes, provocando mortes e efeitos psicossociais nas pessoas afetadas e seus territórios. Ao longo desses anos, o campo da saúde coletiva produziu saberes e práticas que pudessem dar conta de sua complexidade, numa perspectiva intersetorial, bem como estabeleceu um conjunto de normatizações para seu enfrentamento: leis, fluxos, notificações.

De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo et al. (2011, p. 2008),

A entrada oficial da violência na pauta do setor saúde no Brasil foi em 2001, quando o Ministério da Saúde (MS) promulgou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (PNRMAV), 13 anos depois da instituição do SUS e cinco anos após a Organização Mundial de Saúde (OMS) colocar essa questão como prioridade para o setor, na Assembleia Mundial de 1996. Ambas as agendas oficiais tanto a nacional como a internacional foram precedidas por um vasto conhecimento acumulado na área, tanto no Brasil como no mundo.

Os tópicos principais da progressiva pauta brasileira foram: violência contra a criança e ao adolescente; violência de gênero; violência contra a pessoa idosa; violência no trânsito; violência no trabalho e, mais recentemente, violência étnica, contra a população portadora de deficiências e LGBT.

No decorrer do estudo, as autoras analisam as normatizações e os projetos que foram colocados em andamento a partir da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência e concluem:

Violência contra crianças e adolescentes, contra a mulher, contra a pessoa idosa tiveram prioridade na agenda de saúde. Outros temas, como prevenção do trabalho infantil, do tráfico de pessoas, da violência homofóbica, racial e contra a população de rua e pessoas portadoras de deficiências, população privada de liberdade, dentre outros, foram sendo incluídos na pauta. Sua presença na agenda pública depende muito da pressão da sociedade civil e dos organismos internacionais que advogam essas causas”. (MINAYO et al., 2011, p. 2014).

Chamou-me a atenção, nessa conclusão, as agendas que tiveram prioridade e aquelas que ainda requeriam pressão da sociedade para entrar no escopo das prioridades, como a violência racial, a violência homofóbica, mesmo que, em 2009, já estivesse em vigor a Política Nacional de Atenção à Saúde dos povos indígenas, criada em 2002, a política Nacional de Saúde Integral da população negra e a Política Nacional da População em situação de rua, ambas de 2009, e, em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial e a Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis transsexuais, todas frutos da pressão desses movimentos¹⁸¹. Em cada uma dessas políticas, há pontos específicos que dizem respeito à garantia de direitos e acesso ao cuidado à saúde de modo a contemplar suas necessidades e visibilizar as diversidades.

No caso da política Nacional de Saúde Integral da população negra, as discussões sobre o princípio da equidade, que já constava nos princípios do SUS, foram fundamentais para sua reafirmação:

[...] o princípio da igualdade, associado ao objetivo fundamental de conquistar uma sociedade livre de preconceitos onde a diversidade seja um valor, deve se desdobrar no princípio da equidade, como aquele que embasa a promoção da igualdade a partir do reconhecimento das desigualdades e da ação estratégica para superá-las. (BRASIL, 2017, p. 17).

Nossa indagação é sobre como essas políticas, naquela época, conversaram entre si e foram incluídas no cotidiano dos serviços e dos territórios. Outro aspecto que chama atenção é que não se fala explicitamente sobre “violência de Estado”, aquela causada por seus agentes.

Todavia, foi nesse contexto fragmentado das políticas públicas – que muitas vezes não se conversam – que as violências se revelavam, a cada dia, como uma circunstância que ultrapassava algum contexto histórico específico.

Formalmente, em 2004, o governo federal dispôs sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004a) e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência (NPV) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004b) em Estados e Municípios.

¹⁸¹ Considero relevante, nesses documentos, a apresentação histórica de cada movimento, revelando-nos que sua força de luta política tensionou e contribuiu com a formulação de cada política pública.

Importante destacar que, antes dessa formalização, já aconteciam articulações em redes com representantes das unidades de saúde para pensarmos e discutirmos as situações que envolviam as violências, com vistas a ofertar cuidados. No caso da Zona Oeste, essas redes foram fomentadas e articuladas em 2000, a partir de uma capacitação¹⁸² sobre “violência, gênero e direitos humanos”. Ao final, promoveu-se um concurso de redação aberto à comunidade da região, cujo objetivo foi incentivar a reflexão sobre os vários aspectos da vida em família e suas dificuldades¹⁸³.

Em 2015, no município de São Paulo (governo do prefeito Fernando Haddad), é formulada a Linha de Cuidado para Atenção Integral da Pessoa em Situação de Violência, em que a violência é considerada um tema transversal da saúde pública¹⁸⁴. Com isso, foi realizada ampla discussão com as áreas técnicas temáticas (dentre outras, mulher, criança e adolescente, idoso, LGBTQ+, população negra, em situação de rua, e indígenas), considerando seus sofrimentos, adoecimentos e mortes, e emergentes necessidades de cuidado.

No que dizia respeito à mortalidade e morbidade das chamadas causas externas¹⁸⁵, o documento destaca que as situações de violência aumentaram no país:

¹⁸² Essa capacitação foi organizada por Ana Flávia Pires Lucas D’Oliveira, pesquisadora do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo, como parte do projeto de mesmo nome desenvolvido pela linha de pesquisa em “violência, gênero nas práticas de saúde”. Na primeira fase do projeto, reuniu diversas instituições da Zona Oeste, ocasião em que se discutiu o cuidado oferecido à violência de gênero e intrafamiliar, e iniciou-se a constituição de redes para trabalhar com esse campo. Na segunda fase, além de continuar a articulação de redes, promoveu-se um concurso de redação, do qual compusemos a comissão de curadoria.

¹⁸³ A proposta do concurso foi uma maneira diferente de aproximação com a violência intrafamiliar e colocou os profissionais mais próximos “do sofrimento cotidiano da população, que é também deles, é de todos nós. Buscamos ampliar o debate público sobre o problema e suas alternativas de solução” (LUCAS, 2000, Apresentação do livreto, sem paginação). No caso do concurso de redação, muito se falou da nomeada “violência doméstica”, como comumente é enunciada pela sociedade e pelas mídias, e também por vários operadores das políticas públicas, sem problematizar essa noção. Dentre outros autores que questionam a noção, Cecilia Coimbra (2002) argumenta que a violência tomada como doméstica oculta a violência de Estado. Inventar-se a violência doméstica como modo de silenciar a violência de Estado, com isso privatiza-se essa violência.

¹⁸⁴ A elaboração desta LC foi um processo participativo, o qual envolveu os trabalhadores do Sistema Único de Saúde – SUS, nos diferentes níveis de Atenção à Saúde da SMS, incluindo os representantes das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), Áreas Técnicas, Autarquia Hospitalar Municipal (AHM), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Coordenação de Vigilância em Saúde (COVISA), Coordenação de Epidemiologia e Informação (CEInfo), entre outros. Além disto, o documento ficou disponível para sugestões de outros setores governamentais e sociedade civil, através de consulta pública. A propósito do tratamento dado à violência, ver a cartilha sobre a Linha de Cuidado Integral à Saúde da Pessoa em Situação de Violência, disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/baixacartilhaviolencia\(1\).pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/baixacartilhaviolencia(1).pdf)

¹⁸⁵ Para a vigilância epidemiológica, as causas externas se referem a traumatismos, lesões ou quaisquer outros agravos à saúde – intencionais ou não – de início súbito e como consequência imediata de violência ou outra causa exógena. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/suvisa/vigilancia-epidemiologica/causas-externas->

As causas externas são a principal causa de morte entre os jovens de ambos os sexos. No sexo masculino especialmente, entre as causas externas, a violência é a primeira causa de morte, atingindo principalmente homens entre 15 e 29 anos. (SÃO PAULO, 2015, p. 08).

A gravidade do problema é entendida como um imperativo para que o setor de saúde desenvolva políticas para o enfrentamento das violências. Para tanto, propõem-se a ampliação da oferta de assistência em todos os níveis de complexidade, e “principalmente a ampliação de ações de promoção à saúde, com foco na prevenção da violência e disseminação de uma cultura mais pacífica e não violenta” (SÃO PAULO, 2015, p. 08).

Ao discorrer sobre da Saúde da População Negra, o documento trata do racismo e de seus efeitos deletérios no processo de saúde e doença desta população, cujo acesso aos serviços de saúde é menor. Põe como destaque a violência obstétrica e a violência contra a juventude negra, apresentando dados dos homicídios, sem, no entanto, ressaltar quais deles foram causados por violência do próprio Estado – algo que me saltou aos olhos em razão de minha pesquisa.

Como recomendação, o documento ressalta o combate ao racismo institucional e a criação do quesito raça-cor em todos os formulários utilizados pelos serviços, recomendações que deveriam ser deflagradas pelos Núcleos de Prevenção à Violência (NPV)¹⁸⁶, a fim de que fossem capilarizadas em cada unidade de saúde e nas atividades intersetoriais.

Essa Linha de Cuidado Integral a Pessoas em Situação de Violência foi debatida e formulada em processo participativo, tendo sido disponibilizada para consulta pública e aberta a sugestões, o que nos mostrou, naquele momento, um esforço em garantir ações em todos os níveis de complexidade da Secretaria Municipal de Saúde para o enfrentamento das violências. Os Núcleos de Atenção à Violência (NPV) foram instituídos em todos os serviços de saúde e se constituíram de maneira a considerar contextos territoriais. No entanto, a potência de cada um se expressou de modos diversos, a depender da composição de seus participantes, dos chefes das unidades, ausência ou

[2/#:~:text=As%20causas%20externas%20s%C3%A3o%20traumatismos,viol%C3%Aancia%20ou%20o%20](#)
[ultra](#)

¹⁸⁶ De acordo com o documento, o objetivo do NPV seria o de: “articular as ações para pensar e organizar a superação das situações de violência e de desencadear ações de Prevenção e Promoção de Cultura de Paz no território” (SÃO PAULO, 2015, p. 20).

mudança de trabalhares nas unidades, o que acarretou rotatividade em sua composição, levando-me a perguntar se aconteceu de modo transversal.

No tocante às demandas para acolhimento e atendimento nos serviços de saúde mental que envolviam as violências, a meu ver, na maioria das vezes, era tomado de maneira individualizante e muitas vezes medicalizada, ou grupais, nos limites do serviço de saúde. Alinhamo-nos à convicção de que os atendimentos individuais e grupais “não tinham um fim em si mesmos” (ALENCAR, 2015, p. 134) e que “a elevada demanda motivada por problemas de violência indicava como origem sua problemática na região” (ALENCAR, 2015, p. 134). No entanto, nem sempre vimos ações acontecerem nessa direção.

As discussões em redes intersetoriais e fóruns nos levavam a reflexões e ações mais amplas. Entretanto, sem negar sua importância, muitas vezes acabavam redundando em resolver “aquela” situação complexa. Em minha experiência, poucas foram as iniciativas de tomar as violências, sobretudo a violência de Estado, como um eixo prioritário de ações em saúde e intersetoriais nos territórios, com a participação da população e de todos (as) (es) afetados e juntos criarmos novos dispositivos de cuidado. Os trabalhos nessa direção aconteciam de maneira pontual, por vezes centrados em pessoas, nem sempre estimulados pela gestão do serviço, ou findando com o fim do mandato do governo.

Alencar (2011) corrobora essa análise ao apresentar uma experiência em saúde pública, no início dos anos 2000, apoiada na concepção de uma clínica política, quando coloca que não foi fácil sustentar o lugar de articuladora do trabalho, em razão do esforço de escuta e diálogo que o trabalho conjunto requer, além das resistências, na época da chefia do serviço, em relação a trabalhos que ultrapassassem os limites da unidade, esbarrando, por fim, na mudança de gestão da prefeitura e na ampla implantação das Organizações Sociais (OS), o que levou muitos trabalhadores a saírem daquela unidade de serviço.

A autora nos conta ainda da possibilidade e potência do trabalho coletivo envolvendo as forças do território de São Mateus, articulado por ela a partir da “escuta”¹⁸⁷ dos casos que envolviam questões de violência contra os jovens, assim como o trabalho da Região Oeste, nomeado como Fórum Social da Leopoldina, articulado pelas Unidades Básicas da região envolvendo as forças locais, nos anos 2000. Além do histórico e

¹⁸⁷ Alencar explicita, no decorrer do trabalho, sua escuta psicanalista e o método clínico político.

relevante trabalho do Fórum em Defesa da Vida, na Zona Sul de São Paulo que data da década de 1990 – o qual já trouxemos na abertura desta dissertação e que se mantém vivo.

Além das experiências mais recentes dos “aquilombamentos”, como ressalta David (2018) e que foram formuladas a partir de um olhar singular para as demandas da população negra - como já indicava a Política Integral da População Negra - assim foi proposto o aquilombamento do CAPS nfato juvenil (CAPS ij) como “uma direção ético política e como mutação subjetiva que põe em jogo um devir negro¹⁸⁸ no mundo” (146) e segue com a sua reflexão:

[...] assim como a luta antimanicomial propôs abandonar os paradigmas da saúde/doença, normal/anormal, sanidade/loucura, aquilombar-se é sair do paradigma racista, trabalhando pela desinstitucionalização do racismo como relação de poder. Tal processo põe em jogo, como colocou em relação à loucura, duas ações: sustentar o desejo da diferença, mas trabalhar também pela produção de comum (DAVID, 2018, p. 146).

Penso que essas propostas de práticas antirracistas tensionaram os serviços e as discussões da Linha de Cuidado Integral às Pessoas em situação de violência trouxeram a possibilidade de politizar e expandir o pensamento crítico sobre as violências e a violência de Estado com recorte racializado. Ainda em 2015, ano de sua implantação, ocorreu um curso sobre Violência de Estado para a Secretaria Municipal de Saúde/Programa de Cultura de Paz com a participação de assessores do programa da secretaria, das coordenadorias e das supervisões de saúde e poucos trabalhadores dos serviços.

O curso foi promovido pela instituição Projetos Terapêuticos, que, em São Paulo, juntamente com o Instituto Sedes Sapientiae e o Margens Clínicas foram contemplados pelo edital do Ministério da Justiça das “clínicas do testemunho”¹⁸⁹, sendo que um de

¹⁸⁸ O devir negro para David é entendido na concepção que lhe dá Mbembe (2014, p 146), como “possibilidade de construção da consciência comum do mundo” que ganha na contemporaneidade uma maior força em função do “caráter descartável e solúvel da humanidade no neoliberalismo” (MBEMBE, 2014, p 18).

¹⁸⁹ Esse trabalho iniciou-se a partir da Comissão de Anistia, instalada pelo Ministério da Justiça em 2001. Foram lançados dois editais públicos, em 2012 e 2015, respectivamente, cujo eixo era a atenção clínica, a capacitação de profissionais de saúde mental e a elaboração de subsídios para a implantação de uma política pública. No primeiro, foram selecionados quatro projetos: um no Rio de Janeiro, dois em São Paulo e um em Porto Alegre. Ao selecionar projetos da sociedade civil que pudessem implantar núcleos de apoio e atenção psicológica para as vítimas da violência de Estado desde 1946, a ideia do projeto era alcançar uma reparação plena, não mais apenas financeira e moral, o que se deu de três formas: o eixo voltado para trabalho clínico em grupo, transgeracional, levando em conta tanto o âmbito privado quanto o coletivo; outro eixo voltado para a capacitação de profissionais da área da Saúde Mental que lidam com uma

seus eixos se voltou para o aprimoramento dos trabalhadores da área da saúde mental, com vistas a capacitá-los para cuidar dos efeitos da violência de Estado em suas dimensões psíquicas e sociais. A perspectiva adotada era pensar a violência de Estado praticada contra a população como uma chave fundamental para pensar as políticas públicas na área de saúde mental, inspiradas na “clínica dos testemunhos”. Em 2017, o Instituto Sedes promoveu um grande curso para trabalhadores da saúde, assistência social, defensoria pública, e educação do município de São Paulo.

Minayo et al. (2018), em estudo sobre a institucionalização do tema da violência no SUS, seus avanços e desafios, apontam que, embora tenha havido avanços com a institucionalização do tema no SUS, é necessário maior investimento em serviços de saúde mental e também que o tema violência e seus impactos na saúde façam parte da formação básica das carreiras que compõem o campo da saúde, assim como manter uma formação continuada, pois, de acordo com as autoras, sem trabalhadores preparados e sensibilizados para implantar a política, será um tema estranho para a racionalidade biomédica.

Concordo com Minayo et al. (2018) quanto a relevância da formação estar colocada sobre as questões da nossa realidade, assim como reconheço que os espaços de formação continuada aos quais tivemos acesso, e que envolveu as temáticas da violência de Estado e do racismo, foram importantes para nosso aprofundamento e na oferta dos cuidados às pessoas, famílias e territórios que sofrem essas violências. No entanto, ficamos a pergunta sobre como essas capacitações reverberaram nas RAPS – o que, sem dúvida, exigiria um estudo específico.

3.1.4 “Precisamos de um cuidado que seja sério”

Encontramos estudos (DOMINGUES et al., 2015; BENICIO et al., 2018; DA COSTA et al., 2020) que apontam, de perspectivas diferentes, para a necessidade de os profissionais das políticas públicas compreenderem a complexidade dos impactos psicossociais nas famílias em que um jovem foi assassinado. Isso demandaria a formulação de dispositivos e de políticas públicas para as construções de redes de apoios a elas, reconhecendo a importância de os profissionais tomarem essas experiências dolorosas, vividas pelas famílias, como objeto de reflexão e ação em espaços

população atingida até hoje pela violência de Estado; e finalmente o eixo de pesquisa baseado na experiência clínica (BRASIL, 2014).

intersectoriais para coletivização das questões, bem como a necessidade de capacitação e sensibilização para o trabalho.

Hart da Costa et al. (2020, p. 08), ao refletirem sobre dificuldades dos profissionais da saúde e da assistência social em abordar o tema da perda por homicídio, interrogam se é um sofrimento silencioso ou silenciado nos serviços dessas políticas públicas, e sublinha que o “distanciamento dos profissionais à experiência da perda por homicídio reforça o isolamento e sofrimento dos enlutados”. Ao referirem-se às experiências de alguns profissionais de Unidades de Saúde da Família (USF), apontam ainda que há aqueles que também “convivem com perdas violentas e convivem solitariamente com seus próprios medos, dores e desafios”. (DA COSTA et al., 2020, p. 08)

Para além dos cuidados no campo da saúde mental, Barros et al. (2019, p. 236) defendem que é “preciso valorizar as experiências dos movimentos como produtoras de saúde” e de resistência coletiva à violência de Estado ao compartilharem experiências de sofrimento e estratégias de cuidado coletivo. Como escutamos de algumas mães do movimento Mães em Luto da Zona Leste: *a gente se liga, a gente se ouve, a gente se ampara*, ou ainda, *a gente tem que se agarrar em alguma coisa para continuar vivendo. Eu me agarrei na luta*. Elas se enlaçam em “redes vivas”¹⁹⁰. Rosa et al. (2018), tendo como foco a micropolítica e a produção de cuidado em saúde mental, apontam que a amizade e a solidariedade são afetos importantes no processo de politização da dor, do sofrimento psíquico e ético-político experimentado pelos sujeitos em territórios de vulnerabilidade social.

Há muitos anos, os movimentos negros, quilombolas, feministas negros e decoloniais, o Desencarcera Brasil, o Abolicionismo Penal, os das Mães em Luto e em Luta, dentre tantos outros, denunciam as violências de Estado e fazem a defesa, com seus corpos, de um projeto societário radical de transformação da sociedade, que passa, necessariamente, pelas lutas contra o racismo, o sexismo e as sexualidades normativas, e

¹⁹⁰ O conceito de redes vivas, apresentado por Merhy et al. (2014) alude à ideia de mobilidade, protagonismo do usuário e da desterritorialização. Faz um convite ao olhar integral do profissional de saúde, integrando o saber do usuário e sua percepção sobre o processo saúde-doença, reconhecendo e valorizando a existência de um ‘agir leigo’ produtor de mundos, quase sempre invisível ou não valorizado por gestores e profissionais. Movimentos de redes vivas são marcados pela produção do cuidado em ato, por meio do trabalho vivo e da trajetória desses protagonistas criando a formação de uma malha de cuidados ininterruptos, nem sempre formais. Caminhos flexíveis e móveis com múltiplas entradas na rede de maneira horizontal e circular conforme as necessidades e acessibilidade dos usuários. As redes vivas são acontecimentos, as vezes são ou circunstanciais - montam e desmontam – outras vezes se tornam mais estáveis, que podem emergir em qualquer ponto sem ter que obedecer a um ordenamento

por uma política de des-silenciamento. Com isso, reclamam também o direito a uma saúde mental antimanicomial.

Precisamos de um cuidado que seja sério, que tenha continuidade e garantia de transporte para conseguirmos chegar ao atendimento, reflete uma das mães do movimento Mães em Luto da Zona Leste, em uma discussão que fizemos sobre reparação psíquica.

Como já apontamos, não é de hoje que a Reforma Psiquiátrica, na sua institucionalidade, e o Movimento da Luta Antimanicomial¹⁹¹ vêm sendo sacolejados por outros movimentos e vozes, assim como dentro dele mesmo, por suas diferentes vozes. É bom que seja assim, pois é um processo social complexo e não apenas a simples reforma de serviços, como reflete, dentre outros autores, Paulo Amarante e Nunes (2018) e Gouveia (2019). Não à toa, Antonio Lancetti propôs uma clínica peripatética e o pesquisador Emiliano Camargo David (2018) propôs o “aquilombar” como uma perspectiva de cuidado psicossocial antirracista e antimanicomial como sublinhamos acima. Não à toa também que, em 2021, vimos acontecer a I Conferência Livre de Saúde Mental e, neste ano de 2022, a Conferência Livre de Saúde. Assim como a ampliação de experiências de “aquilombamentos” na saúde mental. Com isso se avistam novas insurgências.

Araújo (2019), ao recuperar Fanon, corrobora a análise de que o racismo por si só, pelo que impõe de desumanização, já possui um efeito adoecedor. As mulheres que precisam enfrentar a perda do filho em situação de violência se deparam

[...] com a criminalização das suas próprias existências, tendo inclusive que provar que seu filho merecia viver, consiste em conjunto em um processo que quase invariavelmente levará essas mulheres a algum tipo de adoecimento físico ou mental. [...]. (ARAÚJO, 2019, p. 95).

¹⁹¹ A I Conferência Nacional Popular de Saúde Mental Antimanicomial, organizada pela Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial, ocorrida em outubro de 2021, problematizou o atual momento político e o desmonte das políticas públicas e a precarização do trabalho, assim como asseverou, em seu eixo 3, a “necessidade de se produzir no campo da saúde mental um debate fundamental sobre as questões de classe, raça, gênero e patriarcado na interface da produção de sofrimento mental, em diálogo com os movimentos antirracistas, população de rua, feministas, indígenas, trans, de direitos humanos”; no eixo 4: “o acesso aos espaços da cidade”, problematizando o contexto atual de aumento das desigualdades e injustiças sociais. Para tanto, é preciso ouvir as vozes das periferias, das favelas, das egressas e dos egressos dos cárceres, dos movimentos de redução de danos junto às profissionais do sexo, dos movimentos por moradia, e refletir sobre a necessidade de políticas públicas de saúde mental que incentivem a convivência social, a humanização dos espaços urbanos, o respeito à diversidade, e a produção de espaços do comum.

Por sua vez, a luta coletiva e a possibilidade de amparar outra mãe que passou pela mesma situação podem dar outros sentidos a suas vidas, assim como fortalecer os processos de resistência contra a desumanização. Nesta direção, Hart da Costa et al. (2020, p. 8) concordam que “alguns familiares seguem na direção da luta política por reconhecimento, justiça e reparação, afirmando novas narrativas”. No entanto, ponderam que “outros seguem silenciados e invisíveis em suas dores” (DA COSTA et al., 2020, p. 13). Concordo que

Falar sobre o cuidado possível às pessoas impactadas pela violência do homicídio implica pensar que não há um modelo de atenção específico a ser seguido. A perda por homicídio produz múltiplas complexas necessidades que incluem o suporte para questões práticas como a burocracia relacionada ao funeral, o difícil contato com o sistema criminal de justiça e a mídia, auxílio na interlocução com outros órgãos etc. O apoio, nesses casos, é de extrema importância, sobretudo na atual conjuntura de fragilização dos vínculos sociais, quando nem sempre o suporte informal de familiares, amigos e vizinhos encontra-se disponível. (DA COSTA et al., 2020, p. 13).

Em falas das mães do movimento Mães em Luto da Zona Leste, aparece essa multiplicidade de necessidades diante da perda de um filho assassinado. Procuram então estar junto, apoiar, fazem visitas e buscam, aos poucos, trazer as mães para a luta e para o não silenciamento. Uma mãe, referindo-se a outra mãe liderança do movimento, reconhece e agradece profundamente pelo apoio dela: *A Laura é muito importante para mim, foi no velório do meu filho, me orientou, esteve comigo.*

Como argumenta Gouveia (2011), cuidar é também cuidar da memória do filho que foi assassinado pela violência de Estado.

Ao procurar manter uma escuta do sensível das mães e tia no dispositivo grupal clínico ético-político de escrita, no ciclo de debates Políticas Públicas e Reparação, promovido pelo movimento Mães em Luto da Zona Leste, algumas falas me ficaram como ritornelos, falas nos deixam pistas para pensarmos em nossas pesquisas e interpelar as políticas públicas de saúde e saúde mental e de assistência.

Considero que fortalecer a vida em comum é uma chave importante para caminharmos em direção aos processos desopressores nos territórios de cuidado, a uma saúde ético-política, como propõe Bader Sawaia (2022)¹⁹², inclusive reconhecendo os

¹⁹² Essa proposição foi colocada por Bader Sawaia, por ocasião do meu exame de qualificação, mas que autora a colocou em outros espaços de discussões como do Internúcleos em 2021 do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUCSP

movimentos nessa direção, como o do Kilombo da Brasa, que se expande a partir de serviços de saúde mental no território de Brasilândia (SP).

Seguimos com os ritornelos das mães e tia:

[...] olha a bosta que fizeram com a gente; vocês têm que ter paciência com as mães; não escutam a nossa voz por completo; precisamos de um atendimento que seja sério, precisamos fazer algo que nos faça sentir livre; sinto um tortura na cabeça; será a nossa versão e não a do estado. O que é oferecido até o momento na rede de saúde mental é insuficiente ou é demorado, quem ouviu tem que ter força para ouvir.

*Fique atenta ao pronunciar das mães*¹⁹³, frase dirigida à pesquisadora Claudia Aguiar (2021), por uma das mães, logo no início de sua pesquisa no movimento Mães em Luto da Zona Leste, e que considero bem preciosa para compor esse ritornelo.

Estamos, agora, em um campo aberto e as demandas por cuidado¹⁹⁴ necessitam de uma escuta do sensível, para que não sejam enquadradas naquilo que a rede de saúde mental tem organizado, mas ouvi-las, olhá-las e senti-las – em suas falas e silêncios – para inventar junto com as mães e tias novos dispositivos de cuidado.

Nos dizeres de Antonio Negri (apud PERBART, 2011, p. 20), “[...] é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação é onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte”.

A reforma antimanicomial foi reconvocada a retomar a radicalidade a que se propôs em 1987, como apontado por Rachel Gouveia na abertura dessa dissertação. Com isso, parece-me que precisamos refletir numa perspectiva antimanicomial sobre os “nós na orelha” das escutas, olhares e sentires sobre violências de Estado que estão presentes

¹⁹³ Frase dirigida a pesquisadora Claudia Aguiar (2021) por uma das mães logo no início de sua pesquisa junto as mães do movimento mães em luto da zona leste. De acordo com a autora, uma das mães, ao saber que eu era pesquisadora, disse — Fique atenta ao pronunciar das mães. Não deu tempo de perguntar o que ela queria dizer e não a vimos mais no grupo. Mas essa dica, assim consideramos, nos acompanhou em todo o percurso da pesquisa” (AGUIAR, 2021, p. 34). Ao ler essa parte na tese de Aguiar, essa dica passou a cutucar a minha escuta, e isso me levou a procurar no dicionário, assim como fez a autora, o significado da palavra pronúncia: pronúncia (derivação regressiva de pronunciar). 1. Ato ou efeito de (se) pronunciar. 2. Modo de pronunciar. 3. [Fonética] Articulação dos sons das letras, das sílabas ou das palavras. 4. Maneira de pronunciar os sons ou as palavras, característica de uma região ou de uma pessoa. SOTAQUE. 5. [Jurídico, Jurisprudência] Despacho judicial indiciando alguém como autor ou cúmplice de crime”. Esse significado jurídico para mim era absolutamente desconhecido. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/pron%C3%Bancia>

¹⁹⁴ Há uma vasta literatura que discute sobre o “cuidado” no campo coletiva e saúde mental.

no cotidiano dos territórios e das experiências das pessoas, dos jovens, sobretudo negros, suas mães, familiares, amigos que ali habitam.

Ana Lucia C. Heckert (2007) ao indagar sobre o que se passa nos processos de formação e de escuta no campo da saúde, reflete que:

“Ensinar-cuidar-escutar são práticas que criam mundos, produzem realidades e, portanto, convocam a uma análise permanente das implicações¹⁹⁵ com as instituições que as atravessam. Com isso estamos falando que as práticas de cuidado, os modos de escuta, são engendrados num campo de relações de saber e poder que precisamos colocar em análise permanentemente [...]”. (HECKERT, 2007, p. 210)

Urge a construção e a permanência de espaços de escuta e supervisão para os trabalhadores das redes de saúde e intersetoriais, a fim de potencializar os trabalhos com vistas à uma clínica ético-política de reparação psíquica e de constituirmos mais forças territoriais que possam ampliar e politizar o debate sobre a construção de uma política de as ações coletivas na perspectiva do pensamento crítico antirracista e de pressionar o Estado por reparações que sejam de fato reparatórias para os sofrimentos causados por sua própria violência.

¹⁹⁵ A autora se referêcia ao conceito de implicação forjado no campo da análise institucional, o qual afirma que estamos sempre implicados naquilo que intervimos. (LOURAU, 2004, p. 190).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM FIM ABERTO

O Estado faz de tudo para que fiquemos quietinhas, doentes e medrosas, mas “Nenhuma Bala vai nos calar”. É uma ousadia colocar os sentimentos para fora. Escrever é um desafio. E às vezes foi preciso pausar a caneta quando a dor doía demais”.

(Falas das Mães e tia na Oficina de Escrita, Dez/2020)

Esse trabalho, que agora se finda, nasceu do desejo enunciado pelas mães e familiares do Movimento Mães em Luto da Zona Leste de escrever um livro com a versão delas sobre o assassinato de seus filhos, moradores das periferias da cidade de São Paulo, a maioria negros, por agentes da segurança pública, a polícia. Nasceu também do desejo de narrar a história de luta do movimento na busca por justiça e para que a violência de Estado cesse, além de manter viva a memória dos jovens, para que não sejam esquecidos

O enunciado das mães de escrever um livro foi resgatado pela pesquisadora, hoje doutora Claudia Cristina Trigo Aguiar, que estava realizando sua pesquisa-intervenção com o movimento Mães em Luto da Zona Leste, e para concretizá-lo, propôs juntamente com a coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Lógicas Institucionais e Coletivas (Nuplic) do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP, professora doutora Maria Cristina Gonçalves Vicentin, um projeto de extensão universitária para dar corpo ao livro.

Ao me engajar nesse projeto, contribuí e me impliquei como pesquisadora na construção coletiva do Dispositivo Grupal Ético-Político de Escrita, para com seis mães e uma tia sustentar a escritura do livro, além de cuidar, singular e coletivamente, daquilo que o escrever mobilizava – o que também acontecia por meio do dispositivo das tutorias, que ocorria entre um momento e o outro, entre o singular e coletivo.

O esforço de escrever se aproximava do sonho enunciado: o desejo-livro. Aridez e prazer, dificuldades e surpresas, lágrimas e sorrisos. Beleza. Procurei trazer esse movimento, em sua vivacidade e coautoria, no miolo desta dissertação, por meio das restituições dos encontros do dispositivo grupal ético político de escrita.

Nesta dissertação, ao trazer análises teóricas e das mídias alternativas, os dados e mapeamentos estatísticos, o testemunho das mães, posicionei-me no sentido de marcar que a violência de Estado contra os jovens negros das periferias é racista e mantém historicamente uma política mortífera de controle desses corpos e de criminalização da pobreza. Com isso, alinhei-me com alguns autores que argumentam que as mortes da juventude negra se trata de um genocídio.

Ao longo de toda a dissertação, afirmei e argumentei que o racismo e a violência de Estado provocam efeitos psicossociais na vida dos vivos e dos sobreviventes que perderam seus queridos por agentes do Estado, e que as políticas públicas de saúde e assistência necessitam manter uma escuta insurgente e não normalizadora para construir e inventar, junto com os afetados e seus territórios, os que vivem na pele esses efeitos, dispositivos de cuidado ético-político. Para tanto busquei fazer uma conversa crítica e autocrítica com o campo da saúde coletiva-saúde mental da Reforma Psiquiátrica, no qual trabalhei por mais de 30 anos, e com o movimento da Luta Antimanicomial, ao qual me mantive engajada.

Ressaltei algumas experiências potentes, como o histórico Fórum em Defesa da Vida, na Zona Sul de São Paulo, e a do “aquilombar” – dentre outras “aquilombações” que pipocam em vários pontos da cidade – como ideia força em constante reatualização de suas práticas. São experiências que provocam a construção de outras possibilidades de fazer e saber implicadas com o antirracismo e a produção social da vida em comum.

Nessa toada, destaquei a luta e o agenciamento das mães e familiares dos jovens assassinados pelo Estado como movimentos de insurgências e de cuidado coletivo, não isento de contradições.

Desde o início da construção do projeto-livro, a pesquisadora Claudia Aguiar e o Movimento Mães em Luto da Zona Leste sinalizavam o grupo como espaço privilegiado para sua escritura. Aventou-se, então, com inspiração na “clínica do testemunho”, de ele ser composto de maneira intergeracional, entendendo que a violência do Estado atravessa várias gerações, além dos amigos, mas não houve tempo suficiente para concretizar essa ideia. No entanto, a partir de uma pequena participação de irmãs e avó em um dos encontros das oficinas de escrita, ratificou-se em mim (em nós pesquisadoras e apoiadoras desse processo) o significado dessas outras vozes e a importância da construção de outros projetos nesta direção.

Uma questão que para mim é relevante, mas que não foi possível tocar, diz respeito a como a violência de Estado atravessa os corpos das jovens, das meninas.

Embora os dados nos mostrem que tal violência atinge mais os jovens negros, o recorte de gênero ficou em aberto.

Procurei adensar teoricamente, no decorrer dos capítulos, acionando alguns autores que estudam criticamente os vastos campos, em suas diferentes matizes teóricos, das violências, violência de Estado, feminismos negro e decolonial, psicanálises, reforma psiquiátrica, memória, além de uma aproximação com as artes e a literatura, para em diálogo com eles, compor um fórum de discussões que me permitisse destacar alguns fios analíticos, que certamente deixaram lacunas.

Sobretudo, busquei ecoar as vozes das mães e tia do Movimento Mães em Luto da Zona Leste em suas falas-silêncios-escritas-olhares-sentires, em seus movimentos de “escribir” os afetos que pediam passagem – dores e revoltas, sofrimento e luta política, luto-luta. A partir do memorial, em que mães e tia foram as curadoras de seus filhos e sobrinho, tencionei, ainda que timidamente, sinalizar a ideia de memória vibrátil em defesa do des-silenciamento, e assim contribuir com as discussões no campo da memória.

Como já disse na abertura da dissertação, cheguei ao mestrado porque não queria deixar meu corpo à deriva após meu desligamento do trabalho no SUS, onde atuei por mais de 30 anos no campo da saúde mental, e onde vivi, junto com os companheiros da saúde pública, o desdobramento do golpe de 2016 e, logo depois, em 2018, com eleição do candidato de ultradireita, com sua lógica mortífera e fascista, o aprofundamento do desinvestimento nas políticas públicas, afetando diretamente a população e, literalmente, demonizando o funcionário público.

Ao ingressar no mestrado, no Nuplic, encontrei espaço de pertencimento para refletir e aprofundar as questões que me afligiam, sobretudo sobre os territórios de cuidado em saúde-saúde mental e dos viveres das pessoas em sua intersecção – raça, cor, gênero, sexualidades e classe –, que eu via serem cada vez mais violentados, bem como das resistências que se renovavam diante do desmantelamento da vida. Dentre essas resistências, o encontro com as mães e tia do Movimento Mães em Luto da Zona Leste deu um giro no meu processo de pesquisa.

Por isso, a finalização da dissertação é um momento difícil, não apenas porque é uma despedida da pesquisa, da escritura do texto com todos seus percalços, mas principalmente porque vivi acontecimentos muito impactantes durante o trabalho com as mães e tia do Movimento Mães em Luto da Zona Leste. Escrever sobre a dor da ausência de um filho assassinado pela polícia não é nada fácil. Escrever sobre as lutas que esse mulherio trava por justiça requereu delas acionar um corpo que ganhasse voz para

enfrentar o sistema de justiça, e são suas vozes que fizeram do livro e desta dissertação um corpo vivo.

O livro é sem dúvida mais uma ferramenta de luta em defesa do des-silenciamento que a violência de Estado impõe pela disseminação do medo e da insegurança como estratégia de desestabilização pactuada pela mídia, para que a repressão racializada seja aceitável pela sociedade — o que não deixa de ser a manutenção do privilégio da branquitude. E esta dissertação é a contribuição que faço para que as vozes dessas mulheres sejam escutadas.

Vocês conseguem nos ouvir?

REFERÊNCIAS

ADÃO, Cláudia Rosalina. **Territórios de Morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29012018-131847/publico/Original_Claudia_Adao.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. H. Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

_____. **O que resta de Auschwitz: O arquivo e o testemunho**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGÊNCIA BRASIL. Mães de Acari inspiram lutas por direitos humanos 30 anos após chacina. **Correio Braziliense**, publicada em 26/07/2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/26/interna-brasil,875567/maes-de-acari-inspiram-luta-por-direitos-humanos-30-anos-apos-chacina.shtml>. Acesso em 28 ago. 2022.

AGUIAR, Claudia Cristina Trigo de. **Praça Sete Jovens e a expansão do Poder Punitivo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Faculdade de Ciências Humanas e Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. **Quando Morre um Filho, morre também uma Mãe: violência de estado e descolonização**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

_____; TAVARES, Cristine F, CARREIRO, Lucia F. et al. “Nenhuma bala vai nos calar”. Por uma política de des-silenciamento: O dispositivo clínico-político das Oficinas de Escrita com o Movimento Mães em Luto da Zona Leste. In: CONGRESSO NITERNACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E JUSTIÇA NO SÉCULO XXI – JUST2021, 1., 2021, Recife. **Anais [...]**. Recife: [online], 2021. E-book 1. Disponível em: https://just2021.pt/obra-tematica/#dearflip-df_4023/11/. Acesso em: 30 ago. 2022.

ALENCAR, Sandra Luzia de Souza. **A Experiência do Luto em Situação de Violência: Entre duas mortes**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ALEXANDRE, Lourdes Bernadete dos S. P.; SALUM, Maria Josefina Leuba. A mudança, a resistência e a persistência dos técnicos do Nepi de um ex-distrito de saúde do município de São Paulo. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 83-111, dez. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ScCsDfJJtdj7ywbXnvzkkcd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 15 jul. 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

ALVARENGA, R.; FILLA ROSANELI, C.; ANDRADE FERREIRA, A.; BUENO DE LIMA, C. Violência, guerra às drogas e racismo de estado no Brasil. **Polis**, Revista Latinoamericana, v. 20, n. 60, p. 130-148, 2021. Disponível em: <https://polis.ulagos.cl/index.php/polis/article/view/1505>. Acesso em: 20 jul. 2022.

AMARANTE, Paulo. **Teoria e Crítica em Saúde Mental**: Textos selecionados. São Paulo: Zagodoni, 2017.

_____; PITTA, Ana Maria Fernandes; OLIVEIRA, Walter Ferreira de (Orgs.). **Patologização da Vida**: Epistemologia e Política. São Paulo: Zagodoni, 2018.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você Matou Meu Filho!** Homicídio cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/amr19/2068/2015/bp/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ANSARA, Soraia. Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 297-311, ago. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 set. 2022.

ARAÚJO, Fábio Alves. **Das Consequências da “Arte” Macabra de fazer Desaparecer Corpos**: Violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/787654.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. **Do Luto à Luta**: A experiência das Mães de Acari. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ARAÚJO, Verônica Souza. **Mães da Resistência**: Um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado. 2019. Dissertação (Mestrado em Violência e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/36286/2/ve_Veronica_Sou_za_ENSP_2019. Acesso em: 10 maio 2020.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. D. Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. Ausências incorporadas: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BARROS, Sônia; BATISTA, Luís Eduardo; DELLOSI, Mirsa Elizabeth et al. Censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo: um olhar sob a perspectiva racial. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1234-1247, out./dez. 2014.

BATISTA, Lucas; VELOSO, Vinícius; MELO, Geovana. Pensadores e artistas negros refletem sobre o racismo e a onda de protestos. **Correio Brasileiro** [Acervo], 05/06/2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/06/05/interna_diversao_arte,861274/reflexao-sobre-racismo-e-onda-de-protestos.shtml. Acesso em: 22 jul. 2022.

BATTISTELLI, Bruna Moraes. Posfácio. In: RAUTER, A. C. S. et al. (Org.). **Quatorze: Escrivências libertando histórias**. Novo Hamburgo: Faculdade IENH, 2021.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: LÖWY, M. **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: RONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Debate quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos.Pagu**, n. 53, 2018.

BERNADET, Jean-Claude. **O corpo Crítico**. São Paulo: Cia das Letras, 2021

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIRULES, Fina. En Entre Actes: Entorn de la política, el feminisme i el pensament. Barcelona: tranbucaire, 2014.

BRANDÃO, Carlos R; STRECK, Danilo. **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Edital da I Chamada Pública do Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia**. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: <https://1library.org/document/yrd2lo8q-ministerio-justica-comissao-publica-projeto-clinicas-testemunho-comissao.html> . Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088** de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 9 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da população em situação de rua**: um direito humano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Política Nacional de Humanização**: Documento base para Gestores e Trabalhadores do SUS. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB-Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Diário oficial da União, seção 1; Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em 8 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Federal nº 10.708**, de 31 de setembro de 2003. Institui o auxílio reabilitação psicossocial para pacientes acometidos por transtorno mental e egressos de internação. Programa “De Volta para Casa”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.708.htm. Acesso 14 out. 2019.

BRASIL. **Residências terapêuticas:** o que são, para que servem. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação-Geral dos Direitos da População em Situação de Rua. **Política Nacional para Inclusão Social da População em situação de Rua.** Brasília: 2008. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Relatório Final Comissão Parlamentar de Inquérito homicídios de jovens negros e pobres.** Brasília: julho 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1358026. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRITES, Jurema; FONSECA, Cláudia. As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. **Análise Social** [online], v. 48, n. 209, p. 858-877, 2013. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_209_d02.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O Plano de atendimento à Saúde e o abuso das formas jurídicas. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 208, p. 111–137, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46990>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BUENO, Sabrina; LIMA, Renato Sérgio. (Coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** 2021. Brasil: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 8 set. 2022.

BUENO, Salmira; CERQUEIRA, Daniel (Coord). **Atlas da Violência.** 2020. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Quadros de Guerra:** Quando a vida é passível de luto? Trad. S. Lamarão e A. Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Vida Precária:** os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CALADO, Maria da Glória. Ações coletivas de mães em luto da Zona Leste de São Paulo: o papel da rede social digital Facebook na ressignificação do luto. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 199-216, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/169719/162163>. Acesso em 07/11/2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2011.

CARDOSO, Cristiane; FELIPPE, Marília; BRASIL, Vera Vital (orgs.). **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro.** Coord. Vera Vital Brasil... [et al.]; Instituto projetos terapêuticos; Ministério da Justiça; Comissão de anistia. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.

_____. **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica.** Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/livro-reune-experiencias-de-clinicas-do-testemunho/livro-on-line-2.pdf>

CARITÁ, Karina Pierrobon. **Do Luto à Luta: notícias do serviço social sobre uma guerra particular.** 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal do Geledés**, 06/03/2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?noamp=available&gclid=CjwKCAjwu5yYBhAjEiwAKXk>

_____. Ennegrecer al feminismo. La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género. **Nouvelles Questions Féministes**, Lausanne, v. 24, n. 2, p. 21-26, 2001.

_____. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Pólen, 2019.

_____. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. *In:* ALENCASTRO, L. F.; NOVAIS, F. A. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1997. Volume 2. p. 337-383.

CASTRO, Odilon. **Negro Drama** – uma etnografia sobre famílias de usuários radicais de crack. 2017. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Escola Paulista de Medicina. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Violência do Estado e Violência “doméstica”: o que têm em comum? *In*: BENEVIDES, R.; PASSOS, E.; RAUTER, C. (Orgs.). **Clínica e Política: Subjetividade e violação de direitos humanos**. Rio de Janeiro: TeCorá, 2002. p. 77-88.

_____. TORTURA: NUNCA MAIS. 1996. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres1-1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____. Produzindo Esquecimento: Histórias Negadas. 1999. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/texto65.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

_____. **Operação Rio: O mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

_____.; CALHAU, J.; VITAL-BRASIL, V.; BENEVIDES, R. Práticas clínicas y derechos humanos. *In*: **Paisajes del Dolor, Senderos de Esperanza. Salud Mental y Derechos Humanos en el Cono Sur**. Buenos Aires, Argentina: EATIP; GTNM/RJ; CINTRAS; SERSOC, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Ministério Público Federal. **Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas. 2017**. Brasília: CFP, 2018. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas_web.pdf. Acesso: 15 jul. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. **Carta de Bauru – 30 anos**. *In*: ENCONTRO NACIONAL 30 ANOS DA CARTA DE BAURU, 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CARTA-DE-BAURU-30-ANOS.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

CORDEIRO, Mariana Prioli; FREITAS, Thiago Ribeiro de; CONJO, Simone Peixoto; LUIZ, George Moraes de. Como pensarmos ética em pesquisa. *In*: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, do V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Orgs.). **A produção de Informação na Pesquisa Social: Compartilhando Ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 31-56.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 17ª Região/ES. CRESS-ES entrevista Rachel Gouveia Passos: Dia Nacional da Luta Antimanicomial. **CRESS 17ª Região**, Espírito Santo, 18 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/cress-es-entrevista-rachel-gouveia-passos-dia-nacional-da-luta-antimanicomial/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

COSTA, Luciano Bedin da. A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. *In*: **PARALELO 31 - ED. 15 - DEZEMBRO 2020**. (p10-35)

_____. **Biografema como Estratégia Biográfica**: Escrever uma vida com Povo, Nietzsche, Deleuze, Barthes e Henry Miller. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS. 2010.

CUNHA, Neiva Viera da; FELTRAN, Gabriel de Santis. Novos conflitos nas margens da cidade. *In: _____*. (Orgs.). **Sobre Periferias**. Novos conflitos no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Marina Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, Veena. **Critical Events**: An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University, 1995.

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns dilemas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999.

_____. **Vida e Palavras**: a violência e a sua descida ao ordinário; tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora UNIFESP, 2020. – 312 p

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde Mental e Racismo**: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____. Aquilombar a cidade: Território, Raça e Produção de saúde em São Paulo. **Revista do centro de pesquisa e formação**. n 10, agosto de 2020.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? *In: BALIBAR, E.; DREYFUS, H.;*

_____. et al. **Michel Foucault, filósofo**. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

_____. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELGADO, Pedro Gabriel. Violência e saúde mental: os termos do debate. O social em questão. Rio de Janeiro, ano XV. N28 p187-198. 2012

DESCOLONIZAÇÃO (A) do pensamento na obra de Grada Kilomba. **Arte!Brasileiros**, 8 de maio de 2019. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/entrevista/a-descolonizacao-do-pensamento-na-obra-de-grada-kilomba-2/>

DIREITOS Humanos: Desafios Atuais. **Canal do YouTube do Núcleo de Estudos da Violência**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-CIBUm45dGg>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Trad. M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escrevivência**: A escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ELIAS, Paulo Eduardo. PAS: um perfil neoliberal de gestão de sistema público de saúde. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 125-137, abr. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Z7JGTzGf7yBZ3jWGKMkXwpn/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ENDO, P. C. **A violência no coração da cidade**: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2005.

ESCÓSSIA, L. da; TEDESCO, S. O coletivo das forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do Método da Cartografia. Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da Recordação** e outros movimentos. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, Conceição. O mundo é vasto. A textualização também. **Escrevendo o Futuro**, s.d. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/blog/literatura-em-movimento/o-mundo-e-vasto-a-textualizacao-do-mundo-tambem/>. 7 jun. 2022.

FACCHINI, Regina. Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Brasil: avanços e desafios. **Jornal da Unicamp**, 25 jun. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-e-de-genero-no-brasil-avancos-e>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

_____. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FAUSTINO, Deivison. Frans Fanon e as encruzilhadas. São Paulo, Ubu editora, 2022

FEDERICI, Silvia. O Patriarcado do Salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FLAUZINA, A. L. P. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 11 out. 2017.

FEUERWERKER, Laura C. M. (Org.). **Micropolítica e Saúde**: Produção de cuidado, gestão e formação. Porto Alegre: Rede Unida, 2014.

FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleici. (Org.). **Pesquisar na Diferença**: Um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999a.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Trad. M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999c.

_____. **História da Sexualidade II. O uso dos prazeres.** Trad. M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O Enigma da Revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana.** Tradução L. Balbino. São Paulo: N-1 edições, 2018.

_____. **Segurança, Território, População.** Curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, F. L. Da biopolítica à necrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FRANCO, Marielle. UPP- A Redução da Favela em Três Letras. Uma Análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de pós graduação da Faculdade de Administração, Ciências contábeis e turismo da UFF (RJ). 2014.

FRANCO, Sylvia de Carvalho. **Homens Livres Na ordem Escravocrata.** 4 ed- São Paulo: fundação editora da unesp, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Famílias e violência: Reflexões sobre as mães de Acari. **Psicologia USP** [online], v. 13, n. 2, p. 69-103, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psp/a/nqzf4BYGgHR5YsTdjDC4RYK/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2022.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização.** Trad. P.C. de Souza. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação. Verbete: Tortura Nunca Mais. **FGV.br.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tortura-nunca-mais>. Acesso em: 08 set. 2022.

GALETTI, Maria Cecília. **Oficina em Saúde Mental: instrumento terapêutico ou intercessor clínico?** 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Psicologia Clínica, Núcleo de Pesquisas da Subjetividade Contemporânea, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

GOFFMAN, Erwin. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GONÇALVES, H. C. B.; QUEIROZ, M. R. DE; DELGADO, P. G. G. Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda? *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 29, n. 1, p. 17-23, 28 abr. 2017.

GONZALES, Lelia. **Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”. In: **Encontro anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, Rio de Janeiro, n. 2, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3040030&forceview=1>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GOUVEIA, Roberto; PALMA, José João. SUS: na contramão do neoliberalismo e da exclusão social. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 139-146, abr. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/d396dhqnvKJn4YL4jCLVrvy/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GRCES X-9 Paulistana Oficial. **#VocêSabia: Dona Ivone Lara dedicou maior parte de sua via à saúde pública**. São Paulo, 7/06/2022. Texto original de Leandro Nascimento para o portal Blog da Saúde MG (indisponível no período de eleições). Endereço alternativo: <https://www.instagram.com/p/Ceg1R3HreP8/>. Acesso em: 8 set. 2022.

GRACIOTTI, M. O corpo-documento e a travessia imagética do cinema negro brasileiro. *Cinema Diálogos AfroAtlântico. Philos: a revista das latinidades*. ISSN 2527-113X Online, 20/11/2020. Disponível em <https://revistaphilos.com/2020/11/24/o-corpo-documento-e-a-travessia-imagetica-do-cinema-negro-brasileiro-por-mariana-graciotti/>

GRILLO, Carolina C. **Da violência urbana à guerra**: Repensando a sociabilidade violenta. *Revista Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 62-92, jan.-abr. 2019.

HECKERT, Ana Lúcia. **Escuta como cuidado: o que passa nos processos de formação e escuta?** In PINHEIRO, Rosiane e MATTO, Ruben Araújo de (org) *Razões Públicas para a Integralidade: o cuidado como valor*. CEPES-IMS/VERJ-ABRASCO. Rio de Janeiro. 2007, pp 199-212.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO APPOA (Coord.). **Por que uma clínica de testemunho?** Clínicas de Testemunhos RS e SC. Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Um mergulho nas raízes mais profundas do SUS. **IHU Online**, 1º de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614909-um-mergulho-nas-raizes-mais-profundas-do-sus>. Acesso em: 22 jul. 2022.

JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la Memoria.** Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A, 2002. 1 v. (Colección Memorias de la Represión). Disponível em: <http://www.centroprodh.org.mx/impunidadayerhoy/DiplomadoJT2015/Mod2/Los%20trabajos%20de%20la%20memoria%20Elizabeth%20Jelin.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 2019.

_____. Diário de Bitita. Coleção Memória e Sociedade. São Paulo: editora SESI, 2014.

JORNALISTAS Livres; Universa. Movimento contra a carestia. a luta das mulheres da periferia contra a ditadura. **Documentos Revelados**, 30 de março de 2019. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/movimento-contra-a-carestia-a-luta-das-mulheres-da-periferia-contra-a-ditadura>. Acesso: 20 jul. 2022.

KARAM, M. L. Proibição às drogas e violação a direitos humanos. 2013. Disponível em: <http://www.leapbrasil.com.br/textos>. Acesso em: 11 ago. 2021.

_____. Drogas: além da descriminalização do consumo. 2015. Disponível em: <http://www.leapbrasil.com.br/textos>. Acesso em: 10 set. 2016.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal**, Rev. Psicol., v. 25, n. 2, p. 263-280, mai./ago. 2013.

_____. A invenção de si e do mundo. Campinas: Papyrus, 1999.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano.** Trad. J. Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOHARA, P. K. I. Determinantes inconscientes da letalidade policial. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

KOLKER, Tania. Atenção psicossocial a afetados pela violência de Estado – Subsídios e contribuições para a construção de uma política pública. In: FRANÇOZO, O. M. (Org.). **Clínica Política: A experiência do Centro de Estudos em Reparação Psíquica lá em Acari.** Rio de Janeiro: ISER, 2018. p. 155-209. Disponível em:

https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/08/clinicapolitica_livro_20set.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Problematizaciones clínico-políticas acerca de la permanencia y transmisión transgeneracional de los daños causados por el terrorismo de Estado. *In*: BRINKMANN, B. (Ed./Coord.). **Daño Transgeneracional: Consecuencias de la represión política en el Cono Sur**. Santiago, Chile: CINTRAS, EATIP, GTNM/RJ, SERSOC, 2009. p. 253-287. Disponível em: <http://www.cintras.org/textos/libros/librodanotrans.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

KOLTAI, Caterine. Do relato ao testemunho. *In*: SILVA JUNIOR, M. R.; MERCADANTE, I. F. S. (Orgs.). **Travessia do Silêncio, Testemunho e Reparação**. São Paulo: Ministério da Justiça; Comissão de Anistia/Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. p. 149-157.

KRENAK, Ailton. **Ideias Para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

LAGATTA, Pedro Paulo Fernandes. **Uma Experiência de Escuta de Familiares Vítimas da Letalidade Policial na Cidade de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-01092017-104250/en.php>. Acesso em: 5 out. 2021.

LANCETTI, Antonio. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **Contrafissura e Plasticidade Psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAVAL, Christian. Posfácio. *In*: FOUCAULT, M. **O enigma da Revolta: Entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana**. São Paulo: N-1 edições, 2018. p. 103-142.

LEAL, Erotildes Maria. A experiência da violência na rede de assistência à saúde mental. *In*: RAUTER, C.M., PASSOS, E.H.; BARROS B (orgs.) **Clínica política: subjetividade e violação de direitos humanos**. Rio de Janeiro: 2002

LIMA, Nísia Trindade; SANTANA, José Paranaguá de; ASSUNÇÃO, Carlos Henrique (Org.). **Saúde Coletiva: A Abrasco em 35 anos de história**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

LOSICER, Eduardo. Prefácio. *In*: FRANÇOZO, M. (Org.). **Clínica Política: A experiência do centro de estudos em reparação psíquica lá em Acariolândia**. Rio de Janeiro: Equipe Clínico Política: ISER, 2018.

LOURAU, René. **Análise Institucional e Prática de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.

_____. Objeto e método da Análise Institucional. In: ALTOÉ, S. (org.). **René Lourau: analista em tempo integral**. Tradução de Mariano Ferreira. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 66-86.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. In: **Tabula Rasa**. Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/13.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MACHADO, A. M.; HAHNE, B. S. Por uma escuta não normalizadora na medida socioeducativa. **Educação, Sociedade & Culturas** [online], n. 57, p. 125–143, 2020. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/16>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MATEUS, Luizane Guedes. “**Tem dias que a gente se sente como quem partiu ou morreu, a gente estancou de repente ou foi o mundo então que cresceu**”: Memórias e histórias de familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

MARTÍN-BARÓ, I. La violencia política y la guerra como causas en el país del trauma psicosocial en El Salvador. In: **Revista de Psicología de El Salvador**, n. 28, p. 123-141, abr./jun. 1988.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018a.

_____. **Crítica à Razão Negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2018b.

_____. **Brutalismo**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1, 2021.

_____. **O Poder Brutal, Resistência Visceral**. Trad. Damian Kraus. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

_____. **Políticas da Inimizade**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MERHY, Eduardo E. et al. **Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais** Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. **Revista Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 153-164, out. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Marta Maria Alves; ASSIS, Simone Gonçalves. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2007-2016, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/Q3kCPCWfBzqh8mzBnMhxmYj/?lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 936**, de 19 de maio de 2004. Dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Prorrogado prazo do 2º edital das Clínicas do Testemunho**. 22/07/2015. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/prorrogado-prazo-do-2o-edital-das-clinicas-do-testemunho>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. A família como referência nas Políticas Públicas: Dilemas e Tendências. In: BOMFIM, L. A. (Org.). **Família Contemporânea e Saúde: Significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 51-66.

_____. Família e Serviço Social: contribuição para o debate. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 18, v. 55, p. 114-130, abr. 1997.

MISSE, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos: Acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. In: **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set./dez. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4865/3641>. Acesso em: 14 set. 2019.

_____. Violência e teoria social. In: **Dilemas: Revista de Estudos e Conflito e controle social**. v 9. N1 ,2016. <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/issue/view/609>

MONCAU, Gabriela. Brasil é "país da negligência", diz Anistia ao lançar informe anual sobre direitos humanos. **Brasil de Fato**, 29 de março de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/29/brasil-e-pais-da-negligencia-diz-anistia-ao-lancar-informe-anual-sobre-direitos-humanos>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MOURÃO, Cleonice Paes Barreto. Quando a escritura se quebra nas ondas. **Aletria**, Revista de Estudos de Literatura, Dossiê - Literatura e Psicanálise, v. 12, p. 131-142, 2005. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit> Acesso em: 7 jun. 2022.

MOREIRA-PRIMO, Uelinton Santos; FRANÇA, Dalila Xavier. Efeitos do racismo da trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 176–198, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8403>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MOTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima, AYRES, José Ricardo. “Paulistanidade” e a construção da saúde coletiva no estado de São Paulo. **Interface**, v. 21, n. 60, p. 5-11, jan./mar. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/mK7cCskNgFNSV4kCcm7jpFF/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 20

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras. Relações raciais, quilombos e movimentos. Organização: Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

NASCIMENTO, Maria Alice Sabino. “Meu filho tomou um tiro!”: o extermínio da população favelada e as topografias do horror. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31. GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor. Universidade de Brasília. **Anais...** Brasília: ABA, dez. 2018.

NASCIMENTO, Maria Livia; ESCHEINVAR, Estela. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 5, n. 2, jul./dez. 2005. Rio de Janeiro: Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v5n2/artigos/aj01.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

OCARIZ, Maria Cristina (Org.). **Psicanálise e Violência Social**. São Paulo: Escuta, 2018.

OLIVEIRA, Lilian Breschigliaro França de. **Uma Sala-de-estar na Cracolândia de São Paulo ou uma Heterotopia de Braços Abertos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

OMURA, Renan. ‘Nós lutamos por vida’: o encontro de mães das vítimas mortas pelo Estado. **Ponte**, 23 de maio de 2019. Disponível em: <https://ponte.org/nos-lutamos-por-vida-o-encontro-de-maes-das-vitimas-mortas-pelo-estado/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. Brasil Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. Disponível em: <https://www.facebook.com/uniaouniaodetodasasnacoes/videos/1878768139068550/>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

PAIM, Paulo. Dez anos do Estatuto da Igualdade Racial. **Portal Geledés**, 06/08/2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/dez-anos-do-estatuto-da-igualdade-racial/?noamp=available&gclid=CjwKCAjw4qCKBhAVEiwAkTYsPHM6dWdfcftb2efdfOpVCjFO7o3akNwt1jfkNX6fHe4DFIRa-G>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PALMA, Felipe. Relatório final da Subcomissão de Homicídios Contra Jovens Negros e Periféricos é aprovado na câmara municipal de São Paulo. **Portal da Câmara Municipal de São Paulo**, 10 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/relatorio-final-da-subcomissao-de-homicidios-contra-jovens-negros-e-perifericos-e-aprovado>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUMP, V.; ESCOSSIA, L. (Orgs). **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014.

_____. **Os dispositivos clínico-políticos e as redes no contemporâneo**. Entrelinhas do Conselho Regional de Psicologia CRP-07. Porto Alegre, 2000. p. 8-9.

_____.; BARROS, R. B. **Clínica, política e as modulações do capitalismo**. Revista Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 159-171, 2004.

_____.; RAUTER, C. (org.). **Clínica e política: subjetividade e violação de direitos humanos**. Rio de Janeiro: TeCorá, 2002.

PASSOS, G. **Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 116-129, 1º sem. 2020.

PASSOS, Rachel Gouveia. **“Holocausto ou Navio Negreiro?”**: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira / Holocaust or “The Ship Negreiro?”: concerns for the Brazilian Psychiatric Reform. *Argumentum*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 10–23, 2018. DOI: 10.18315/argumentum.v10i3.21483. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483>. Acesso em: 18 set. 2021.

PECHENY, Mario; PALUMBO, Mariana. (Coord.). **Esperar y Hacer Esperar**: Escenas y experiencias en salud, dinero y amor. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Mario Martín Pecheny, 2017. Disponível em: <https://renisce.com/wp-content/uploads/2018/01/esperar-y-hacer-esperar-15090349961.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PÉLBART, Peter P. Vida e Morte em Contexto de Dominação Biopolítica. Conferência. *In*: CICLO "O FUNDAMENTALISMO CONTEMPORÂNEO EM QUESTÃO". Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 3 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7 letras/FAPERJ; 2013.

PEREIRA, Melissa de Oliveira e PASSOS, Rachel Gouveia (org.). **Luta Antimanicomial e Feminismo: Inquietações e Resistências**. 1 ed, Rio de Janeiro:Autografia, 2019.

_____. **Luta Antimanicomial e feminismos**: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

PERES, Ana Cláudia. É preciso racializar a história. Entrevista | Emiliano de Camargo David. **Radis**, 1 de setembro de 2018. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/e-preciso-racializar-a-historia>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PERIFERIA em Movimento. Tag: Caminhada pela vida e paz. **Periferiaemmovimento.com.br**. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/tag/caminhada-pela-vida-e-pela-paz/>. Acesso em: 8 set. 2022.

_____. Volta da *carestia* convida a pensar em 1978. **Outras Mídias**, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/volta-da-carestia-convida-a-pensar-em-1978>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PERRONE, Cláudia. Políticas da memória e do esquecimento: As ruínas do sentido. *In*: BENEVIDES, R.; PASSOS, E.; RAUTER, C. (Orgs.). **Clínica e Política: subjetividade e violação de direitos humanos**. Rio de Janeiro: TeCorá, 2002. p. 101-110.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Mello; PAZ, Francisco Phelipe Cunha; SARAIVA, Luís Augusto Ferreira. **Na travessia o negro se desfaz: vida, morte e memÓria, possíveis leituras a partir de uma filosofia africana e afrodiaspórica**. *Voluntas, Revista Internacional de Filosofia*, Santa Maria, v. 10, p. 110-127, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39949>. Acesso em: 4 ago. 2022.

PICHARDO, Rosa Inés Ochy Curiel. A aposta teórico política do lesbofeminismo antirracista ecolonial. Entrevista realizada por Ariana Mara da Silva em 5 de outubro de 2020. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0302. jan./abr. 2021. Entrevistadora: SILVA, Ariana Mara da. dx.doi.org/10.5965/2175180313322021e0302

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O Processo Grupal**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PONCHIROLLI, Rafaela. O que é a Comissão Nacional da Verdade? **Politize!**, publicado em 07/10/2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/comissao-nacional-da-verdade/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. *In* A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Buenos Aires, Clacso, consejo latinoamericano de ciências sociais. 2005, pp 117-142.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. O Dissenso. *In*: NOVAES, Adauto (Org.). **A Crise da Razão**. São Paulo: Minc – Funarte. Cia. das Letras, 1996b. p. 367-382.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

_____; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. Retratos do Brasil Negro.

RAUTER, C. A Tortura Como Ataque à Dimensão do Coletivo. In: **Subjetividade Contemporânea: Desafios Teóricos e Metodológicos**. Curitiba: CRV, 2010, v.1. p.75-88.

RIBEIRO, Christian. A Chacina de Jacarezinho e a naturalização da morte, e do racismo, na sociedade brasileira! **Portal Geledés**, 17/05/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-chacina-de-jacarezinho-e-a-naturalizacao-da-morte-e-do-racismo-na-sociedade-brasileira>. Acesso em: 22 jul. 2022.

RODRIGUES, Daniel Soares R. Foucault nas margens do Estado sobre a atualidade da “força diferencial dos legalismos”. *Synthesis*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2019.

ROLNIK, Raquel. **A guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2 ed. São Paulo:Boitempo,2019.

_____. **Territórios em conflito São Paulo: espaço, história e política**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

ROLNIK, Suely. A descolonização do pensamento na obra de Grada Kilomba. **Arte! Brasileiros**, 8/05/2019. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/entrevista/a-descolonizacao-do-pensamento-na-obra-de-grada-kilomba-2/>. Acesso em: 8 set. 2022.

_____. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

_____. “Fale com ela”, ou como tratar o corpo vibrátil em coma. In: GALLI FONSECA, T.; ENGELMAN, S. (Org.). **Corpo, Arte e Clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 231-238. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/falecomele.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. Por um estado de arte e atualidade de Lygia Clark na atualidade. **Territórios de Filosofia**, 9 de agosto de 2014. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/08/09/por-um-estado-de-arte-a-atualidade-de-lygia-clark-suely-rolnik/>

_____. **As Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo, N-1. 2018

ROSA, Lucia Cristina dos Santos. **Transtorno Mental e o Cuidado na Família**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSA, Miriam D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2016.

_____. **Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica**. Prova pública oral de erudição para obtenção do cargo de professor titular no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2019

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise Institucional: Revisão conceitual e Nuances na Pesquisa-Intervenção no Brasil. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, jan./jun. 2014.

ROTELLI, Franco. L'Istituzione Inventata. **Per la salute mentale/ For mental health**, Rivista del Centro Regionale Studi e Ricerche sulla Salute Mentale, Friuli Venezia Giulia, n. 1/88, 1988. Trad. Maria Fernanda de Silvio Nicácio. Casa de Saúde Anchieta, Santos. Disponível em: <https://docplayer.com.br/355382-A-instituicao-inventada-franco-rotelli.html>. Acesso em: 15 de out. 2021.

SADE, Christian; FERRAZ, Gustavo Cruz; ROCHA, Jerusa Machado. O Ethos da confiança na pesquisa cartográfica experiência compartilhada e aumento da Potência de agir. **Fractal**, Rev. Psicol. [online], v. 25, n. 2, p. 281-298, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4943>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SAFATLE, Vladimir. (2010). Do uso da violência contra o Estado Ilegal. *In*: Edson Teles e Vladimir Safatle. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo.

SANCHES, Natália; SILVA, Rafael Bianchi. Escuta qualificada na assistência social: Da postura diagnóstica às formas (po)éticas de escutar. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 604-622, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/46905/31357>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Coordenação da Atenção Básica Secretaria Municipal da Saúde. **Linha de Cuidado (LC) para a Atenção Integral da Pessoa em Situação de Violência**, 2015. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/baixacartilhaviolencia\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/baixacartilhaviolencia(1).pdf). Acesso em: 22 jul. 2022.

SARTI, Cynthia. **O Espelho das Famílias**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A vítima como figura contemporânea**. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, jan./abr. 2011.

_____. **“Famílias enredadas”**. In ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (org). **Famílias, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUCSP. 2008, pp 21-38.

_____. **A Família como Ordem Simbólica**. Psicologia USP. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2004, v.15, n.3, pp 11-28.

SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade** [online], v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbgtp/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____ (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 96-118.

SCARCELLI, Ianni Régia. **Entre o Hospício e a Cidade: dilemas no campo da saúde mental**. São Paulo: Zagodoni, 2011.

_____. **O Movimento Antimanicomial e a Rede Substitutiva em Saúde Mental: A experiência do município de São Paulo 1989-1992**. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SEGATO, Rita. **Crítica da Colonialidade em Oito Ensaios e uma antropologia por demanda**. Trad. Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar; SOUZA, Luís Antônio Francisco de; CIRILLO, Fernanda Russo. Guerra as Drogas no Brasil contemporâneo: proibicionismo e militarização da segurança pública. **T e C, Juiz de Fora**, v. 15 n. 2, p. 92-103, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2020.v15.29332>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. O local do testemunho. **Revista do Programa de Pós-graduação em História**. Florianópolis, v 2, n. 1, p3-20, jan./jun. 2010

_____. **Testemunho e a Política da Memória: o tempo depois das catástrofes**. Revista Projeto História, São Paulo, n 30, p 71-98, jun 2005.

SILVA, Ariana Mara da; PICHARDO, Rosa Inés Ochy Curiel. A aposta teórico política do lesbofeminismo antirracista decolonial: entrevista com Ochy Curiel. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0302, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313322021e0302>. Acesso em 22 jul. 2022.

SILVA, A. S. da; BRAGA, V. L. Memorial da Resistência: um instrumento de políticas de memória, de educação em direitos humanos e de luta contra o esquecimento. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 101-122, 2019. DOI: 10.11606/issn.2237-1095.v9p101-122. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/176278>. Acesso em: 6 set. 2022.

SILVA, Fábio Henrique Martins da. Ocupar a clínica com o desejo: ampliações, implicações e imaginações possíveis. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 19, n. 216, p. 29-37, jul. 2019.

SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; NETO, Augusto Stiel (orgs). **Violência e Sociedade: O Racismo como Estruturante da Sociedade e da Subjetividade do Povo Brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

SILVA, Wanderson Vilton Nunes da. **Territórios Vulneráveis: Arquivos impróprios de uma memória em perigo**. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SOARES, Dandara Vicente. **Justiça Segundo as Mães de Acari: 30 anos depois**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SOUSA CAMPOS, Gastão Wagner de. Saúde pública e Saúde Coletiva campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 219-230, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mvLNphZL64hdTPL4VBjnrLh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SOUZA, Isadora Simões de. **Mulheres Usuárias de Drogas e o Sequestro de seus Filhos: Interrogar a violência de estado numa perspectiva feminista**. 2022. 177 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e da saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

SOUZA, Luiz Eugenio Portela F. de. Saúde Pública ou Saúde Coletiva? **Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 15, n. 4, p. 7-21, out./dez. 2014. Disponível em: http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/saude_publica_4.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

SPINK, Peter Kevin, Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nSkXqD7jKvgdrTFYGmTF8gP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TURIANI, Anna (Coord.). **Clínicas do Testemunhos nas Margens**. São Paulo: ISER, 2017. Disponível em: <https://www.margensclinicas.org/images/publicacoes/clinicas-do-testemunho-nas-margens.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

VALERY, Gabriel. Insegurança alimentar voltou a crescer, e fome atinge 19,1 milhões. **Brasil de Fato**, 13 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/13/inseguranca-alimentar-voltou-a-crescer-e-fome-atinge-19-1-milhoes>. Acesso em: 25 jul. 2022.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. A priorização da família nas políticas de saúde. **Saúde debate**, Londrina, v. 23, n. 53, p. 6-19, set./dez. 1999.

_____. Desafios políticos atuais para o movimento antimanicomial no Brasil. Rio de Janeiro: Hucitec, 2010. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/aovivo/ppt/Eduardo_mourao.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. Tradução Jamille Pinheiro dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu editora, 2020.

_____. **Uma teoria feminista da violência**. Tradução Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VIANNA, Adriana. **Vida, palavras e alguns traçados**: lendo Veena Das. Ensaio Bibliográfico. *Mana*, v. 26, n. 3, p. 1-20, 2020.

_____. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. *In*: LIMA, A. C. S.; GARCIA-ACOSTA, V. (Org.). **Margens da Violência** – Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília: ABA, 2014.

_____; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situação de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a04n37.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

_____; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, [online], n. 51, e175101, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pWRzSNMsG4zD8LRqXhBVksk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2019.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. **A Vida em Rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

_____; OLIVEIRA, Renata Ghisleni. Intercessões psicologia e justiça: Por uma ação ético-política. **Revista da Defensoria Pública**, ano 5, n. 1. 2012.

_____. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistências: adolescentes em conflitos com a lei. **Tempo soc.** [online] 2011, vol. 23, n.1, pp. 97-113

VIEIRA DA SILVA, Lígia Maria; PAIM, Jairnilson Silva; SCHRAIBER, Lilia Blima. O que é Saúde Coletiva? *In*: PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Saúde Coletiva**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. p. 3-12.

VITAL BRASIL, Vera. Testemunho da verdade e efeitos de reparação psíquica. *In*: _____. (Coord.). **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica**: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.

_____ et al. (Coord.); Instituto de Projetos Terapêuticos, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica**.

Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/35982899/Uma_perspectiva_clínico_política_na_reparação_simbólica_Clínica_do_Testemunho_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 30 ago. 2022.

WERNEK, Paulo. Fanon da encruzilhada: em entrevista, Deivison Faustino. In: **Quatro cinco revista dos livros** – ano seis, número cinquenta e sete. Maio 2022. P 22-23.

WOOLF, Virginia. **As ondas**. Trad. Lya Luft. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.

ZAFFARONI, E.R. **A Palavra dos Mortos**: Conferência de criminologia. Coord. Alice Vianchini e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Saraiva, 2014.

ZORDAN, Paola. A fuga das Bandas Imperativas. Ensaio Visual. **Lucía**: Revista feminista de cultura visual e tradução [online], v. 2, n. 2, p. 41-51, 2022. Disponível em: https://tendadelivros.org/lucia/lucia-2/#dearflip-df_10/51/. Acesso em: 28 ago. 2022.